



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MICHELE DE BARCELOS AGOSTINHO

**O MUSEU EM REVISTA: A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A RECEPÇÃO
DA REVISTA *ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL*
(1876-1887)**

Niterói

2014

MICHELE DE BARCELOS AGOSTINHO

O MUSEU EM REVISTA: A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A RECEPÇÃO DA
REVISTA *ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL*
(1876-1887)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Giselle Martins Venancio

Niterói

2014

A275 Agostinho, Michele de Barcelos

O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876/1887) / Michele de Barcelos Agostinho. --2014.
143 f.: il. 30 cm.

Orientador: Giselle Martins Venancio

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2014.

Bibliografia: f. 116-124.

1. Arquivos do Museu Nacional (Revista). 2. Antropologia (Periódicos). 3. Museu Nacional (Brasil). 4. Difusão científica. I. Venancio, Gisele Martins (Orient.). II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 574.05

MICHELE DE BARCELOS AGOSTINHO

O MUSEU EM REVISTA: A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A RECEPÇÃO DA
REVISTA *ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL*
(1876-1887)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social.

Aprovado em 24 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giselle Martins Venancio – orientadora (UFF)

Profa. Dra. Mariza de Carvalho Soares – arguidora (UFF)

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima – arguidor (UFRJ)

Profa. Dra. Maria Verônica Secretto – arguidora suplente (UFF)

Profa. Dra. Andrea Daher – arguidora suplente (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui.

À professora Dra. Giselle Venancio, pela orientação sempre dedicada e atenta.

À professora Dra. Mariza Soares, pelo trabalho partilhado e pela aprendizagem diária.

Ao professor Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, pela valiosa contribuição no delineamento deste trabalho.

Ao professor Dr. João Pacheco de Oliveira, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, Rachel Lima, Pedro Ernesto Ventura, Crenivaldo Regis Veloso Junior, à Rita Santos e à estagiária Carolina Cabral, pela compreensão e colaboração permanente.

A toda a equipe da Biblioteca do Museu Nacional e da Seção de Memória e Arquivo do mesmo Museu, pela presteza, solicitude e prontidão no atendimento.

Às professoras Tânia Bessone e Monique Gonçalves, da UERJ, e Sônia Mendonça, da UFF, com as quais cursei disciplinas que foram fundamentais para o amadurecimento do meu trabalho.

A Diogo Diniz, Filipe Esteves e Pedro Ernesto, pela ajuda na formatação e tradução dos textos.

Aos amigos André Carlos Furtado e Mariana Simões, pela amizade e experiência partilhada no curso de mestrado, e a Felipe Cazetta, Filipe Oliveira, Juliana Acosta, Louise Glauber, Mariana Tavares, Raquel Figueiró e Renan Rubim pela leitura crítica e pelas conversas sempre enriquecedoras.

A Henrique Tracera, pela paciência e auxílio em todos os momentos.

Às amigas Aline Pereira, Fernanda Fernandes e Mônica Rodrigues, pela motivação constante.

A Francisco Marinelli, que trouxe um novo sentido a minha vida.

A meus pais, Ademir e Zilda, pelo cuidado, carinho e amor.

Às minhas sobrinhas, Katryne e Yasmim, por me permitirem contar novas histórias. A elas dedico este trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa a produção da revista *Arquivos do Museu Nacional* no período de 1876 a 1887, mapeia a sua circulação e apresenta dados referentes a sua leitura. Com isso, buscamos delinear as redes de sociabilidade que envolviam a produção e a difusão do impresso, seus usos e o sentido da publicação para seus agentes. A criação deste periódico, que era dedicado à publicação de textos científicos, foi parte integrante de um processo maior de remodelação institucional. Através da análise dos textos ligados às ciências antropológicas percebemos a adoção de novas práticas científicas e o esforço dos homens de ciência em torna-las legítimas. Ademais, tratamos da permuta dos *Arquivos*, a qual foi fundamental para a constituição do acervo da Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Revista *Arquivos do Museu Nacional*, difusão científica, antropologia, Museu Nacional do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In this work we analyse the production of the publication *Arquivos do Museu Nacional* from 1876 to 1887. We mapped its circulation and we present different data concerning its reading. Our aim was to outline the links of sociability which were involved in the production and diffusion of the publication, its uses and what it meant for its agents. The creation of this publication, which was dedicated to the divulging of scientific articles, was part of a process of a greatest institutional remodeling. When we analyse the articles of anthropological sciences, we discover the adoption of new scientific measures and an effort of the men of science to make them legitimate. Besides, we dealt with the exchange of the *Arquivos* with other institutions, which we consider essential for the formation of the patrimony of the Library of the Museu Nacional of Rio de Janeiro.

Key Words: *Arquivos do Museu Nacional* magazine, scientific diffusion, anthropology, Museu Nacional of Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução	p. 8
CAPÍTULO I: O Museu Nacional, A Revista <i>Arquivos</i> e a Difusão das Ciências Naturais do Brasil	p. 16
1.1 O Museu Nacional, as Ciências Naturais e o Império	p. 16
1.2 Tempo de Mudança: a década de 1870 e o novo funcionamento do Museu	p. 24
1.2.1 Da instauração de cursos públicos e de concursos	p. 24
1.2.2 Das novas classificações do Museu Nacional	p. 29
1.2.3 Da criação da <i>Revista Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 33
1.3 A Produção dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 35
CAPÍTULO II: O Projeto Editorial dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 42
2.1 Os Paratextos: lugar do editor	p. 42
2.2 Os Textos: lugar do autor	p. 68
CAPÍTULO III: Do Museu para o Mundo: a circulação e a recepção da <i>Revista Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 81
3.1 A Circulação Nacional e Internacional dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 82
3.1.1 Os <i>Arquivos</i> , a Biblioteca e a formação de acervo	p. 88
3.1.2 A Permuta dos <i>Arquivos</i> e a Rede de Circulação de Impressos	p. 94
3.1.3 Algumas considerações	p. 101
3.2 A Recepção dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i> na França	p. 102
Conclusão	p. 114
Referências documentais e bibliográficas	p. 116
ANEXOS	
Anexo I – Diretores, Subdiretores, naturalistas e membros correspondentes do Museu Nacional	p. 125
Anexo II – Relação de artigos publicados nos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 126
Anexo III – Relação de autores e redatores dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 128
Anexo IV – Relação de correspondências enviadas ao Museu Nacional relativas ao recebimento dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 132
Anexo V - Títulos recebidos na permuta dos <i>Arquivos do Museu Nacional</i>	p. 137

Introdução

O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional se propõe a investigar os elementos presentes no processo de fabricação do periódico: os agentes envolvidos, a temática abordada, a apresentação material da obra e seu sentido para os produtores. Do mesmo modo, este trabalho pretendeu entender o circuito de difusão da revista e, conseqüentemente, as redes de sociabilidades então constituídas, assim como também a maneira como os textos ligados às ciências antropológicas foram recebidos na França, que na época ocupava um lugar de destaque no desenvolvimento da antropologia física.

Nosso objetivo foi considerar a dimensão social das práticas científicas a partir da análise da revista, a nosso ver entendida enquanto um espaço institucional de interseção das relações sociais, sem aprofundar em questões epistemológicas da época, isto é, sem discorrer sobre as fronteiras disciplinares entre a antropologia, a etnologia e a arqueologia ou sobre a natureza do conhecimento científico.

Nesse sentido, buscamos estabelecer com a história cultural uma interface entre a história do livro e da leitura e a história das ciências. Nos anos 1980, a chamada História Cultural, como definida por Michel de Certeau e Roger Chartier, questionou os modelos interpretativos do passado pautados na eficácia das estruturas sobre a ação dos sujeitos e propôs uma abordagem de revalorização do indivíduo. Mas não uma abordagem à moda positivista. O que os estudos culturais propõem, na verdade, é uma análise onde a ação do indivíduo seja considerada como uma escolha entre tantas possíveis, guardada sua especificidade histórica, e não mero reflexo de sua passividade diante de condições de controle que lhe são impostas.

Em *A Invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau analisou as práticas diárias do cotidiano e afirmou que estas são relativamente livres em relação a uma ordem pretendida. Ao operar com conceitos como “tática” e “estratégia”, ele buscou compreender como a experiência dos atores sociais pode interferir no processo histórico. Por tática ele entendeu a ação das pessoas comuns que, mesmo sem a possibilidade de elaborar uma estratégia, cria mecanismos para resistir a ela ou neutraliza-la. Já a estratégia pertence àqueles portadores de alguma autoridade e seu objetivo é assegurar uma ordem ou modifica-la. Em se tratando da escrita e da leitura,

Certeau criticou a crença na modelação do ato de ler em função dos propósitos do ato de escrever, ou melhor, embora a leitura seja direcionada, o leitor não é um receptáculo do que é lido, ao contrário, ele cria novas significações e “inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a intenção deles.” Ele afirma que “ler é peregrinar por um sistema imposto.”¹

Roger Chartier, em *A História Cultural entre Práticas e Representações*, usou o conceito de apropriação para analisar os fenômenos sociais, considerando que as práticas culturais, longe de serem estanques, são resignificadas, reelaboradas pelos atores sociais, conforme as representações que estes atores fazem do mundo em que estão situados historicamente. Para Chartier, não há oposição entre indivíduo e sociedade, mas antes uma relação, tendo em vista que um indivíduo só existe em relação a outro, abordagem que permite superar a oposição entre singularidades objetivas e determinações coletivas.

E, para pensar as condições de produção e as condições de recepção de um discurso, Chartier afirma que o livro instaura uma ordem, que é a ordem desejada por seu produtor referente ao modo como pretende que o livro seja compreendido pelo leitor. Esta ordem é estável, perceptível no “espaço legível” da obra, isto é, nas suas formas discursiva e material. Entretanto, esta ordem não anula a liberdade dos leitores em criar resignificações. As práticas de leitura evidenciam as circunstâncias de “efetuação” da obra. Deste modo, cabe ao historiador reconstruir as variações entre “espaço legível” e “efetuação”, ou seja, ele deve captar a relação dialética entre a imposição do produtor e a apropriação do leitor:

“compreender os princípios que governam a ordem do discurso pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculam o escrito).”²

O sentido de uma obra é, portanto, resultado do encontro entre uma proposição e uma recepção e “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado.”³ Chartier propõe então como método de pesquisa a análise dos textos, das formas que lhe

¹ Certeau, 2013, p. 240.

² Chartier, 1994, p. 8.

³ Idem, p. 11.

dão materialidade e dos usos sociais destes objetos a fim de que se apreenda o sentido de uma obra.

Quanto à história da ciência, esta tomou maior fôlego no Brasil a partir da década de 1980, quando se percebeu uma ruptura com a historiografia anterior. Os estudos referentes ao desenvolvimento das atividades científicas no país tiveram início em meados século XX, dentre os quais podemos citar os dos sociólogos Fernando de Azevedo e Simon Schwartzman, autores de *As Ciências no Brasil* e de *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*, respectivamente. Estes trabalhos, embora reconhecessem que, no século XIX, existissem instituições onde as práticas experimentais já eram adotadas, entendiam que a sua relação com o Estado Imperial desqualificava o seu fazer científico. Ademais, tratavam das “periferias” como receptores passivos dos “centros” de produção da ciência e importadores dos modelos europeus, e delimitavam os anos de 1930, com a criação das primeiras universidades, o momento quando a ciência de fato passou a estar consolidada no Brasil.

No entanto, como destacou Dominichi Miranda de Sá em seu estudo sobre o processo de especialização da atividade intelectual na virada do século XIX para o XX, “a institucionalização universitária deve ser interpretada como o remate do processo de especialização dos saberes e da individualização crescente das disciplinas, e não como o seu nascimento.”⁴ Assim sendo, a partir da década de 1980, uma nova abordagem foi introduzida na história das ciências, cujos estudos questionaram a abordagem anterior.⁵ Ao examinarem periódicos, conferências, jardins botânicos, institutos agrícolas, museus, comissões e expedições científicas, tais estudos deram relevo às instituições imperiais no processo de institucionalização e consolidação das ciências no país. Ademais, Dominichi Miranda de Sá mostrou que a defesa de uma ação instauradora e singular marcou o discurso científico todas as vezes em que se pretendeu uma ruptura com modelos precedentes. Isso ocorreu tanto na virada do século, quando o cientificismo qualificava de retórico os saberes produzidos décadas antes, quanto em 1930, quando a instalação das universidades no país significou o fim da pré-ciência no Brasil.

⁴ Sá, 2006, p. 7.

⁵ Como exemplo, temos os trabalhos de Maria Amélia Dantes, Flavio Edler, Silvia Figueroa, Heloísa Maria Bertol Domingues, Dominichi Miranda de Sá e Maria Margareth Lopes.

A crença numa ciência autônoma, neutra e desinteressada politicamente já foi duramente questionada por vários pesquisadores, dentre os quais destacamos Pierre Bourdieu, que afirmou que “o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força. (...) Os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder.”⁶ Sobre o discurso científico, disse ele que sua cientificidade é socialmente construída:

“na luta das representações, a representação socialmente reconhecida como científica, isto é, como verdadeira, contém uma força social própria e, quando se trata do mundo social, a ciência dá ao que a detém, ou que aparenta detê-la, o monopólio do ponto de vista legítimo, da previsão autoverificadora. (...)”⁷

Partilhando estas mesmas ideias, Dominique Pestre criticou o discurso dos cientistas centrado no cognitivo apenas, por meio do qual a ciência é tida como a via de acesso por excelência para o conhecimento do mundo. Pestre afirmou então a necessidade de se tratar a ciência como uma categoria histórica e propôs uma abordagem em que os praticantes das ciências e os critérios de validação dos saberes estivessem historicamente situados: “A prática e o desenvolvimento das ciências só podem ser estudados sem se separar jamais o conceitual, o material ou o instrumental do técnico ou do político.”⁸ Para isto, a autora destacou a relevância dos estudos dos instrumentos científicos, por meio dos quais se alcançam a verdade, o real; das apropriações e dos usos de teorias; dos procedimentos que legitimam o conhecimento produzido; das escolhas técnico-científicas de instituições.

A partir destas proposições, Dominichi Miranda de Sá centrou-se na construção do discurso científico no Brasil. Segundo a autora, em fins do século XIX e início do XX, havia entre os homens de ciência um desejo de especialização. A emergência da identidade do “cientista” teria então se firmado através de um estilo de produção cultural caracterizado pela crença na neutralidade científica e pela necessidade de especializar-se para profissionalizar-se, em oposição ao engajamento político e ao saber enciclopédico atribuído por eles aos homens do Império.

⁶ Bourdieu, 2004, p. 34 e 40.

⁷ Bourdieu, 2011, p. 53.

⁸ Pestre, 1996, p. 21

Além disso, a produção textual seria igualmente uma marca de distinção. Contrários às pompas da escrita retórica, que segundo eles marcavam os trabalhos dos sábios do século XIX, os homens de ciência da passagem do século primavam pela escrita objetiva, com descrições, explicações, provas, avaliações, ilustrações, exposição de metodologia e notas bibliográficas, fazendo das revistas científicas verdadeiros espaços de consagração. Os temas por eles estudados visavam sua aplicabilidade no mundo moderno.⁹

É, portanto, neste período de transição dos modos de fazer ciência que situamos os personagens compreendidos neste trabalho. Encontramos na revista *Arquivos do Museu Nacional* vários elementos característicos tanto das práticas científicas dos sábios do Império quanto das práticas que seriam posteriormente consagradas pelos homens de ciência da República. É possível identificarmos na revista textos com uma linguagem mais rebuscada, como os de Ladislau Netto, por exemplo, e outros com uma linguagem mais objetiva, com uso de terminologias específicas. Em todos identificamos o método comparativo e descritivo. Em alguns, há o método experimental. Ademais, o próprio Museu, em 1880, adquiriu um laboratório, tido na época como expoente de cientificidade. O método experimental, nesse sentido, era a certeza da verdade científica. No Museu Nacional, João Batista de Lacerda realizava no Laboratório de Fisiologia seus estudos de antropometria, dentre outros trabalhos, como o desenvolvimento do antídoto para veneno de cobra.

Contudo, não podemos negligenciar as demandas político-econômicas do Museu. Vinculado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a instituição funcionava como órgão consultivo do governo. Vários estudos ali produzidos visavam atender as necessidades da atividade agrícola e da integração do território, como por exemplo o controle das pestes, o uso do solo, a técnica de cultivo, a mão-de-obra adequada, as plantas cartográficas, etc. Segundo Domingues,

“Da botânica para a química, à fisiologia, a relação das ciências com a agricultura foi do estudo da planta, à relação desta com o solo, passando depois ao estudo da ação dos vegetais nos corpos animais. As ciências no Brasil, embora guardando suas próprias especificidades, acompanhavam e inseriam-se no mesmo movimento científico dominante então na Europa.”¹⁰

⁹ Sá, 2006.

¹⁰ Domingues, 1995, p. 306.

Dito isto, acreditamos que *O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional* fornece algumas contribuições para o estudo das práticas científicas no Brasil nos anos finais do Império. No primeiro capítulo tratamos do lugar do Museu Nacional no Império do Brasil. Fizemos um breve histórico da instituição, com ênfase nas mudanças institucionais ocorridas durante a década de 1870 e no papel desempenhado por Ladislau Netto na remodelação do Museu, o que resultou na adoção de novas práticas científicas, dentre as quais está a produção do impresso especializado em ciências naturais, a revista *Arquivos do Museu Nacional*.

De igual modo, mostramos como estas mudanças institucionais, asseguradas através de um novo regulamento, foram efetivadas na prática, em especial os cursos públicos, os concursos, a inserção da antropologia em uma das seções do Museu e, obviamente, a produção do periódico, foco do nosso trabalho.

No segundo capítulo tratamos dos paratextos editoriais dos *Arquivos do Museu Nacional*, os quais consistem em fórmulas editoriais que imbuem de sentido a obra. Ali analisamos a função do nome, das epígrafes, do brasão do império, da relação de nomes de membros correspondentes e de empregados do Museu, das estampas e dos prefácios publicados na revista. Depois, tratamos também dos textos, sua autoria e os debates nos quais estavam inseridos, com ênfase naqueles referentes às ciências do homem, cuja abordagem buscava compreender a natureza humana – como era o caso dos estudos físicos da antropologia –, sua moral e seus costumes – nos estudos etnográficos e arqueológicos –, fundamentados em bases evolucionistas.

E, por fim, no terceiro e último capítulo, tratamos da circulação dos *Arquivos do Museu Nacional*, a qual ultrapassou as fronteiras nacionais e teve relação direta com a conformação do acervo da Biblioteca do Museu Nacional, o que foi possível graças à prática da permuta adotada pelo Museu. Para além da circulação, tratamos ainda da recepção dos *Arquivos* na França que, na época, ocupava um lugar central nas discussões e debates acerca da antropologia, disciplina em processo de constituição. Analisamos três periódicos: a *Revue d'Anthropologie*, os *Bulletins de la Societé d'Anthropologie de Paris* e a *Revue d'Ethnographie*. Neles, encontramos citações, notas e resenhas de trabalhos publicados nos *Arquivos do Museu Nacional*, o que evidencia a leitura da revista científica brasileira nos ditos centros de produção do saber.

Adotamos o recorte cronológico de 1876 a 1887 por diversas razões: neste período Ladislau Netto, personagem cujos estudos foram financiados pelo imperador,

esteve à frente do Museu, dirigindo-o e, por conseguinte, presidindo a comissão de redação da revista¹¹; os volumes publicados nesse período estavam sob a vigência do regulamento de 1876, o qual é modificado em 1888 quando então a antropologia deixa de pertencer à seção da zoologia e passa a compor a quarta seção junto com a etnologia e arqueologia; este recorte contempla todos os volumes publicados pelo governo imperial – são ao todo sete volumes, o oitavo foi publicado em 1892, já no governo republicano e do qual Ladislau Netto não mais participou da comissão de redação.

Para a pesquisa documental, utilizamos como fonte a própria revista, que se encontra disponível em papel, na Biblioteca do Museu Nacional, e digitalizada no sítio eletrônico¹² de obras raras do mesmo museu, além de documentos conservados na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, tais como atas de reunião do conselho diretor, ofícios e correspondências. Utilizamos ainda: o Regulamento de 1876 e relatórios anuais, que também estão disponíveis em sítios eletrônicos¹³; uma carta de Netto dirigida ao imperador Pedro II, guardada na Biblioteca Nacional; periódicos conservados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, para o estudo da recepção dos *Arquivos*, serviu-nos os periódicos franceses supracitados.¹⁴

Com isso, pretendemos demonstrar que, embora o Museu Nacional fosse uma instituição que deveria atender as demandas políticas do Império, era também aquele espaço o lugar de ação de homens que se buscavam afirmar através das práticas científicas que então realizavam e que, por sua vez, orientavam as demandas políticas, numa relação recíproca. E a revista, portanto, foi uma importante ferramenta de consagração institucional, imperial e autoral, tendo em vista que publicar é uma das facetas do fazer científico.

A partir daí, podemos relativizar o papel periférico atribuído ao Brasil pelos historiadores das ciências, e questionar as proposições que consideram o Brasil como mero receptáculo de ideias estrangeiras e que entendem o Museu Nacional e seus agentes apenas como personagens a serviço da política imperial. Ao buscar compreender os sentidos da circulação e da recepção da revista para seus produtores,

¹¹ Ladislau Netto permaneceu na comissão de redação até 1887 e na direção do Museu até 1893. Em setembro de 1892, Amaro Ferreira das Neves Armond, que foi subdiretor da 2ª Seção, assumiu a direção interina do Museu Nacional devido à ida de Ladislau Netto para a Exposição de Chicago. Ao retornar para o Brasil em fevereiro de 1893, Netto solicitou aposentadoria, tendo assumido então a direção interina Domingos José Freire, professor aposentado de química da Faculdade de Medicina.

¹² Ver <www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>

¹³ Ver <www.obrasraras.museunacional.ufrj.br> e <<http://www.crl.edu/brazil>>

¹⁴ Ver <www.persee.fr> e <gallica.bnf.fr>

reconhecemos que, longe de negar suas atribuições conferidas pelo Estado, interesses pessoais e profissionais do mesmo modo norteavam a prática daqueles homens de ciência.

CAPÍTULO I

O Museu Nacional, A Revista *Arquivos* e a Difusão das Ciências Naturais do Brasil

Nesta primeira parte do trabalho buscaremos entender o lugar ocupado pelo Museu Nacional no Império do Brasil. Faremos um breve histórico da instituição, com ênfase nas mudanças institucionais ocorridas na década de 1870. Em decorrência destas mudanças, onde destacaremos a atuação de Ladislau Netto, houve a adoção de novas práticas, dentre as quais estão os cursos públicos, os concursos, a inserção da antropologia em uma das seções do Museu e a produção da revista *Arquivos do Museu Nacional*, foco do nosso trabalho. Tais práticas foram asseguradas por um novo regulamento e contribuíram para a remodelação do Museu.

Chamaremos aqui de “difusão científica” as práticas que visavam disseminar entre os próprios cientistas informações acerca de um conhecimento especializado. Diferentemente da “divulgação científica” que, segundo Vergara, consiste na tradução de saberes especializados para uma linguagem acessível, de vulgarização, destinada à compreensão de um público amplo¹⁵, utilizamos a categoria de “difusão científica” para caracterizar o material impresso por nós analisado, no caso a revista *Arquivos do Museu Nacional*. Como veremos no decorrer do trabalho, a materialidade dos *Arquivos*, a forma de escrita, as ilustrações técnicas, a não comercialização, os espaços por onde circulou e a recepção entre os freqüentadores destes espaços nos mostram a intenção dos seus produtores: a difusão ampla e especializada do conhecimento.

1.1 O Museu Nacional, as Ciências Naturais e o Império

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, ocupou ao longo do século XIX lugar central no desenvolvimento das ciências naturais no Brasil. O decreto

¹⁵ Vergara, 2008.

real que lhe deu origem o projetou como uma instituição por meio da qual se deveria propagar e estudar as ciências naturais no Reino do Brasil, “que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes”.¹⁶

O decreto de criação ainda estabeleceu a transferência de gabinetes, instrumentos e máquinas dispersos por outros lugares do país para o Museu, o que contribuiu conseqüentemente para a consolidação da sua centralidade na formação das coleções. Estas eram, portanto, constituídas a partir de intercâmbios do Museu – incrementados pelo intermédio dos naturalistas nacionais e estrangeiros, alguns subvencionados pelo governo imperial – com gabinetes locais e com instituições estrangeiras.

Assim, cabia aos governadores das províncias organizar duas coleções com objetos da sua região, as quais uma permaneceria no gabinete local e a outra seria remetida ao Museu Real, que deveria catalogar os produtos e permutá-los, quando fosse o caso, com museus de outros países, “como forma de enriquecimento mútuo dos museus e multiplicação dos conhecimentos”¹⁷. O Museu Nacional tinha, portanto, o caráter metropolitano e universal, na medida em que, apoiado numa rede de gabinetes provinciais para abastecimento do museu central, competia ao Museu do Rio de Janeiro centralizar tais estudos e, daí, estabelecer diálogos e trocas com pesquisadores e museus de todo o mundo.

Desta relação tivemos como resultados a ampliação significativa das coleções e, conseqüentemente, a crescente especialização das ciências naturais, o que contribuiu para o surgimento de novas classificações e especificações das coleções e para a reorganização do Museu Nacional. Na relação elaborada em 1838, os objetos guardados no Museu Nacional apareciam divididos em “Produtos Zoológicos, Produtos Botânicos, Produtos Orictognósticos, Produtos das Belas-Artes e Objetos relativos às Artes, Usos e Costumes dos diversos Povos”¹⁸. Já em 1842 um novo Regulamento deu origem à divisão do Museu em quatro seções, a saber: 1) Anatomia Comparada e Zoologia; 2) Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3) Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; 4) Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas.

¹⁶ Decreto de criação do Museu Real de junho de 1818. Apud Lopes, 2009.p. 42.

¹⁷ Lopes, 2009, p. 46.

¹⁸ Idem, p. 68.

No Regulamento seguinte, o de 1876, as seções aparecem divididas em um novo arranjo, como veremos adiante, e com a introdução de novos saberes, tais como a antropologia, a etnografia e a paleontologia.

É importante destacar que a expansão dos estudos cada vez mais especializados das ciências naturais pode ser articulada ao projeto político do governo imperial. O trabalho de esquadramento da população e do território visava marcar a singularidade do Brasil no rol das nações civilizadas e, por conseguinte, delimitar nossa brasilidade. “Mapas, plantas, cartas topográficas e corográficas foram elaboradas; informações estatísticas foram levantadas procurando-se articular a riqueza de cada uma das províncias às necessidades do governo.”¹⁹

Em 1868, o Museu Nacional, que funcionava “como um órgão consultor governamental para os assuntos de geologia, mineração e recursos naturais do Império”²⁰, até então vinculado ao Ministério dos Negócios do Império, passou a estar ligado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), criado em 1860. Esta transferência de pastas ministeriais contou com a influência de Ladislau Netto.

A criação do MACOP decorreu do interesse do governo em modernizar o Império. O novo ministério assumiu diversas atribuições das Secretarias de Estado dos Negócios do Império e da Justiça. Sua estrutura administrativa contemplava assuntos relativos à iluminação pública, à telegrafia, ao serviço de bombeiros, às atividades comerciais, industriais, agrícolas e mineradoras, à civilização dos índios, às obras públicas, ao transporte, à imigração, dentre outros.

“Podemos, deste modo, relacionar a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao processo de modernização do Império, visto que os assuntos relativos a estradas de ferro, abertura de vias, navegação, os telégrafos e demais serviços relacionados aos avanços tecnológicos ficaram sob sua jurisdição.”²¹

As questões referentes à agricultura foram preocupações centrais do ministério, seja no que se refere ao escoamento da produção, à instrução dos agricultores ou à mão-de-obra mais adequada. Aliás, a partir de 1871, com a promulgação da Lei do Ventre

¹⁹ Idem, p. 91.

²⁰ Lopes, 2001, p.58.

²¹ Gabler, 2012, p. 12.

Livre, o MACOP “passou a se ocupar formalmente dos assuntos relativos à escravidão.”²²

É nesse contexto de modernização e necessidade de conhecimentos técnicos sobre temáticas da ordem do dia do governo que o Museu Nacional, sob a influência de Ladislau Netto, passou a estar vinculado ao MACOP. Ladislau talvez prevesse os ganhos para a instituição e seus agentes ao estarem ligados a uma secretaria de capital importância no cenário político da época. João Batista de Lacerda não só realçou o papel de Ladislau na transferência das pastas ministeriais como também destacou que Netto “levava as suas exigências ambiciosas ao ponto de sujeitar todo o movimento científico e administrativo do Museu ao domínio exclusivo de sua vontade”.²³ E acrescentou: “ele [Netto] parafraseou o dito célebre de Luiz XIV – O Museu sou eu.”²⁴

Ladislau de Souza Mello Netto²⁵ nasceu em Maceió, Alagoas, a 18 de março de 1838. Filho de Maria da Conceição Melo Netto e de Francisco de Souza Netto, comerciante, Ladislau veio ainda jovem para a Corte estudar na Academia Imperial das Bellas-Artes, contrariando a vontade do pai, que o desejava negociante. Sua habilidade para o desenho mostrou “que o balcão, o diário e *deve e haver* não eram-lhe congeniais.”²⁶ Do Rio de Janeiro, ele partiu para Pernambuco como desenhista e cartógrafo da comissão astronômica e hidrográfica destinada a estudar o litoral daquele estado. Em 1862, participou da exploração do Vale de São Francisco, em Minas Gerais, acompanhando Emmanuel Liais.²⁷ Em consequência destes estudos, publicou alguns trabalhos no periódico *Correio Mercantil*, nos *Comptes Rendus* da Academia de Ciências, do Instituto da França, e nos *Annales des Sciences Naturelles*, o que lhe teria aberto a carreira científica.²⁸ Ladislau ainda integrou a Sociedade Velloziana, fundada em 1850 por Freire Allemão. Segundo Veloso Júnior, o objetivo da referida sociedade era compilar e estudar os objetos e as palavras indígenas como ferramentas à história

²² Gabler, 2012, p. 15.

²³ Lacerda, 1905, p. 46

²⁴ Idem.

²⁵ Netto era membro da Sociedade Linneana de Paris, da Academia de Ciências de Lisboa, da Sociedade Velloziana do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Sociedade Botânica da França, dentre outras (Anexo II).

²⁶ O Novo Mundo. Periódico Ilustrado do Progresso da Edade, 1872, p. 2.

²⁷ Emmanuel Liais, astrônomo francês do Observatório de Paris, veio para o Brasil em 1858, assumindo, posteriormente, a direção do Observatório Imperial no Rio de Janeiro.

²⁸ O Novo Mundo. Periódico Ilustrado do Progresso da Edade, 1872, p. 2.

natural. Para se tornar sócio, era preciso ter “experiência em ciências naturais e línguas indígenas, incluindo a necessidade de publicações de estudos e trabalhos originais.”²⁹

A sua experiência pode ter motivado o imperador D. Pedro II a financiar seus estudos na Europa. Em 1864, por conta do governo, Ladislau foi para a França estudar ciências naturais nas escolas de Sorbonne e nos Jardins de Plantes de Paris. Ali, como membro da Sociedade Botânica da França, foi encarregado pelo governo francês para estudar a flora da Argélia. Retornando à Europa, em 1865 foi chamado pelo imperador a voltar ao Brasil, sendo então nomeado diretor da Seção de Botânica do Museu Nacional – concomitantemente, Freire Allemão foi nomeado diretor do Museu Nacional. Ladislau então pediu para permanecer um pouco mais de tempo a fim de concluir alguns compromissos assumidos na França. Não podendo recusar a solicitação de seu mecenas, Ladislau retornou ao Brasil em 1866, quanto então assumiu o cargo. Ali, foi também diretor interino, tornando-se diretor geral em 1875.³⁰

Além do Museu Nacional, Ladislau transitou em outros espaços (Anexo III), como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A SAIN funcionava como órgão consultivo do Estado Imperial, ligada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de onde recebia subvenções. Ela concedia licenças para exploração de novas espécies agrícolas e de minérios, bem como para fabricação de máquinas. Seus quadros eram formados por políticos, negociantes e pesquisadores que, dedicados em avaliar assuntos de interesse do governo, apresentavam soluções e formulavam ações para o Estado, visando a modernização econômica do país. Seu objetivo era

“explorar a natureza e coloca-la a serviço do progresso e da transformação do país. Criada na efervescência da Independência, em seus estatutos constava seu fim: ‘promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria no Império do Brasil’.”³¹

Sabemos que a agricultura, no século XIX, era o fundamento da indústria e da riqueza das nações. Obviamente, as ciências, tais como a “*meteorologia, a mecânica, a zoologia, a fisiologia vegetal e outras, porém mais particular e diretamente a química e*

²⁹ Veloso Junior, 2013, p. 54.

³⁰ Duarte, 1950.

³¹ Barreto, 2008. p. 3.

a botânica”³², deveriam dar subsídios para seu melhoramento. Nesse sentido, a valorização das ciências naturais e de suas aplicações correspondia aos anseios do Estado em aprimorar as atividades agrícolas – seguidas das atividades de mineração – e, por conseguinte, em promover o progresso nacional.

O Museu Nacional manteve relações estreitas com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional desde quando fora criada em 1825, cujas lideranças já transitavam nestes espaços. Silveira Caldeira, diretor do Museu Nacional de 1823 a 1827, quando consultado por D. Pedro I, deu parecer favorável à criação da Sociedade. Frederico Cézár Burlamaqui foi, concomitantemente, diretor do Museu Nacional no ano de 1863 e secretário da SAIN. Custódio Alves Serrão, ex- diretor do Museu Nacional, integrou a comissão de redação de *O Auxiliador*, periódico da SAIN. Nicolau Joaquim Moreira, subdiretor da seção de Botânica do Museu no período de 1876 a 1881, integrou a comissão de redação dos *Arquivos* e foi redator da *Revista Agrícola* do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e do *O Auxiliador* (Anexo III). A proximidade da SAIN com o Museu é visível inclusive no espaço físico. Ambos ocupavam o mesmo prédio no Campo do Santana, centro do Rio de Janeiro, local de visitas frequentes de D. Pedro II.

Ladislau, além de ter sido membro da SAIN, também foi membro do IHGB. O Instituto, criado em 1838, tinha o objetivo de coligir informações sobre a História do Brasil e, assim, forjar uma identidade para a nação, que seguia ameaçada pela instabilidade política do período regencial. Ali, em 1840, o trabalho de Karl Von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, foi premiado como referência para a escrita da História brasileira:

“Ao definir a nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros.”³³

Aos excluídos da história nacional, restava-lhes a etnografia. A prática etnográfica então serviria para tornar inteligível a existência dos povos “sem história”. Ao analisar a etnografia do século XIX no Brasil, Rodrigo Turim afirmou que enquanto

³² Domingues, 2001, p. 90.

³³ Guimarães, 1988, p. 7.

em meados do século as práticas etnográficas do IHGB eram caracterizadas pelos estudos das línguas e dos costumes dos selvagens, a partir dos anos 1870, no Museu Nacional, elas foram marcadas pelos estudos experimentais e evolucionistas sobre os primitivos habitantes do Brasil.³⁴

Além do IHGB e da SAIN, Ladislau Netto foi filiado a sociedades e academias americanas e européias (Anexo III). Botânico por formação, ele sempre se demonstrou interessado nas questões pertinentes à origem e evolução dos indígenas do Brasil, tendo publicado alguns textos ligados à arqueologia brasileira. Para Castro Faria, na gestão de Freire Allemão, Ladislau Netto foi assentando as bases de um projeto que pretendia realizar. Sobre Netto afirma Castro Faria:

“Sob a direção do conselheiro Freire Allemão começa o Museu Nacional a trilhar uma nova estrada. O animador das atividades que caracterizaram esse período não era o próprio Freire Allemão, cansado já da árdua ascensão ao posto glorioso com que a ciência lhe acenara, mas sim um auxiliar ainda moço, de espírito atilado e decidida vontade de vencer.”³⁵

Ao assumir o cargo de diretor geral, Ladislau Netto providenciou tão logo um regulamento que se adequasse às novas necessidades reclamadas pelo trabalho científico. Desde 1874, quando da apresentação ao Ministro do relatório anual referente ao ano de 1873, Netto ressaltava a necessidade de atualização do Regulamento do Museu. Segundo ele, era imperiosa a elevação da remuneração do pessoal do Museu, a renovação dos seus quadros, a oferta do ensino livre para esclarecimento do público, a construção do laboratório e a criação de um periódico científico especializado, que seria o verdadeiro arquivo, intérprete e expositor das lucubrações dos professores e do progresso da história natural no Brasil. E acrescentou que havia a necessidade de se criar um periódico científico:

“Neste país, onde nenhum jornal existe que se consagre especialmente às ciências especulativas e onde os impressos particulares que tratam de tais assuntos vendem-se a peso de balcão do taverneiro, uma tal publicação não seria unicamente incentivo de alto poder para quantos entre nós se dão ao culto das ciências; ela viria também erguer no conceito público as letras e as ciências nacionais mal curadas ou desprestigiadas, e

³⁴ Turim, 2009.

³⁵ Castro Faria, 1998, p. 63.

finalmente seria aos olhos da civilização estrangeira traslado seguro do progresso intelectual deste país”.³⁶

O desejo de reformar o Museu está do mesmo modo registrado no relatório do ano seguinte, no qual Netto, já como diretor geral, reforçou a urgência no estabelecimento de um novo regulamento que “não somente se lhe ampliem as atribuições e o âmbito de seus trabalhos, mas também lhe seja fixada uma verba equivalente a sua importância e aos serviços que dele espera o Estado e a instrução superior do Império.”³⁷ Naquele ano, o curso público já estava previsto para ser iniciado, uma vez que o principal empecilho para sua realização havia sido superado “com a restituição que fez a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do salão há tantos anos ocupado por ela neste edifício e que era o único apropriado para o curso”³⁸.

Ainda no relatório de 1875, encontramos o primeiro registro de uma coleção de crânios adquirida pelo Museu Nacional e relacionada entre os objetos da 4ª Seção do Museu (Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas). Os crânios, de índios botocudos, haviam sido coletados por Carlos Schreiner, naturalista viajante do Museu, em Santa Clara e em Macaé. No decorrer do texto, Netto informou também a participação de Eduardo Teixeira Siqueira, preparador da 1ª Seção (Anatomia Comparada e Zoologia), na coleta dos crânios, encontrados próximo ao rio Mucury.³⁹

Percebemos, portanto, que algumas práticas instituídas no Regulamento de 1876 já estavam em execução antes mesmo de sua regulamentação – o cargo de naturalista viajante, os cursos públicos e os objetos de estudo da antropologia – corroborando a ideia afirmada por Castro Faria, de que os saberes se formam previamente a sua institucionalização, e não o inverso. Segundo este autor, a instituição apenas os abriga depois de criados, pois, “é óbvio que ela não pode instituir aquilo que não existe.”⁴⁰

Finalmente, em 1876, entrou em vigor o novo regulamento do Museu Nacional, o qual estabeleceu, dentre outras coisas, uma nova divisão das seções, as finalidades da instituição, os modos de ingresso para seus quadros e as competências dos cargos, além

³⁶ Relatório Anual do Museu Nacional 1874, p. 9.

³⁷ Relatório Anual do Museu Nacional, 1875, p. 6.

³⁸ Idem, p. 8.

³⁹ O rio Mucury nasce em Minas Gerais e percorre a fronteira entre Espírito Santo e Bahia até desaguar no Oceano Atlântico.

⁴⁰ Castro Faria, 2006, p. 21.

de ter criado os cursos gratuitos e a revista *Arquivos do Museu Nacional*.⁴¹ O Regulamento de 1876 estabeleceu importantes mudanças que, a nosso ver, marcaram o início de um processo que culminou, anos depois, com a institucionalização das ciências, considerada como “a profissionalização dos cientistas e a garantia de sua autonomia e auto-regulamentação, frente ao Estado e à sociedade. Este processo postulava a instrução sistemática e a nítida separação entre leigos e especialistas.”⁴² Logo, analisar tais mudanças torna-se forçoso para a compreensão dos rumos da ciência no país.

1.2 Tempo de Mudança: a década de 1870 e o novo funcionamento do Museu

Nos anos setenta do século XIX, importantes mudanças ocorreram no Museu Nacional. Em 1876, o novo regulamento instituiu concursos públicos, cursos gratuitos, nova divisão das seções e o periódico científico. Não menos importante foi o Regimento Interno de 1879, que garantiu as condições necessárias para a aplicação e o funcionamento do que fora instituído pelo regulamento.

1.2.1 Da instauração de cursos públicos e de concursos

O Regulamento de 1876, ao fundar uma nova organização administrativa para o Museu, designou no Art. 5º os cargos necessários ao desempenho de suas atividades: além do diretor geral, um diretor e um subdiretor para cada seção, um secretário, um amanuense, um bibliotecário, um porteiro, um continuo, seis praticantes, três preparadores, serventes e naturalistas viajantes, “cujo número seria fixado pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas sobre proposta do Diretor Geral.”⁴³

Em seguida, já a partir do Art. 6º, foram discriminadas as competências destes cargos. Era atribuição do diretor geral presidir as reuniões do Conselho Diretor, nomear naturalistas viajantes, propor pessoas idôneas aos cargos que tenham de ser providos por portarias do Ministro, designar dentre os diretores e subdiretores aquele que exerceria a

⁴¹ Art. 19 do Regulamento de 1876 do Museu Nacional, publicado nos Arquivos do Museu Nacional, v. 1, 1876. Disponível em <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

⁴² Vergara, 2008, p. 328

⁴³ Art. 5 do Regulamento de 1876 do Museu Nacional.

função de secretário, dentre os praticantes aqueles que juntamente exerceriam a função de amanuense e bibliotecário e dentre os preparadores aquele que serviria como porteiro, promover relações entre o Museu e análogos estabelecimentos nacionais e estrangeiros, enviar relatórios anuais ao Ministro.

Ao Conselho Diretor, a ser formado pelo diretor geral, por um diretor e por um subdiretor de seção, cabia deliberar sobre as questões administrativas do Museu, organizar o programa dos cursos públicos, planejar o regimento, designar a comissão de redação da revista, submeter à aprovação do Ministro as normas para execução do concurso público, conferir o título de membro correspondente àqueles que tivessem mérito científico para isso.

Os diretores de seção tinham como atribuição classificar os objetos, lecionar as matérias da seção, entregar relatórios anuais ao diretor geral e cumprir suas solicitações. Já os subdiretores deviam auxiliar os diretores e substituí-los quando necessário.

Quanto aos demais cargos, estes não tinham funções diretivas. Ao contrário, estavam diretamente subordinados às orientações de Ladislau Netto, em especial o bibliotecário, os naturalistas viajantes e o porteiro que, segundo o Regulamento, receberiam incumbências diretamente do diretor geral. O amanuense deveria auxiliar o secretário que, por sua vez, era o responsável pelo registro, guarda e expedição de documentos. Não há descrição das atividades desempenhadas pelos praticantes e preparadores no Regulamento. O Regimento Interno de 1879, nesse sentido, vem complementar o Regulamento, abordando mais detalhadamente as deliberações do Regulamento. Segundo o Regimento, os praticantes e preparadores fariam o serviço conforme orientação dos diretores e subdiretores das seções onde estivessem alocados. O contínuo era o auxiliar do porteiro, cabendo-lhes a distribuição do serviço dos serventes.

Definidas as atribuições, o Regulamento trata, em seguida, dos cursos públicos. De acordo com o Art. 16, “O ensino científico a que é destinado o Museu Nacional, será dado em cursos públicos e gratuitos por meio de preleções que serão feitas pelos diretores de seção e subdiretores.” Os cursos deveriam ainda ser divulgados no Diário Oficial e anunciavam, portanto, a educação como atividade privilegiada do Museu.

As aulas eram ministradas uma vez por semana, à noite, no período de março a outubro, “sob as formas mais claras e convenientes, evitando absolutamente quaisquer

questões individuais.”⁴⁴ Era obrigatória a participação dos praticantes e preparadores. Usavam-se imagens e painéis como recursos didáticos. O resumo dos cursos foi divulgado nos *Arquivos do Museu Nacional*.

As aulas do curso tiveram início seis meses antes do Regulamento, o que para Netto representou um ensaio. Apenas após a criação do Regulamento, o curso “adquiriu a organização regular de um ensino metódico e substancial, firmou-se geral conceito de que nenhum outro ensinamento popular havia d’antes obtido melhores resultados.”⁴⁵ De acordo com o Relatório Anual de 1877, do curso participaram o Imperador, a princesa Izabel, o conde D’Eu, além de “muitos representantes das mais altas classes sociais” e de “centenas de pessoas de todas as camadas da sociedade.”⁴⁶ Naquele ano de 1877 havia sido ministrado o curso de antropologia. No ano seguinte, foi a vez do curso de botânica.

Os cursos públicos foram ferramentas de vulgarização científica daqueles homens de ciência. A vulgarização consistia na tradução da linguagem especializada para uma linguagem mais simplificada que permitia que assuntos complexos da ciência estivessem ao alcance da compreensão de todo, pois

“Na medida em que a sociedade aceitasse a idéia geral de que o trabalho do cientista é desinteressado e que este está sempre em busca do bem comum, o apoio da sociedade para a atividade científica deveria ser incondicional e a ciência se desenvolveria, segundo seus critérios de auto-regulamentação, independente da opinião pública.”⁴⁷

Segundo Vergara, a vulgarização foi uma prática importante no processo de institucionalização da ciência ao despertar na sociedade a confiança na ciência, principalmente numa época na qual o conhecimento científico estava intrinsecamente ligado ao progresso da nação, e ao “fornecer espaço para a formulação de demandas de recursos e reconhecimento frente à sociedade.”⁴⁸

Do mesmo modo, a instauração de concursos públicos para o ingresso nos quadros do Museu Nacional foi fundamental para o início deste processo de

⁴⁴ Art. 33 do Regimento Interno de 1879 do Museu Nacional.

⁴⁵ Relatório Anual do Museu Nacional, 1877, p. 3.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Vergara, 2008, p. 328.

⁴⁸ Idem, p. 329.

institucionalização, tendo em vista que garantiu aos pares estabelecer as regras do jogo, isto é, assegurou uma autonomia, ainda que relativa, para habilitar aqueles capazes de ter o exercício legítimo da atividade científica.

O Art. 24 do Regulamento estipulou concurso público para os cargos de diretor de seção e de subdiretor, cujo requisito era: ser brasileiro, ter maioria legal, moralidade e capacidade profissional. Também ficou estabelecido, no Art. 25, concurso para o cargo de praticante, para o qual o candidato deveria: ser brasileiro, maioria de 18 anos, moralidade, ser submetido a provas de língua nacional, latina e francesa, geografia, aritmética e geometria. Entretanto, o Regulamento previa a dispensa das provas aos candidatos que comprovassem formação em universidade, faculdade ou escola, nacional ou estrangeira.

Ainda de acordo com o documento, deviam “os diretores de seção ser nomeados dentre os subdiretores e estes dentre os praticantes.”⁴⁹ No caso de existência de vaga, era o Ministro quem decidia seu preenchimento, ou na forma de concurso ou de contrato de pessoa habilitada. Quando autorizado o concurso, o Regimento Interno previa a divulgação na imprensa.

Contudo, o Regimento Interno introduziu novas regras para o concurso, as quais não só detalhavam os pormenores da seleção, como abriam a possibilidade de isenção de algumas exigências do Regulamento. Por exemplo, o Regimento Interno garantia a dispensa do Art. 24 do Regulamento caso o candidato para diretor de seção fosse um dos subdiretores do Museu Nacional. As provas para a seleção de subdiretor e diretor de seção incluíam dissertação escrita, exposição oral e prova prática. A avaliação ficava a cargo do Conselho Diretor.

Findo o processo seletivo, o Conselho deveria organizar a lista dos aprovados e classificados e o diretor geral, envia-la ao Ministro, juntamente com a cópia das atas e das provas da seleção, bem como uma descrição minuciosa e reservada a respeito de cada candidato no que se refere ao “seu procedimento moral, civil, de suas habilitações científicas, de seus trabalhos impressos e dos serviços que tenha prestado ao Estado.”⁵⁰ E se entre os candidatos houvesse algum subdiretor, deveria ser informado do mesmo modo os serviços que havia prestado ao Museu. O mesmo procedimento deveria ser adotado para a seleção dos candidatos à vaga de praticante.

⁴⁹ Art. 28 do Regulamento de 1876 do Museu Nacional.

⁵⁰ Art. 56 do Regimento Interno do Museu Nacional.

O Regimento ainda previa procedimentos para o modo de aplicação das provas, os casos de falta do candidato e de não aprovação na seleção e também para o caso de inexistência de inscritos, o que demandava ao diretor geral comunicar o fato ao Ministro, indicando-lhe três candidatos para o cargo.

O primeiro concurso da instituição data do ano de 1882. A vaga era para subdiretor da 3ª Seção (Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral). O único candidato, Francisco José de Freitas, foi submetido à prova escrita, oral e prática na presença do imperador e da banca, formada por Ladislau Netto, João Batista de Lacerda e Orville Derby, tendo sido então aprovado, conforme consta em ata.⁵¹ Freitas era engenheiro e ex-integrante da extinta Comissão Geológica do Império, chefiada por Charles F. Hartt (Anexo III).

Dois anos depois, em 1884, um novo concurso foi aberto para subdiretor da 2ª seção (Botânica e Paleontologia Vegetal). Mas, seus trâmites não foram tão tranquilos como o do primeiro. No processo seletivo, o candidato Collatino Marques de Souza⁵² foi reprovado em todas as provas. O curioso é que ele já era contratado do Museu, mas sua efetivação precisava obedecer às normas do Regulamento. Insatisfeito com a reprovação, Collatino recorreu ao ministro da agricultura, apresentando um requerimento onde apontava irregularidades no concurso. Ele também escreveu ao imperador informando o ocorrido. Contudo, sua tentativa foi em vão.⁵³

Passado quase um ano, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas autorizou então um novo concurso, para o qual se inscreveram Wenceslau Alves Leite de Oliveira Besh, Hermillo Bourgui Macedo de Mendonça e Amaro Ferreira das Neves Armond.⁵⁴ As inscrições dos candidatos Wenceslau e Hermillo foram indeferidas. Isso porque Wenceslau, como atuava na Escola Politécnica, não poderia concorrer a um novo cargo público, pois o acúmulo era ilícito, mesmo motivo que levou, segundo Ladislau, a saída de João Joaquim Pizarro dos quadros do Museu anos antes (Anexo

⁵¹ Pasta 22, doc. 75 e 123. 1882. Esta, como as demais pastas citadas no decorrer deste trabalho, encontram-se na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Fundo Museu Nacional, Série Diretoria, Avisos e Ofícios. MN.DR.AO.

⁵² Natural da Bahia, Collatino era engenheiro e publicou em 1883 a obra *Roteiro da Costa do Norte do Brasil entre Pernambuco e Maranhão*.

⁵³ Pasta 23, doc. 130 de 1884; Pasta 24, doc. 4, 193, 235, 236 de 1885; Pasta 25, doc 14 e 28 de 1886. MN.DR.AO.

⁵⁴ Amaro Ferreira das Neves Armond, médico, assumiu a direção geral do Museu em 1892 e 1893. Hermillo Bourgui Macedo de Mendonça era engenheiro civil e bacharel em ciências naturais. Anos depois se tornou professor da seção de zoologia do Museu Nacional. Sobre Wenceslau Alves Leite de Oliveira Besh não obtivemos informações.

III). Já o candidato Hermillo Bourgui teve a inscrição recusada porque não teria apresentado os títulos exigidos pelo Regulamento. Com isso, permaneceu inscrito apenas o candidato Amaro, que foi aprovado, encerrando o concurso em 1887.⁵⁵

Com a regulamentação do concurso no Museu Nacional, onde foram dispostas as normas para o ingresso na instituição e discriminadas as competências necessárias ao exercício legítimo do cargo, as regras então estavam postas, ampliando assim o espaço de possíveis⁵⁶ de seus agentes e demonstrando um esforço para sua profissionalização.

1.2.2 Das novas classificações do Museu Nacional

O Art. 1º inicia o Regulamento tratando da finalidade do Museu Nacional e, assim, deixando evidente a pesquisa, o ensino e a conservação como suas principais atribuições. Evidenciava do mesmo modo os usos para os quais deviam servir o conhecimento produzido.

“Art. 1 – O Museu Nacional é destinado ao estudo da História Natural, particularmente da do Brasil, e ao ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústria e artes.

Para esse efeito coligirá e conservará sob sua guarda, devidamente classificados, os produtos naturais e industriais que interessem aquele fim.”⁵⁷

A divisão das áreas de conhecimento que se tinha até então no Museu sofreu alteração a partir de 1876. Apresentando uma maior especialização, as seções passaram a abrigar novos saberes com a vigência do novo Regulamento. O quadro abaixo nos permite comparar a organização do Museu antes e depois de 1876.

⁵⁵ Pasta 24, doc. 234 de 1885; Pasta 25, doc. 117, 126, 127 de 1886; Pasta 26, doc 49 de 1887. MN.DR.AO.

⁵⁶ Segundo Bourdieu, o espaço de possíveis “é o que faz com que os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados, datados, e relativamente autônomos em relação às determinações diretas do ambiente econômico e social”. Bourdieu, 2011b, p. 53.

⁵⁷ Regulamento de 1876 do Museu Nacional.

Seção	Regulamento de 1842	Regulamento de 1876
1 ^a	Anatomia Comparada e Zoologia	Antropologia, Zoologia, Anatomia e Paleontologia Animal
2 ^a	Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas	Botânica e Paleontologia Vegetal
3 ^a	Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas	Geologia, Mineralogia e Paleontologia Geral
4 ^a / Anexa	Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas	Arqueologia, Etnografia e Numismática.

Demonstrando maior especialização dos estudos então desenvolvidos, pela primeira vez a Antropologia e a Etnografia, e do mesmo modo a Paleontologia, apareceram como áreas de conhecimento. Em compensação, a agricultura deixa de integrar 2^a Seção. Alocada na 1^a Seção, ao lado da Zoologia, a Antropologia seguia o modelo de análise da biologia, baseada na teoria da evolução: “Entendida como um ramo das ciências naturais, a antropologia dedicava-se, sobretudo, à medição craniométrica, material considerado privilegiado para a análise dos povos”⁵⁸. A nova ciência, portanto, buscava o entendimento da natureza humana.

Já a Etnografia foi alocada na quarta seção que, a partir do Regulamento de 1876, tornou-se Seção Anexa. Por assim ter sido denominada, esta seção é uma clara demonstração da inadequação daqueles conhecimentos que a integrava à estrutura da instituição que, fundamentalmente, dedicava-se às ciências naturais. Inclusive, o Art. 3^o do Regulamento previa a construção de um museu especializado para onde tal seção seria transferida.

A construção do museu especializado no Brasil não ocorreu, mas a previsão da separação da Etnografia daquele espaço destinado aos estudos das ciências naturais estava em consonância com o percurso da disciplina no exterior, em especial na França:

“Hamy – discípulo de Quatrefages – (...) se distanciando da Antropologia Biológica, tinha maior preocupação histórica e etnográfica. Preocupação essa que levaria à individualização do Musée d’Ethnographie du Trocadéro, em 1878, a partir das

⁵⁸ Schwarcz, 1993, p.53.

coleções do Louvre, do Muséum d'Histoire Naturelle e da Biblioteca Nacional.”⁵⁹

Entre as práticas científicas da antropologia e da etnografia havia uma considerável distância. Enquanto a primeira concentrava seus estudos numa análise biológica, a segunda privilegiava uma abordagem focada na cultura material. Entretanto, o olhar de ambas era voltado para o homem, sua origem e evolução, demarcando suas diferenças e hierarquizando-as. E era este o ponto que as aproximava. Tanto a etnografia quanto a antropologia buscavam compreender o estágio da evolução humana, seja através da medição de crânios, seja através do exame de sua produção material. Segundo Bertrand, as produções materiais

“sont issues de son habileté manuelle et sont le fruit de l'activité de son esprit. Le crâne apparaît alors comme le seul témoin de cette capacité spéciale de l'homme à penser et la matérialise. Le cervau, et par extension le crâne, apparaît comme le siège de toutes les caractéristiques principales de l'homme.”⁶⁰

Deste modo, apesar de métodos distintos, cujos estudos alimentavam o debate entre poligenistas e monogenistas, a antropologia e a etnografia dialogavam, podendo esta fornecer àquela subsídios para as pesquisas na medida em que buscava na cultura material evidências da capacidade intelectual. O próprio Hamy, no Museu do Trocadero, “expose des crânes avec des productions matérielles bien que ces pièces d'anthropologie physique soient minoritaires par rapport aux objets ethnographiques.”⁶¹

No Museu Nacional, embora estivessem em seções diferentes, a antropologia, a etnografia e a arqueologia eram saberes úteis para a compreensão da gente primitiva do Brasil. Aliás, os primitivos vivos – tidos como resistentes ao avanço da civilização – ou extintos – desaparecidos em função da mestiçagem e transformados em elementos da nacionalidade –, por meio dos estudos antropométricos tornaram-se verdadeiros “documentos humanos”. O termo foi cunhado por Emile Zola em seu famoso *Romance Experimental*. Representante da literatura naturalista caracterizada pela descrição real da

⁵⁹ Lopes, 2009, p. 174.

⁶⁰ Livre tradução: “são derivadas de sua habilidade manual e são o fruto da atividade de seu espírito. O crânio aparece então como o único testemunho desta capacidade especial do homem para pensar e materializar. O cérebro, e por extensão o crânio, aparecem como o lugar de todas as características principais do homem”. Bertrand, 2010, p. 8-9.

⁶¹ Livre tradução: “expôs os crânios com as produções materiais, embora estas peças da antropologia física fossem minoritárias em relação aos objetos etnográficos”. Bertrand, 2010, p. 73.

vida social observada, em oposição às idealizações do romantismo, Zola nesta obra defendeu a aplicação do método experimental na literatura: “si la méthode expérimentale conduit à la connaissance de la vie physique, elle doit conduire aussi à la connaissance de la vie passionnelle et intellectuelle.”⁶²

Apropriadmo-nos da categoria “documentos humanos” para tratar das práticas experimentais do século XIX nas quais o homem se tornou objeto de investigação. Do ponto de vista antropológico, o objeto humano passou a ser uma fonte de informações com vistas à compreensão de sua origem e evolução. No Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional, João Batista de Lacerda conduzia os estudos antropométricos, principalmente crânios, encontrados nas expedições científicas, coletados e transformados em acervo. Os resultados de suas análises foram publicados nos *Arquivos*, como veremos adiante.

As medições seguiam um padrão internacional criado na escola francesa de Paul Broca. Da França igualmente foram importados os instrumentos científicos para apuração das medidas. A aquisição destes instrumentos por parte do Museu Nacional, além de demonstrar a apropriação dos protocolos metodológicos franceses, sugerem que, no laboratório, os objetos postos sob mensuração fossem transformados em documentos humanos.

Além dos crânios, índios vivos igualmente foram examinados no laboratório do Museu. Na ocasião da Exposição Antropológica Brasileira, realizado no Museu em 1882, índios xerente e botocudos foram expostos aos olhos dos visitantes e postos em experimentos. Lacerda, a fim de avaliar a sua força muscular, estudo que poderia ser útil quanto à conveniência do emprego desta mão-de-obra no trabalho agrícola, submeteu-os a uma tarefa de esforço e mediu-os com instrumento específico. Depois, fez o mesmo com um homem branco. O resultado apontou que a força muscular indígena era menor que a do branco civilizado, ainda que aos olhos de todos, os primitivos apresentassem maior massa muscular.

Deste modo, o colecionismo, prática que nos museus do século XIX se tornou uma forma objetiva de saber, foi sendo substituído pelos estudos experimentais em laboratório, onde a coleta de dados e sua averiguação por meio de instrumentos específicos criaram novos procedimentos para apreensão do conhecimento. A prática

⁶² Livre tradução: “se o método experimental conduz ao conhecimento da vida física, ele deverá também conduzir à compreensão da vida sentimental e intelectual.” Emile Zola. *Le Roman Expérimental*. Paris: G. Charpentier Éditeur, 1880, p. 3.

dos estudos antropológicos regulamentada no Museu em 1876 consistiu, portanto, numa “operação análoga à realizada pelo historiador, que transforma restos materiais em testemunhos, e testemunhos em documentos.”⁶³ O material osteológico (crânios, dentes, esqueletos) e o próprio primitivo, vivo e por isso resistente ao processo evolutivo, no laboratório foram transformados em documentos humanos, que carregavam em si a objetividade do conhecimento sobre o seu passado e, evidentemente, sobre o passado, o presente e o futuro da nação.

1.2.3 Da criação da revista *Arquivos do Museu Nacional*

Segundo o art. 19 do Regulamento que criou os *Arquivos do Museu Nacional* em 1876, a revista deveria dar “conta de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das notícias nacionais ou estrangeiras que interessarem às ciências de que se ocupa o Museu”, além do catálogo das coleções, dos donativos feitos ao Museu e dos nomes dos membros correspondentes. Planejada para ser publicada trimestralmente, embora essa periodicidade não tenha sido mantida, os *Arquivos do Museu Nacional* foram “durante muito tempo o único veículo de difusão no estrangeiro das ciências no Brasil.”⁶⁴ Sua distribuição era feita gratuitamente aos estabelecimentos científicos e literários, nacionais e estrangeiros, na forma de permuta, e aos membros correspondentes e funcionários do Museu Nacional.

O Art. 20 do Regulamento ditava que a comissão de redação da revista deveria ser formada pelo diretor geral, por um diretor e por um subdiretor de seção e que o orçamento das despesas decorrentes da publicação seria organizado pelo Conselho Diretor, sob a aprovação do Ministro. Já de acordo com o Regimento Interno, nos Art. 41 e 42, a comissão de redação era responsável pela avaliação dos artigos submetidos à publicação, devendo julga-los e revisa-los, conforme os seguintes critérios: os trabalhos deveriam ser de interesse coletivo, originais e com temas relacionados às seções do Museu. Entretanto, era de Ladislau Netto o papel principal na elaboração dos *Arquivos*, seja porque foi permanente sua presença na comissão, seja porque a edição da revista cabia particularmente a ele, como veremos no capítulo seguinte.

⁶³ Turim, 2009, p. 146.

⁶⁴ Vergara, 2003, p.58.

No Relatório de 1877 apresentado por Netto ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Thomaz José Coelho de Almeida, podemos ver o que representou a revista para seus produtores:

“Os *Arquivos* (...) não vem justificar somente perante o tribunal da opinião pública os benéficos desvelos que tem merecido ultimamente do Governo do país este, até há pouco, tão descuidado estabelecimento de instrução superior do Império; são também para os países estrangeiros, ou antes, para o vastíssimo orbe das ciências e das letras que não conhecem delimitação à pátria, os mais belos fastos do nosso avanço no estágio da civilização, a cujos olhos constituir-se-hão testemunhos tão eloqüentes quão pouco ostentosos, de que unicamente por suspicaz imputação nos podem macular com o deslouro de retrógrados e de indolentes.”⁶⁵

Signo de progresso e de civilização dos trópicos e veículo de propaganda e de consagração dos seus autores, temos nos *Arquivos do Museu Nacional* uma publicação especializada, portadora de um discurso institucionalizado, que era entendida pelos seus idealizadores como “o órgão e o repositório dos trabalhos desta repartição.”⁶⁶ Certamente, sua produção permitiu a inserção do Museu Nacional no “movimento dos museus”, iniciado em 1870. Tal movimento consistiu em formar uma organização profissional e em estabelecer redes de comunicação entre eles, provocando uma “expansão sem precedentes dos museus de todos os tipos, por todos os continentes, como um verdadeiro movimento social, marcado pelo estabelecimento de amplas redes de intercâmbio, que puseram em contato (...) os museus de todo o mundo.”⁶⁷

No Brasil, este diálogo ocorreu não só com os países europeus – eixo de comunicação tradicionalmente consolidado –, mas também com a América, assunto que trataremos no último capítulo. Isso nos leva a abandonar a perspectiva eurocêntrica, “rompendo com a crença comum no caminho de sentido único que levava à Europa – e mais tarde aos Estados Unidos – qualquer tentativa de pensar a construção de nossas tradições de cultura científica.”⁶⁸

O ambiente científico, nesse período, era marcado pelo cientificismo, o que significava a “impossibilidade de qualquer solução não-científica para os problemas

⁶⁵ Relatório do Museu Nacional, 1877, p. 4.

⁶⁶ Art. 40 do Regimento Interno do Museu Nacional.

⁶⁷ Lopes e Muriello, 2005, p. 17.

⁶⁸ Lopes, 2000, p. 228.

humanos, pois só a ciência revelaria o ser das coisas”⁶⁹. A teoria evolucionista havia se tornado modelo de interpretação entre os cientistas, tanto do mundo natural quanto do social, o que contribuiu para a apropriação dos métodos das ciências naturais para o estudo e classificação dos grupos humanos. Destacamos ainda neste cenário cientificista: o determinismo mesológico, cujos defensores acreditavam na determinação do meio sobre o homem, isto é, segundo eles, o estudo do solo e do clima indicaria o potencial de civilização de um povo; e o positivismo, onde a preocupação com a materialização do progresso era proeminente.

A divulgação científica, por conseguinte, possuía um discurso de autoridade, sobretudo porque seus promotores consistiam em “homens ligados à ciência por sua prática profissional como professores, engenheiros ou médicos, ou por suas atividades científicas, como naturalistas”⁷⁰ e que por isso estavam imbuídos de credibilidade. No caso da revista *Arquivos*, que não se tratava de um periódico de divulgação, mas de difusão, como assim o categorizamos a fim de o distinguirmos como um impresso destinado ao leitor especializado, tal autoridade era fortalecida na medida em que a disseminação de saberes ocorreu num momento em que os museus eram tidos como “centros irradiadores e condutores das ciências e da evolução dos países”⁷¹.

1.3 A Produção dos *Arquivos do Museu Nacional*

A publicação dos *Arquivos* representou a criação de um importante canal de difusão científica e, inevitavelmente, de validação da ciência produzida no Museu Nacional. Isso porque a publicação confere legitimidade à produção científica na medida em que favorece o debate entre os especialistas sobre os riscos, (in)certezas e possíveis aplicações do conhecimento. Segundo Bourdieu, o julgamento do conhecimento entre os iguais constrói reputações, distribui poder e valida discursos, isto é, confere autoridade e poder àqueles que o detêm por meio do crédito atribuído pelos pares, o que gera, por fim, capital científico, tipo de capital simbólico fundado em atos de conhecimento e reconhecimento.⁷² Tais discursos podem, inclusive, ser apropriados para finalidades políticas, legitimando-as – cabe mencionar, por exemplo, os estudos

⁶⁹ Vergara, 2003, p.40.

⁷⁰ Massarani e Moreira, 2003. p. 46.

⁷¹ Lopes, 2000, p. 229.

⁷² Bourdieu, 2004.

antropológicos que, produzidos no contexto de discussão das concepções monogenistas/poligenistas, “alimentavam o debate sobre a substituição da mão-de-obra e entrada de imigrantes no Brasil no final do século XIX”⁷³.

Portanto, a revista *Arquivos do Museu Nacional* era não só um espaço destinado à difusão científica, mas também um bem simbólico capaz de promover a consagração e legitimação dos seus produtores, de conferir uma identidade à ciência nacional e de apresentar, por meio do Museu Nacional, os progressos alçados pelo Império do Brasil.

O modo como a revista se apresentava era o seguinte: os textos eram escritos em língua portuguesa – na publicação de 1887 temos os textos traduzidos para a língua inglesa –, acompanhados da capa, da folha de rosto, onde o título se repete e onde encontramos duas epígrafes, o brasão do Império, a informação da tipografia e do ano de publicação. Em seguida, vem o índice dos textos e das estampas, relação de membros correspondentes, da comissão de redação e do quadro de pessoal do Museu, os artigos científicos, as estampas e a relação de obras recebidas pelo Museu Nacional, como permuta dos *Arquivos*, organizadas a partir das cidades onde estavam situadas as instituições com as quais se realizou a troca.

A sua impressão não era tarefa fácil e os atrasos foram constantes. Para o período estudado temos ao todo sete volumes (Anexo I). O Volume I foi publicado em 1877, embora traga impresso na folha de rosto o ano de 1876, porém este foi o ano de publicação do primeiro fascículo apenas. Em julho de 1876, Ladislau informou o ministro das despesas da impressão de três mil exemplares.⁷⁴ A primeira carta que acusa o recebimento do exemplar é de agosto de 1876.⁷⁵ Em julho do ano seguinte, Ladislau Netto enviou ofício ao ministro informando a necessidade de pagar Angelo Agostini e Eduardo Rensburg pelas estampas do primeiro fascículo.⁷⁶ Ainda no mesmo mês, Ladislau pediu verba para a publicação dos outros três fascículos atrasados.⁷⁷ No mês seguinte, Ladislau, em ofício ao Ministro, avisou-o da tiragem de dois mil exemplares

⁷³ Keuller, 2008, p. 117.

⁷⁴ Ata do Conselho Diretor de 08/07/1876. Pasta 15, doc. 80. MN.DR.AO.

⁷⁵ Correspondência do professor da Universidade da Pensilvânia ao Museu Nacional acusando o recebimento dos *Arquivos*. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 15, doc. 100A, 25 ago. 1876.

⁷⁶ Ofício do diretor do Museu Nacional ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Livro 7. 1875-1881. 16 jul. 1877.

⁷⁷ Idem, 28 jul. 1877.

da revista.⁷⁸ Em dezembro, ele enviou ao ministro os quatro fascículos publicados, juntamente com o Regulamento, que integrou o volume.⁷⁹

O mesmo atraso ocorreu com o Volume II. Na folha de rosto deste está impresso o ano de 1877. Entretanto, em maio de 1878, Netto registrou em ata de reunião do Conselho Diretor a razão pelo atraso dos três fascículos do segundo volume: a falta de verba e a dificuldade de impressão das gravuras.⁸⁰ Apenas no ofício de maio de 1879 é que constam as despesas com a publicação dos quatro fascículos referentes ao ano de 1877.⁸¹

Os atrasos na publicação dos volumes seguintes foram recorrentes. O terceiro volume foi publicado em 1880 e o quarto e quinto, em 1881. O Volume VI, dedicado à Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 1882, só foi publicado em 1885 e, dois anos depois, em 1887, foi publicado o sétimo volume.

A impressão dos textos ocorreu em diferentes tipografias. Os volumes I e II foram produzidos na Imprensa Industrial, situada na Rua da Ajuda, 75, que pertencia a José Luiz de Almeida. O volume III, na Tipografia do Imperial Instituto Artístico, localizada também na Rua da Ajuda, 61, propriedade dos irmãos Heinrich Fleiuss e Carl Fleiuss.⁸² Na Tipografia Econômica de Machado e Cia, pertencente a Joaquim Machado e Francisco Arthur da Costa e situada na Rua Gonçalves Dias, 28, foram impressos os volumes IV, V e VI. O volume VII foi impresso na Imprensa Nacional.⁸³

O orçamento destinado à impressão dos exemplares, que variava entre dois e três mil fascículos durante o período que estudamos, compreendia o valor de 6.000\$000 a 8.000\$000 anuais.⁸⁴ Comparando com o orçamento das *Publicações Históricas* do Arquivo Nacional, instituição vinculada ao Ministério dos Negócios do Império, as

⁷⁸ Idem, 20 ago. 1877.

⁷⁹ Idem, 12 dez. 1877.

⁸⁰ Ata do Conselho Diretor de 03/05/1878. Pasta 17, doc. 119. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios.

⁸¹ Ofício do diretor do Museu Nacional ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Pasta 18, doc. 68. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios.

⁸² Os tipógrafos alemães Heinrich Fleiuss e Carl Fleiuss chegaram no Rio de Janeiro em 1859 e fundaram o Instituto Artístico, depois Imperial Instituto Artístico, que funcionava como estabelecimento de ensino das artes gráficas e como tipografia. Ali foi produzida, por exemplo, a *Semana Illustrada*, periódico que circulou entre 1860 e 1875 e que os destacou no trabalho da litografia – ali também atuou Ângelo Agostini, como veremos no capítulo seguinte. Ver Rezende, 2003.

⁸³ A Imprensa Régia foi criada em 1808 e em 1830 ganhou o nome de Tipografia Nacional. Depois, em 1885, veio a se chamar Imprensa Nacional. Ver Berger, 1984.

⁸⁴ A localização dos orçamentos encontrados é: Pasta 15, Docs 12, 13 e 14 de 1876; Pasta 16A, Doc. 82 e 82A de 1877. Pasta 17 Doc 142 de 1878; Pasta 20, Doc. 201 e 225 de 1881; Pasta 22 Doc. 39 de 1883; Pasta 23 Doc. 138 de 1884; Pasta 24 Doc. 189 de 1885; Pasta 25 Doc. 35 e 75 de 1886; Pasta 26 Doc. 77 e 97 de 1887. MN.DR.AO.

despesas e a tiragem dos *Arquivos* eram bem superiores. A publicação do Arquivo Nacional girava em torno de mil exemplares com uma despesa aproximada de 2.000\$000.⁸⁵

Ladislau Netto, por diversas vezes, queixou-se dos poucos recursos destinados ao Museu. No Relatório de 1877, ele afirmou que as verbas destinadas ao Museu eram insuficientes e criticou:

“compararia a migalha que se dá por verba ao Museu Nacional aos subsídios com que são estipendiados os simples gabinetes das Universidades estrangeiras, e ver-se-ia então que se uma tal ou qual atymia se observa em nossa vida científica, não à pressuposta indolência dos profissionais brasileiros, mas à recusa do auxílio oficial, convém que seja ela por justo direito atribuída.

Sessenta contos de réis para verba total de uma instituição de tantas e tamanhas prerrogativas parecem destinados (...) a por à dura prova de torturas a longanimidade daqueles a quem incumbe o velar e o trabalhar pelo seu luzimento e prosperidade.”⁸⁶

Em 1885, Netto recorreu diretamente a D. Pedro II. Enviou-lhe uma carta na qual relatou a importância e os resultados dos trabalhos realizados no Museu e solicitou-lhe apoio financeiro. Junto com a carta, Netto enviou ao imperador o volume seis dos *Arquivos* – provavelmente intencionando apresentá-la como prova material do trabalho realizado. Na carta, Netto criticou a redução do orçamento previsto para o Museu, que prejudicaria a execução de seus projetos futuros: a publicação dos volumes VII e VIII dos *Arquivos*, do Catálogo da Exposição Antropológica de 1882, do Album Etnográfico e de um boletim mensal do Museu. O seu objetivo na carta era pedir a D. Pedro II:

“toda a sua sempre benéfica influência em favor deste Museu ao qual o novo orçamento, há dois dias apresentado ao Corpo Legislativo, cortou todos os meios indispensáveis às mais imprescindíveis necessidades (...). Ora, para tudo isso marca o novo orçamento a quantia de cinco contos, eliminando-se de mais a mais um conto da verba até há 2 anos concedida para os

⁸⁵ Mariana Simões Lourenço. *Do Acervo ao Livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2013.

⁸⁶ Netto, 1877, p. 3.

Arquivos. (...) recorro a V. M. de quem espero todo o auxílio e toda a proteção (...)”⁸⁷

Ladislau Netto desempenhou um papel central na produção da revista, de modo particular, e na trajetória do Museu Nacional, de modo geral. Vislumbrando a reforma institucional desde a época em que fora diretor interino, reforma esta declarada nos relatórios destinados para o Ministro, ao assumir a direção geral, Netto pôde executar suas ideias. O novo Regulamento e o Regimento Interno de 1879, frutos de sua gestão, não à toa centralizaram na figura do diretor geral atribuições preponderantes para o desempenho das atividades do Museu.

No caso do periódico, ele presidia a comissão de redação, responsável pela avaliação e revisão dos artigos submetidos, presidia o Conselho Diretor, responsável pela proposta de orçamento da revista, e deliberava sobre a edição da revista, conforme ditava o Regimento Interno. E é o trabalho editorial que queremos destacar neste momento.

Segundo Ouvry-Vial, toda edição porta a intencionalidade do seu editor, que é adaptar os textos às práticas de leitura através das operações formais de edição. O lugar do editor, nesse sentido, é o lugar intermediário entre o autor e o leitor, onde o livro torna-se *medium*, cujas escolhas editoriais pretendem exercer algum efeito sobre o leitor. Para a autora, o editor é um intérprete do seu tempo e editar

“consiste en effet à proposer une lecture d’une oeuvre écrite ou visuelle par le biais d’un arrangement conceptuel et formel (papier, format, caracteres, mise en page mais aussi établissement du texte, présentation, traduction...) qui conditionne le sens et l’interprétation de l’écrit.”⁸⁸

Nesse sentido, o editor é também um leitor, mas um leitor específico que antecipa o que, a seu ver, o leitor gostaria de ler. Contudo, as escolhas do editor, e dos demais agentes envolvidos no processo editorial, não podem ser dissociadas das condições sociais de produção da obra. É preciso, por isso, situar o lugar social que ocupam num determinado contexto histórico.

⁸⁷ Carta de Ladislau Netto ao imperador D. Pedro II de 30 de Maio de 1885. Biblioteca Nacional. Manuscritos. II, 35, 04, 017.

⁸⁸ Livre tradução: “consiste com efeito propor uma leitura de uma obra escrita ou visual por meio de um arranjo conceitual e formal (papel, formato, caracteres, *layout*, mas também o estabelecimento do texto, apresentação, tradução...) que condiciona o sentido e a interpretação da escrita”. Ouvri-Vial, 2007, p. 72-73

Como a revista *Arquivos* não era comercializada, pelo menos não até a publicação do volume seis⁸⁹, é impossível atribuir à Netto, e conseqüentemente à comissão de redação, a adoção de estratégias comerciais que, em geral, conduzem o trabalho de edição. Sendo o primeiro periódico do país especializado em ciências naturais e produzido por uma instituição nacional que centralizava tais estudos, a produção, edição e distribuição da revista visava tornar público o conhecimento ali produzido, o que traria como desdobramento a consagração dos seus agentes e a legitimação das práticas científicas conduzidas no Museu Nacional mediante o reconhecimento advindo dos pares, a quem a revista era destinada.

Acrescentemos ainda a função que os periódicos científicos exerciam: mantinham a ligação entre cientistas de diferentes lugares, criando uma comunidade imaginada. Segundo Jordanova, “late eighteenth-century medical periodicals (...) cultivated a sense of community among people who were extremely unlikely to meet. (...) That is, they acted as a point of union for people who were far flung geographically, but not mentally”⁹⁰.

A comunidade imaginada, segundo Anderson, que se refere especificamente à comunidade nacional, é formada por indivíduos que, embora não se conheçam, acreditam pertencer a ela porque, de algum modo, possuem ali alguma identificação. Ademais, estes indivíduos, apesar de mantidas suas diferenças – sociais, políticas, religiosas, etc. –, seguem vinculados por um projeto comum. A imprensa, nesse sentido, ao revolucionar a difusão do conhecimento, permitiu a disseminação das línguas vernaculares, o que teria colaborado para o surgimento de uma consciência nacional.⁹¹

No caso da comunidade científica, Jordanova afirma que “from the late eighteenth century onwards, producers of natural knowledge imagined themselves both as simultaneously integral of the imagined community of the nation and as actively constructing smaller imagined communities.”⁹²

⁸⁹ De acordo com informação constante na última página do volume de 1885, a partir daquela publicação a revista seria comercializada por meio da assinatura anual no valor de 10\$000. Contudo, durante o levantamento das fontes, não encontramos qualquer documento referente a sua comercialização.

⁹⁰ Livre tradução: “final do século dezoito periódicos médicos (...) cultivaram um sentimento de comunidade entre pessoas extremamente improváveis de se encontrar. (...) Isto é, eles agiram como um ponto de união para pessoas que estavam distantes geograficamente, mas não mentalmente”. Jordanova, 1996, p. 225.

⁹¹ Anderson, 2008.

⁹² Livre tradução: “a partir do final do século dezoito, produtores do conhecimento natural se imaginaram simultaneamente tanto como integrante da comunidade imaginada da nação como construtores ativos de comunidades imaginadas menores”. Jordanova, 1996, p. 224.

Deste modo, analisar o projeto editorial da revista, bem os espaços onde circulou e o modo pelo qual foi recebida, é fundamental para compreendermos a ordem do livro, isto é, “a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”⁹³ e o sentido que lhe é atribuído, que é derivado da liberdade de quem lê.

⁹³ Chartier, 1994, p. 8

CAPÍTULO II

O Projeto Editorial dos *Arquivos do Museu Nacional*

Sabemos que uma obra não se resume ao texto que a compõe e que sua autoria não é exclusiva do autor deste mesmo texto, pois este, inevitavelmente, não se apresenta ao público “em seu estado cru, sem o esforço e o acompanhamento de certo número de produções.”⁹⁴ Estas produções, denominadas paratextos, consistem em título, nome do autor, ilustrações, epígrafe, prefácio, enfim, tudo aquilo que cerca o texto e que o prolonga, dando assim forma à obra. Entendemos, deste modo, que a obra é resultado de uma produção compartilhada entre o autor do texto e o editor, que é a pessoa em geral responsável pelas escolhas dos paratextos durante o ato editorial.

Neste capítulo trataremos dos paratextos editoriais dos *Arquivos do Museu Nacional*, onde analisaremos a função do nome, das epígrafes, do brasão do império, da relação de nomes de membros correspondentes e de empregados do Museu, das estampas e dos prefácios publicados na revista. Trataremos também dos textos, sua autoria e os debates nos quais estavam inseridos, com ênfase naqueles referentes às ciências do homem.

2.1 Os Paratextos: lugar do editor

Os paratextos editoriais são usuais porque apresentam o texto ao público, tornando-o mais atrativo e visando sua melhor recepção. Eles são destinados ou ao público em geral, no caso do título, ou ao público leitor, no caso dos prefácios, por exemplo. Suas funções constituem “um objeto muito empírico e muito diversificado, que se deve evidenciar de maneira indutiva, gênero por gênero e, muitas vezes, espécie

⁹⁴ Genette, 2009, p. 9.

por espécie”⁹⁵ e consistem, na maioria das vezes, em escolhas do editor, resultantes de um processo denominado por Ouvry-Vial de ato editorial.⁹⁶

No ato editorial o editor se coloca na posição de leitor, tornando-se um intérprete do seu tempo. Ele prepara as condições que considera adequadas para o encontro entre o leitor e o autor, tendo o livro como *medium*. Nesse sentido, os paratextos editoriais são importantes recursos do editor porque “il faut supposer une intentionnalité présidant aux opérations formelles d’édition et qui consiste à manipuler, s’appropriier, user d’éléments de compréhension du texte e du livre provenant de cultures, de genres ou encore d’époques différentes”⁹⁷.

No caso da revista que estudamos, as escolhas editoriais eram uma atribuição de Ladislau Netto, conforme estabelecia o Regimento Interno. Assumindo o duplo papel de editor e prefaciador, competia a Netto operar para a melhor receptividade daquele periódico. Como vimos no capítulo anterior, enquanto a submissão dos textos passava pelo crivo da comissão de redação, Netto, na condição de diretor geral e, por conseguinte, de presidente desta mesma comissão, deliberava sobre a edição dos volumes dos *Arquivos*. Era dele o dever regimental de “determinar o modo de impressão, o volume, a ilustração, etc. de cada fascículo, conforme lhe parecer mais em harmonia com os interesses dos autores, crédito da revista e posses do museu.”⁹⁸

a) O nome da revista

Nomear implica atribuir identidade a alguma coisa ou a alguém, pois o intitulado recebe uma designação, tornando-se assim preciso em relação aos demais. Entretanto, para Genette, a nomeação é uma prática que decorre de dois atos: o da escolha do nome e o do seu uso. No primeiro, quem escolhe impõe um nome, motivado por razões que, apesar de significativas, não mantém relação com o emprego que se faz dele. Tal emprego, enquanto segundo ato da prática de nomear, tem como fim justamente a identificação. Ou seja, a identidade de um nome deriva do modo pelo qual aquele nome

⁹⁵ Genette, 2009, p. 18

⁹⁶ Ouvri-Vial, 2007.

⁹⁷ Livre tradução: “devem supor uma intencionalidade presidente às operações formais de edição e que consiste em manipular, apropriar-se, usar de elementos de compreensão do texto e do livro provenientes de culturas, gêneros ou ainda de épocas diferentes”. Ouvry-Vial, 2007, p.70

⁹⁸ Art. 44 do Regimento Interno do Museu Nacional.

é aceito e usado socialmente. Deste modo, a identificação é a função mais importante de um nome.

O nome apresenta igualmente outra função: ele carrega um sentido conotativo. No que se refere a uma obra, o sentido conotativo do título que lhe nomeia, produzido voluntariamente ou não por parte do autor e do editor, mediadores que compartilham sua produção, depende fundamentalmente da interpretação do destinatário. Este consiste no público geral e não, necessariamente, no público leitor.

“O título é dirigido para muito mais gente que, por um meio ou por outro, o recebe e transmite e, desse modo, participa da sua circulação. Isso porque, se o texto é um objeto de leitura, o título, como aliás o nome do autor, é um objeto de circulação.”⁹⁹

O título da revista em análise, *Arquivos do Museu Nacional*, cuja circulação era nacional e internacional, como veremos mais adiante, afirmava a identidade de seus produtores: seja porque fazia referência à instituição brasileira a qual estavam vinculados, levando inclusive ao leitor as ideias de memória e de nação, seja porque era escrito em língua nacional, considerando aí a língua como um elemento de identidade de uma unidade territorial delimitada.

A palavra “arquivo”, no latim *Archivum* e no grego *Arkheíon*, designava a “residência dos magistrados, lugar onde se guardam os Arquivos”. É derivado do grego *arkhé*, que significava “mando, poder, magistratura”¹⁰⁰. Além da definição de “lugar seguro onde, em Atenas, os magistrados guardavam os títulos de maior interesse para o Estado”¹⁰¹, ao Arquivo é atribuído ainda um outro sentido: “publicações com o título de”. Segundo a Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, havia em Portugal metropolitano e ultramarino diversas publicações periódicas, divididas em histórico-literário, história regional, medicina, demais ramos do saber, que traziam *Arquivo* no título. As primeiras são de 1837, denominadas *Arquivo Popular*, dirigida por Antônio José Cândido da Cruz, e *Arquivo dos Conhecimentos Úteis*, publicado nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, editado em Paris.¹⁰²

Criado com a função de guarda, o arquivo – e também o museu – era um espaço de preservação de uma memória documental. Segundo Le Goff, a memória consiste

⁹⁹ Genette, 2009, p. 72.

¹⁰⁰ Enciclopédia Mirador Internacional, 1976, p. 827.

¹⁰¹ Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1964, p. 1272.

¹⁰² Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1964, p. 1302.

num processo onde o “homem faz intervir não só a ordenação dos vestígios, mas também a releitura desses vestígios”¹⁰³, servindo assim à construção de uma identidade, individual e coletiva. A memória de um grupo, quando apresentada na forma escrita, pode ser registrada em diferentes suportes que se tornam verdadeiros Arquivos. Na medida em que possibilitam armazenar informações e comunica-las através do tempo e do espaço, estes Arquivos permitem ao homem marcar e memorizar seus registros.

No caso do papel, especialmente os impressos, a memória sofreu uma revolução, segundo Le Goff. A larga produção e difusão de informações, geradas pela imprensa, colocou o leitor “em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos.”¹⁰⁴ Nesse sentido, a memorização do saber foi alargada, uma vez que “imprimiram-se sobretudo tratados científicos e técnicos.”¹⁰⁵

Para a construção da memória nacional, executada principalmente a partir do século XIX, foram criados novos instrumentos de suporte da memória pelos governos nacionais, cujo objetivo era a comemoração do passado e a legitimação do presente. A criação de Arquivos, museus e bibliotecas nacionais são exemplos disso. São exemplos também do esforço do “movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança.”¹⁰⁶

No que se refere à língua como elemento de identidade, é possível estabelecermos ligações entre nação, ciência e língua nacional. De acordo com Jordanova,

“there are national styles in science, that these are associated somehow with languages, nationhood and culture, and hence that such styles came into existence over the nineteenth century with the rise of nation states, the final demise of Latin (...), the growth of state funding for scientific education and research and the resulting dominance of institutions designed to serve national interests.”¹⁰⁷

¹⁰³ Le Goff, 1984, p. 11.

¹⁰⁴ Idem, p. 34.

¹⁰⁵ Idem, p. 33.

¹⁰⁶ Idem, p. 38.

¹⁰⁷ Livre tradução: “Existem estilos nacionais em ciência, que estão associados de algum modo com língua, nacionalidade e cultura, e por isso tais estilos vieram a existência durante o século dezenove com a ascensão dos estados nacionais, o desaparecimento do latim (...), o crescimento do financiamento estatal para a educação científica e pesquisa e o domínio resultante das instituições destinadas a servir os interesses nacionais”. Jordanova, 1996, p. 223.

Por tudo isso, entendemos que no Museu Nacional do Rio de Janeiro, enquanto espaço de produção de saberes no século XIX, a revista *Arquivos* consistiu num suporte de conservação da produção científica brasileira que, impressa em suas páginas, permaneceria através dos tempos e circularia em diferentes espaços, tornando-se, assim, conhecida e reconhecida nacional e internacionalmente e, deste modo, demarcando o lugar da nação no mundo científico.

b) A epígrafe

O uso de epígrafes, segundo Genette, teve início a partir do século XVII e difundiu-se no decorrer do século XVIII, quando em várias obras encontrou a presença deste tipo de citação, em geral escrito em latim. Genette citou alguns exemplos, dentre os quais: *L'Esprit des Lois*, de Montesquieu, há a epígrafe “Prolem sine matre creatam” (filho gerado sem mãe); *Histoire Naturelle*, de Buffon, há “Naturam amplectimur omnem” (Abraçamos toda a natureza). Em ambos os exemplos não havia referência aos seus respectivos autores.¹⁰⁸

De acordo com Genette, a função da epígrafe na obra é a de acompanhar o texto, mantendo relação direta com ele. Em geral, as epígrafes são situadas na parte inicial do texto, mas é possível ainda encontrá-las na folha de rosto da obra, e são geralmente reproduzidas nas edições posteriores. O autor define alguns usos da epígrafe: 1) justificar o título da obra; 2) ressaltar a ideia central do texto ao introduzir um comentário muitas vezes “enigmático, de um significado que somente se esclarecerá, ou confirmará, com a plena leitura do texto”¹⁰⁹; 3) destacar o autor da epígrafe, cujo nome agrega valor ao texto.

Nos *Arquivos do Museu Nacional*, a mesma epígrafe perpassa todos os volumes analisados. Localizadas na folha de rosto da revista, temos as seguintes inscrições em latim: “Nunquam aliud natura, aliud sapientia dicit” e “In silvis academi querere rerum. Quamquam Socraticis madet sermonibus”. A primeira é acompanhada da identificação “J. 14.321.” e a segunda de “H”.

Encontramos para a primeira epígrafe as traduções: “Nunca a natureza tem uma linguagem e a sabedoria outra”¹¹⁰ e “Jamais a ciência fala em contrário à natureza”¹¹¹.

¹⁰⁸ Genette, 2009, p. 132.

¹⁰⁹ Genette, 2009, p. 142.

¹¹⁰ D’Onófrio, 1968, p. 85.

¹¹¹ Neves, 1996, p. 403.

A autoria é de Juvenal, escritor romano que a compôs para *Sátiras* XIV, 321. Já a segunda epígrafe, ela é uma junção de duas expressões: uma do próprio Ladislau, que a inicia, acrescida de outra, escrita na *Ode* III, 21, 10 de Horácio¹¹², também escritor de sátiras romanas. Sua tradução é mais complexa, uma vez que no dicionário não encontramos a palavra “academi”, apenas “academicus”, que é relativo à academia, e “academici”, referente a filósofo da academia.¹¹³ Entretanto, isso não compromete o entendimento, já que as derivações do mesmo radical fazem alusão ao saber erudito. Assim, podemos compreendê-la como “Na selva *academi* procura as coisas, ainda que se encharque de raciocínios socráticos.”

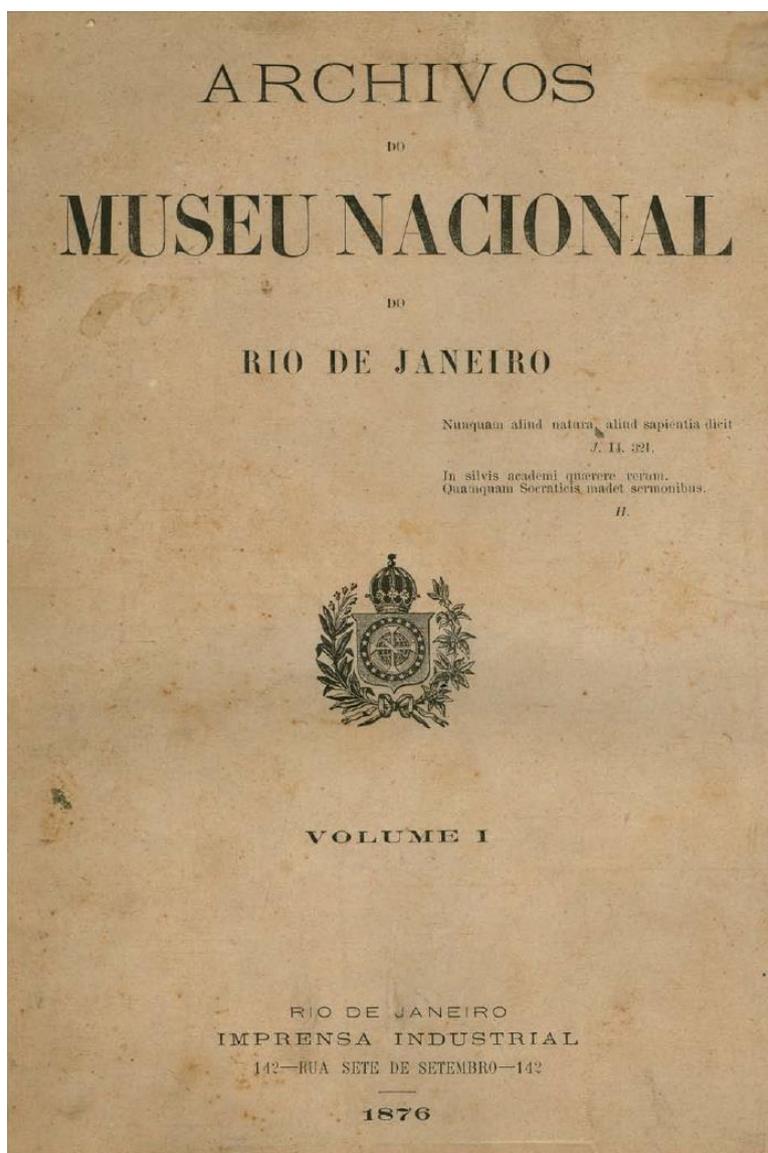


Figura 1: folha de rosto do primeiro volume dos Arquivos

¹¹² Penna, 2007, p.196.

¹¹³ Faria, 1967.

Sabemos que a tradição filosófica instaurada por Sócrates estabeleceu uma ruptura com o pensamento filosófico anterior, mais preocupado com a formulação de doutrinas sobre a realidade natural. Para os pré-socráticos, interessava o entendimento da *physis* “em intrínseca relação com a idéia de uma ordem imanente ou uma espécie de entendimento que permeia os movimentos e o processos da natureza”¹¹⁴. Em contrapartida, o pensamento de Sócrates colocou como temática central da filosofia não mais a natureza, mas a questão ético-política. Para ele, o conhecimento era construído a partir do método de análise conceitual, ou *maiêutica*, no qual se discutia e se argumentava a respeito de definições e entendimentos já estabelecidos.¹¹⁵

Ao se apropriar de uma oração iniciada pela locução conjuntiva subordinativa concessiva “ainda que”, que quando usada exprime um fato contrário à ação proposta pela oração inicial, mas sem impedi-la, Netto colocou em segundo plano o pensamento socrático, e em evidência o conhecimento advindo do estudo da natureza, na ocasião veiculado naquela revista científica. Além disso, as epígrafes caracterizaram o tipo de leitor para o qual a revista era destinada e que não era o leitor comum. O uso do latim naquela publicação serviu também para delimitar e integrar determinado grupo social que compreendia aquela linguagem, que era o grupo dos cientistas.

Quanto ao teor da mensagem, o editor reforçou o valor das ciências naturais na medida em que destacou a natureza como fonte reveladora da verdade. A presença das epígrafes não só buscou a valorização do periódico, como também procurou legitimar a produção científica do Museu Nacional perante a comunidade científica leitora, uma vez que a instituição, ao investigar o mundo natural, divulgava a verdade sobre ele.

c) O brasão do império

Na folha de rosto da revista *Arquivos* encontramos impresso o brasão do governo imperial. A presença deste signo iconográfico informa ao leitor a participação do império, e mesmo do imperador, na promoção da produção científica então publicada.

¹¹⁴ Gonçalves, 2006, p.9.

¹¹⁵ Marcondes, 2010.

Sabemos que D. Pedro II era considerado um monarca ilustrado, incentivador da arte e da ciência. Sua presença constante no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em outros espaços de ciência e de cultura letrada, tais como o Museu Nacional e a Academia Imperial de Belas-Artes, por exemplo, evidencia a sua participação ativa na vida intelectual do Império. O incentivo que prestava a poetas, músicos, pintores e cientistas rendeu-lhe a fama de o imperador mecenas. Isso porque “D. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural.”¹¹⁶

Deste modo, como veículo de divulgação das ciências naturais e, conseqüentemente, da brasilidade, tendo em vista que a natureza era um elemento de identidade nacional, tanto para a ciência quanto para a literatura romântica, os *Arquivos do Museu Nacional* carregavam a marca do sábio imperador dos trópicos e levava-a ao conhecimento do público situado em diversas partes do mundo.

e) Os membros correspondentes, a comissão de redação e o quadro de pessoal

Após a folha de rosto da revista, encontramos nas páginas seguintes a relação de membros correspondentes do Museu Nacional, a comissão de redação e o quadro de pessoal da instituição. A divulgação dos renomados homens de ciência na revista reforçava seu valor e sua credibilidade na comunidade científica. Segundo Ladislau Netto,

“São profissionais quase todos de notória ilustração, e nomes aí se nos deparam de tamanho vulto e autoridade que por si só equivalem a ilustres academias. Sob a benévola influência desses ingentes paraninfos não pode deixar de crescer e medrar fora do Império o prestígio de uma instituição desta arte auspiciada.”¹¹⁷

Na relação de membros correspondentes, temos os nomes de Charles Darwin, Armand de Quatrefages¹¹⁸ e Virchow¹¹⁹, por exemplo, dentre inúmeros outros

¹¹⁶ Schwarcz, 1998, p. 127.

¹¹⁷ Netto, 1877, p. 5.

¹¹⁸ Armand de Quatrefages, médico e naturalista francês, inaugurou a cadeira de antropologia do Museu Nacional de História Natural de Paris em 1855.

¹¹⁹ Rudolf Ludwig Karl Virchow era naturalista, médico, político alemão e autor de *Crania Ethnica Americana*, publicada em 1892.

estrangeiros. Aos correspondentes eram remetidas gratuitamente exemplares dos *Arquivos*, conforme estabelecia o Regulamento de 1876. Eles eram pessoas vinculadas a outras instituições e que, na condição de receptores do periódico, intermediavam a relação do Museu Nacional do Rio de Janeiro com o exterior, evidenciando a ligação do Museu com outros espaços representativos da ciência.

MEMBROS CORRESPONDENTES DO MUSEU NACIONAL	
Agardh (G. H.)	Hartt (Carlos F.)
Baillon (Henrique).	Hooker (José Dalton).
Barboza du Bocage. (J. V.)	Jobert (Camillo).
Beaurepaire Rohan (Henrique de)	Latino Coelho (J. M.)
Beneden (Ed. Van).	Moll (Hugo von).
Bentham (Jorge).	Morven (Ed.)
Bom Retiro (Visconde do)	Naudin (Carlos).
Braun (Alexandre).	Parlatore (Ph.)
Bureau (Eduardo).	Philippi (R. A.)
Candolle (Affonso de).	Pringsheim (N.)
Coelho d'Almeida (Thomas J.)	Quatrefages (A. de)
Darwin (Carlos).	Radlkofer L.
Decaisne (José).	Regnell (André).
Delpino (F.)	Reichenbach (L. H. G.)
Duchartre (Pedro).	Reichardt (H. W.)
Eichler (A. W.)	Tulasne (L. R.)
Exner (Mauricio).	Warming (Eugenio).
Fenzl (Ed.)	Wiesner (J.)
Ferreira Penna (D. S.)	Wiener (C.)
Fries (Elias).	Wirchow.
Glaziou (A. F.)	Zimmerman Gollheim.
Gorceix (Henrique).	

Figura 2: relação de membros correspondentes do Museu Nacional publicado no primeiro volume dos *Arquivos*

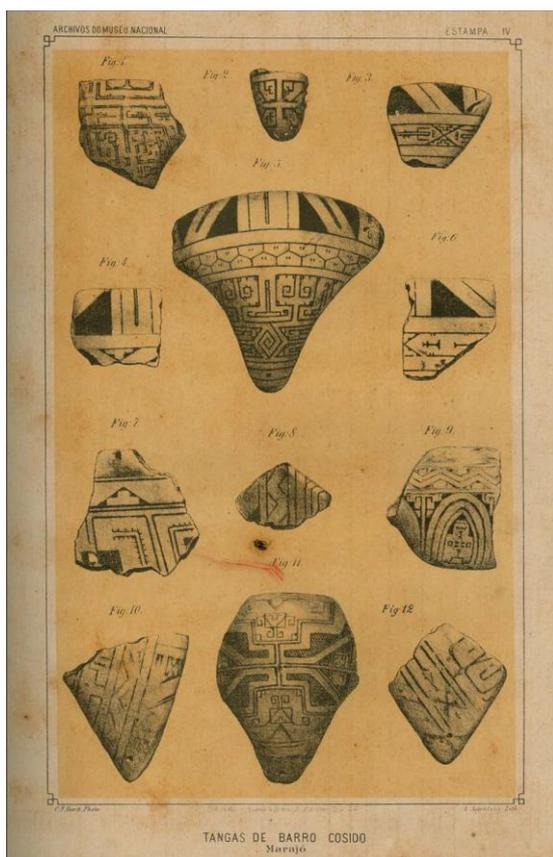
A revista era remetida igualmente aos funcionários do Museu, cujos nomes também aparecem impressos da revista. Dentre os funcionários, três compunham a comissão de redação (o diretor geral, um diretor de seção e um subdiretor), para a qual há uma página exclusiva. No período estudado, compuseram a comissão de redação: Ladislau Netto, Charles Frederic Hartt, João Batista de Lacerda, João Joaquim Pizarro, Orville Adalbert Derby, Nicolau Joaquim Moreira, Carlos Luiz Salles Junior e

Francisco José de Freitas. Apenas estes dois últimos não tiveram artigos publicados na revista. Apresentar, portanto, os nomes dos divulgadores era uma necessidade, tendo em vista que a indicação de autoria no trabalho científico é imperiosa para sua aceitabilidade e, conseqüentemente, para a promoção de seus agentes.

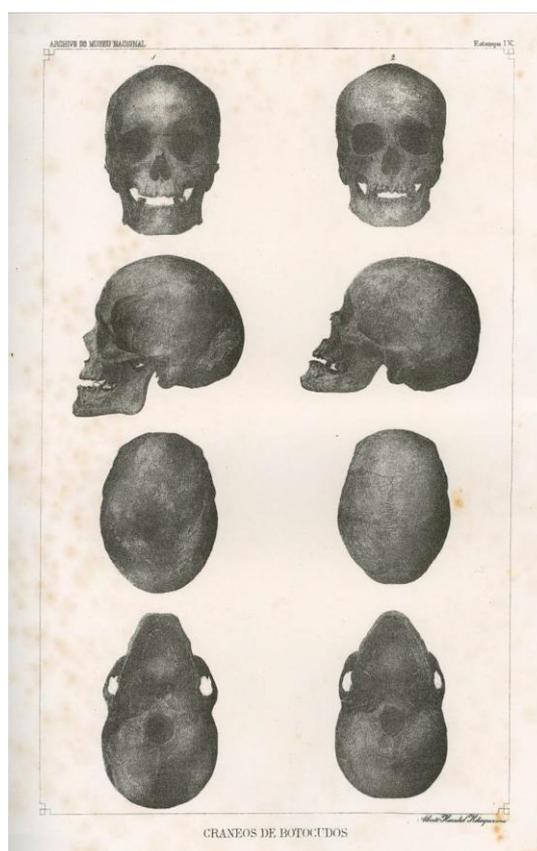
e) As estampas

Ao fim de cada volume da revista, encontram-se as estampas, que consistem em reprodução iconográfica do material analisado no decorrer dos artigos publicados. Trata-se de animais, plantas, crânios e objetos etnográficos e arqueológicos, para os quais há um sumário a parte do sumário do texto. As estampas apresentam ainda numerações para facilitar sua identificação no interior do texto em que são analisadas.

Figuras 3 e 4: estampas publicadas no primeiro volume dos *Arquivos*

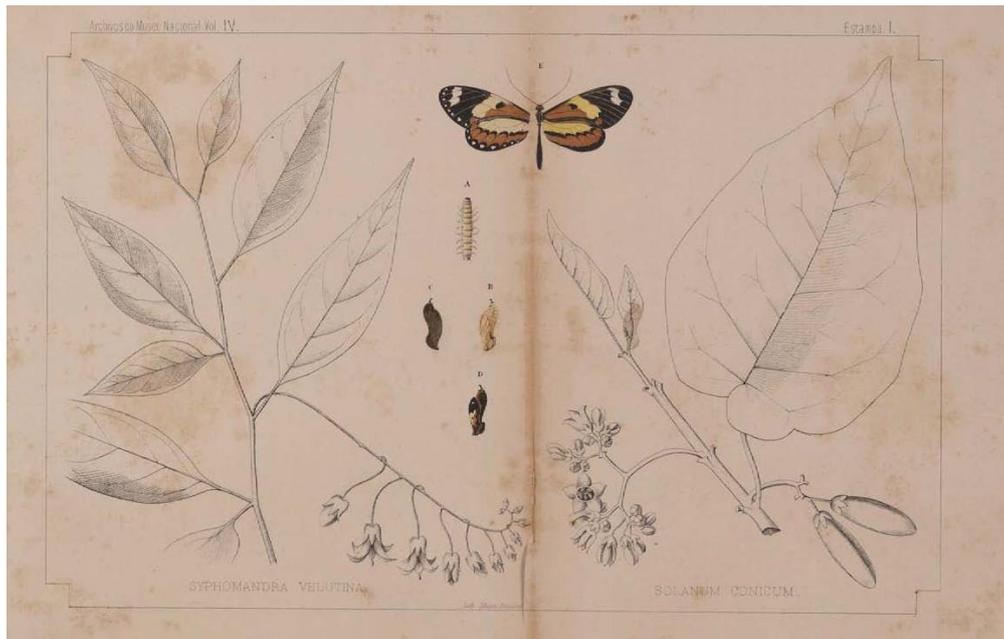


Tangas de barro cozido da ilha de Marajó



Crânios de Botocudos

Figura 5: estampas publicadas no quarto volume dos *Arquivos*



A ilustração dos trabalhos científicos foi, por diversas vezes, uma das dificuldades para a impressão dos *Arquivos*, conforme se queixava Ladislau Netto. A causa da dificuldade era o atraso na confecção das imagens¹²⁰ e a carência tanto de profissionais especializados neste serviço.¹²¹ Contudo, tê-las na publicação era fundamental e seu uso ultrapassava a função meramente ilustrativa. Segundo Kury, iniciada por Humboldt, a sistematização do “uso da arte para a realização de descrições científicas, em uma época onde a crítica iluminista das viagens fantasiosas e dos registros pouco precisos”¹²², fez com que as “artes de imitação” fossem incorporadas pelos novos viajantes.

O relato científico, para ter credibilidade enquanto tal necessitava, portanto, de uma reprodução fiel do objeto analisado como prova de verdade da sua existência – além, claro, das instruções que padronizavam a prática científica da coleta, da descrição e da medição. Ademais, a reprodução exata das imagens permitia que os cientistas de gabinete, longe da natureza, pudessem conhecê-la, tal como era. Para Humboldt,

“São as artes de imitação que retraçam a nossos olhos o quadro variado das regiões equatoriais. Na Europa, o homem isolado em

¹²⁰ Atas do Conselho Diretor de 01/09/1876 e de 02/10/1876, Pasta 15, docs. 103 e 113, respectivamente; Ata de maio/1878, Pasta 17, doc. 119. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Offícios.

¹²¹ Relatório Anual do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1885, p. A-O-4.

¹²² Kury, 2008, p. 324.

uma costa árida pode gozar, em seu pensamento, do aspecto das regiões longínquas: (...) sem sair de seu lar, ele se apropria de tudo o que o intrépido naturalista descobriu.”¹²³

Nos *Arquivos do Museu Nacional*, as estampas do primeiro volume, de 1876, aparecem assinadas por Angelo Agostini e Alberto Honschel¹²⁴ e foram impressas na Litografia A Vapor Angelo & Robin. Neste mesmo ano, Agostini iniciava seus trabalhos na recém-fundada *Revista Illustrada*, também impressa naquela litografia, embora ele já fosse conhecido por seus trabalhos em publicações anteriores a esta, como a *Semana Illustrada*, por exemplo. A oficina A Vapor Angelo & Robin era um empreendimento editorial, com tecnologia de impressão a vapor, do próprio Angelo Agostini, responsável pela parte artística, e do francês Paulo Robin.¹²⁵ Ali se oferecia “serviços variados, que incluíam qualquer trabalho pertencentes a arte da litografia ou tipografia, publicando livros e folhetos ilustrados”¹²⁶.

Também no primeiro volume dos *Arquivos* temos estampas impressas na Litografia Imperial de Eduardo Rensburg. O litógrafo e desenhista holandês Eduard Rensburg chegou ao Brasil em meados do século XIX e foi responsável pela impressão de diversas obras musicais, cartográficas e periódicas, inclusive de trabalhos de Angelo Agostini, como *O Arlequim* e *Vida Fluminense*. Devido à qualidade de seu trabalho, Rensburg foi condecorado com o título de litógrafo da Corte.¹²⁷

A partir do volume dois, as estampas passaram a ser reproduzidas na litografia, então adquirida pelo Museu Nacional, o que acabou barateando o custo da produção. Os “desenhadores”, Theodoro Fernandes Sampaio e Antônio Avé Lallemand, recebiam gratificação da instituição pelo serviço.

Baiano e filho de escrava, Sampaio era recém-formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro quando iniciou seu trabalho na revista do Museu, ocasião em que também elaborou os desenhos apresentados nos cursos públicos da instituição. Posteriormente, a convite de Orville A. Derby, diretor da 3ª seção do Museu Nacional, Theodoro Fernandes Sampaio e Antônio Avé Lallemand foram para São

¹²³ Apud Kury, 2008, p. 326.

¹²⁴ Fotógrafo alemão, no Brasil retratou a família imperial, assim como também diversos grupos sociais, inclusive escravos.

¹²⁵ Paul Théodore Robin, aporuguesado de Paulo Robin, era um fotógrafo francês, mas que no Brasil se destacou como editor e nas artes gráficas. Ver Cavenaghi, 2006.

¹²⁶ Balaban, 2012, p.63.

¹²⁷ Rezende, 2003.

Paulo atuar como engenheiro e cartógrafo da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, chefiada por Derby.¹²⁸ Depois, tornaram-se também “desenhadores” da revista Ernesto Rumbelsperger e João Eduardo Beaufiles.¹²⁹

As estampas encontram-se relacionadas no fim do volume, a parte do texto. Para elucidá-las, além de dois sumários, um dos textos e outro das imagens, há na revista as *Notas Explicativas*, onde a numeração das figuras é relacionada e acompanhada de uma identificação textual curta, o que facilita o leitor reconhecê-las mais rapidamente, sem precisar recorrer ao texto. Contudo, nos volumes um e seis encontramos juntamente várias imagens já incorporadas ao texto, mostrando o domínio de uma técnica tipográfica mais sofisticada para a época.¹³⁰

Deste modo, a circulação nos *Arquivos* contribuiu para que os elementos da cultura e da natureza brasileiras se tornassem conhecíveis pelos estudiosos estrangeiros e confirmavam a veracidade dos saberes científicos produzidos no Museu Nacional e impressos na revista.

f) Os prefácios

A ampla circulação da revista *Arquivos*, que ocorria em território nacional e no exterior, como veremos mais adiante, supunha a estruturação de uma comunidade de leitores, diversificada e especializada, de diferentes nacionalidades e com formação variada. Assim, a escrita dos prefácios se fazia necessária no sentido de preparar a acolhida do texto e de orientar sua leitura. Segundo Genette, a função do prefácio consiste em “colocar o leitor – definitivamente suposto – de posse de informações que o autor julga necessárias à boa leitura”¹³¹.

Para ele, existem várias nuances na composição dos prefácios, que podem ser classificados por autoria em relação à obra e pela sua situação temporal também em relação à obra. O autor classifica como autoral o prefácio cujo autor é o mesmo da obra e como alógrafo quando o autor difere. Quanto à situação temporal, ele considera original o prefácio escrito para o momento da publicação e tardio aquele escrito para

¹²⁸ Marcolin, 2013.

¹²⁹ Ofício do MACOP. Pasta 26 Doc. 15 de 1887. MN.DR.AO.

¹³⁰ Sobre as técnicas de impressão simultânea de texto e imagem, ver Rezende, 2003.

¹³¹ Genette, 2009, p. 186

uma obra original publicada tardiamente ou postumamente. Em todos os casos, a função do prefácio é sempre preparar a recepção do texto, favorecendo e guiando a leitura.

Foi Ladislau Netto quem escreveu todos os prefácios existentes nos volumes dos *Arquivos*. Dos sete volumes analisados, quatro deles tem prefácio. No primeiro volume, temos a *Advertência*, onde Netto apresentou o periódico, fez agradecimentos e destacou o valor histórico e científico do Museu Nacional. Nos volumes subsequentes não há prefácios: trata-se dos volumes dois, três e quatro. Já os volumes cinco, seis e sete apresentam prefácios. O volume cinco, publicado em 1881, trouxe a *Flora Fluminense* completa, de autoria do Frei José Mariano da Conceição Velloso. O volume seis, de 1885, é todo ele dedicado à Exposição Antropológica realizada no Museu Nacional em 1882. E, por fim, no volume sete, de 1887, são publicados trabalhos derivados da atuação de Charles Frederic Hartt na Comissão Geológica do Brasil, com a particularidade de apresentar o texto escrito em português e em inglês no mesmo volume. A seguir, analisamos os prefácios, um a um.

O Volume 1: *Advertência*

Na primeira publicação da *Revista Arquivos*, o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, apresentou o periódico à comunidade científica de então. Na ocasião, acompanharam o primeiro fascículo: o Decreto 6.116 de 9 de fevereiro de 1876, que tratava da reorganização do Museu, assinado pelo então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Thomaz José Coelho de Almeida; o Regulamento referido naquele Decreto; e a *Advertência*, de 28 de março de 1876, assinada por Ladislau Netto.

Apresentando o periódico, constavam ainda duas circulares escritas em francês, que foram “remetidas às instituições científicas dos dois hemisférios com os primeiros fascículos dos nossos *Arquivos*.”¹³² Tais circulares tinham o objetivo de divulgar a reorganização do Museu e de propor a permuta de publicações às instituições destinatárias.

Na primeira, dirigida *Aux Sociétés Savantes*, o diretor do Museu mencionou as transformações ocorridas na estrutura do Museu em função do novo regulamento e a criação dos cursos públicos e da *Revista Arquivos do Museu Nacional*. Ladislau ainda citou nomes de pesquisadores estrangeiros – Hartt, Gorceix, Jobert, Reiss, Stubel, Van

¹³² Relatório do Museu Nacional. 1877. Disponível em www.obrasraras.museunacional.ufrj.br

Beneden e Van Volxen – para reforçar o valor científico da instituição. Na segunda circular, o diretor do Museu introduziu os primeiros fascículos à instituição receptora e propôs-lhe a permuta.¹³³

Tais circulares são, deste modo, complementares à revista e seu sentido mantém relação direta com ela, seja justificando a publicação de atos administrativos junto ao periódico, seja dialogando com os significados da *Advertência*, onde Ladislau ressaltou a importância institucional do Museu e de seus agentes e advertiu sobre o futuro do Museu, num tom bastante otimista, já prevendo o seu progresso.

Ladislau iniciou o texto estabelecendo comparações entre dois momentos que marcaram a trajetória da instituição: um anterior, caracterizado pelo “lastimável desalento” provocado pela letargia do governo; o outro, qualificado como um período no qual “o Museu Nacional, em sua nova e auspiciosa constituição, se prepara a vincular-se d’ora por diante aos grêmios científicos e aos congressos da civilização”¹³⁴, o que levava Ladislau a prever-lhe um futuro promissor. O marco divisório entre estes dois momentos era aquela contemporaneidade, a partir da qual entraram em vigor novas normas institucionais que, colocadas pelo Regulamento, possibilitaram a “auspiciosa constituição” do Museu, materialmente visível na produção da revista.

Nesta comparação, o diretor destacou os percalços vividos pela instituição e fez referência aos diretores precedentes, isentando-os da culpa pelas dificuldades vividas pelo Museu e homenageando-lhes pelo reconhecido trabalho:

“Obreiros da ciência, cansados de longo esperar, adormeceram murmurando frases de desconsolo e descrença (...), mas pertence-lhes a melhor parte de nossas pacíficas e modestas vitórias, e pois homenagem lhes seja atribuída nas primeiras páginas dos anais”.¹³⁵

Apesar da constante crítica ao governo, Ladislau encerrou o texto fazendo agradecimentos ao governo imperial. Convenientemente, o que ele criticava era o governo passado. Naquele momento, o ministro e o imperador eram figuras de louvor.

“o sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, que consorciando seu esclarecido entendimento à perspicua e

¹³³ Ambas as circulares integram o relatório supracitado.

¹³⁴ Netto, 1876

¹³⁵ Netto, 1876

benéfica vontade do imperador, entreteceu seu já distinto nome ao do nosso preclaro Soberano na reorganização do Museu”.¹³⁶

O prefácio “tem por função garantir ao texto uma boa leitura”.¹³⁷ A especificação da gênese da obra e os agradecimentos dirigidos a pessoas e instituições podem ser escolhas do prefaciador que visam valorizar a obra. Assim, consideramos que a intenção de Netto era introduzir o periódico no meio científico, ressaltando a ação dos seus promotores, dentre os quais está a figura de Pedro II, o imperador amigo da ciência, elevando o lugar científico e social ocupado pelo Museu para, deste modo, legitimá-lo.

O Volume 5: *Algumas Palavras*

O Volume 5 dos *Arquivos* foi publicado no ano de 1881. Ele trouxe a principal obra do Frei José Mariano da Conceição Velloso¹³⁸, a *Flora Fluminense*. Apesar de já ter sido publicada no ano de 1825, a *Flora Fluminense* divulgada nos *Arquivos* portava um diferencial: uma parte completamente inédita do trabalho do Frei Velloso. É justamente o valor desta obra, bem como do seu autor, que Ladislau Netto destacou neste prefácio.

A convite do vice-rei, Luís de Vasconcelos e Sousa, Frei Velloso foi para Lisboa em 1790, levando consigo a sua obra, a *Florae fluminensis*, que pretendia publicar. Lá, trabalhou no Real Museu e Jardim da Ajuda e na Academia de Ciências de Lisboa. Ele também atuou como editor e, com o apoio do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, ocupou lugar de destaque na tipografia do Arco do Cego, complexo editorial onde o frei “se envolveu no esforço de criar uma rede de tipografias vocacionadas para a publicação de obras de história natural” e se projetou como “tradutor, divulgador, editor e intermediário na produção de textos”.¹³⁹

De volta ao Brasil, Frei Velloso, manteve ligação com D. Rodrigo que, estando igualmente no Brasil a partir de 1808, criou a Imprensa Régia do Rio de Janeiro, lugar

¹³⁶ Netto, 1876

¹³⁷ Genette, 2009, p. 176

¹³⁸ Frei Velloso nasceu em São João Del Rey em outubro de 1741. Em 1761, ingressou para a ordem franciscana num convento do Rio de Janeiro. Tornou-se docente de Geometria no convento de São Paulo, ministrou aulas de História Natural no convento de Santo Antônio e dedicou-se aos estudos de Botânica. Em 1873, iniciou oficialmente seus trabalhos como naturalista. Durante oito anos, em sua Expedição Botânica, fez várias viagens pela província fluminense. Ver Bragança, 2010.

¹³⁹ Boschi, 2006, p. 497

onde também atuou Frei Veloso e os demais brasileiros que foram, outrora, colaboradores do Arco do Cego. Apesar da sua estreita ligação com o trabalho editorial, o frei editor não conseguiu publicar a *Flora Fluminense* por razões ainda hoje controversas aos historiadores. Ele faleceu em 1811 e a publicação de parte de sua obra só ocorreu em 1825, durante o Primeiro Reinado.

Quase sessenta anos depois da primeira publicação, Ladislau Netto optou por republicar tal obra. No prefácio do Volume 5 dos *Arquivos*, intitulado *Algumas Palavras*, não é o frei editor que Ladislau Netto ressaltou, mas o frei cientista, aquele cuja obra tem seu valor na classificação de espécies e que, infelizmente, não teve o mérito de ser reconhecida pelos homens de ciência do seu tempo. São, então, dois elementos evocados por Netto que, ao longo do prefácio, tornam-se úteis na valorização e, consequentemente, na recomendação da obra: a genialidade do autor e a originalidade da obra.

Netto iniciou o seu texto afirmando que o volume cinco dos *Arquivos* era o “de maior vulto dos que até este momento temos dado ao prelo” e que, apesar de conter apenas um único trabalho, este consistia em “nada menos que o texto completo da Flora Fluminense, do Fr. José Mariano da Conceição Veloso”. Acrescentou ele que o autor havia sido um “infatigável botânico brasileiro que logrou erguer no fim do século passado o maior monumento científico ainda hoje conhecido de autor nacional”.¹⁴⁰

Ladislau ainda criou no texto um espaço de manifesto em defesa do autor. Ali, ele justificou o frei e rebateu seus críticos. Como já sabemos, frei Veloso não conseguiu imprimir sua obra e é esta, segundo Ladislau, a causa para o esquecimento do frei no “orbe da ciência”. Segundo Ladislau, entre a data de produção – 1790 – e a de publicação – 1825 –, “o íntegro valor do trabalho se havia profundamente modificado”. Isso porque “o sistema linneano adotado por Veloso e geralmente aceito quando ele escreveu a *Flora Fluminense* já estava de há muito no seu ocaso pelo ano em que se imprimiu este manuscrito”.¹⁴¹

A não impressão da obra a tempo ocasionou outro infortúnio para a vida profissional do Frei Veloso: o mérito das classificações acabou recaindo sobre pesquisadores estrangeiros. Afinal, o início do século XIX “foi justamente o ciclo de maior número de viagens, empreendidas e realizadas por naturalistas europeus nas terras

¹⁴⁰ Netto, 1881.

¹⁴¹ Netto, 1881

do Brasil e em particular na província fluminense”, onde coletaram várias espécies “inúmeras das quais tinham sido colhidas e determinadas por Veloso”.¹⁴²

Ainda em resposta aos críticos da obra, Netto apontou grandes dificuldades enfrentadas pelo frei durante a realização do seu trabalho como botânico. Num tom compreensivo, Netto absolveu Frei Veloso das lacunas e das incorreções de sua obra, tendo em vista o “segregamento em que vivia aquele religioso de tudo quanto mais útil lhe era a trama e remate de sua obra”. E seguiu: “fora dos grandes herbários e longe dos centros consultivos europeus (...) muito é que houvesse incorrido em alguns equívocos ou perdoáveis descuidos o botânico brasileiro”.¹⁴³ Para ele, as faltas do Frei Veloso não eram resultado de sua incompetência, mas sim das condições inadequadas para o fazer científico.

O texto é finalizado com uma breve história da publicação da obra. Ele informou o leitor da publicação em 1825, ocorrida por ordem do imperador e sob a direção do Frei Antonio da Arrabida, diretor da Biblioteca Nacional. Em seguida, ele tratou da publicação nos *Arquivos* que, além de trazer a parte anteriormente publicada, divulgou em suas páginas a parte inédita do trabalho do Frei Velloso. Netto disse que isso só foi possível graças à generosidade do diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão, que cedeu ao Museu Nacional a parte inédita até então guardada na referida biblioteca.

E, por fim, Netto encerrou o texto recomendando explicitamente a obra ao governo e ao público: “ao Governo, a quem nem sempre ocorre ou lembra o que tantas vezes requer o seu bem entendido auxílio; ao público, para com o qual não pôde o Museu Nacional deixar de manifestar a gratidão que lhe deve”.¹⁴⁴

Perguntamo-nos então: o que teria motivado o diretor da revista a publicar uma obra ultrapassada, sem utilidade científica? Certamente, não era o valor de uso da obra que levou à sua reimpressão e sim o seu valor histórico. Netto pretendia preservar a memória dos seus precursores e, assim, dar legitimidade as práticas científicas desenvolvidas no Brasil.

A *Flora Fluminense* consistia num trabalho abrangente de classificação de espécies botânicas, primordialmente elaborada por um naturalista brasileiro, iniciador, portanto, de uma ciência nacional. O caráter monumental atribuído por Ladislau à obra do Frei Velloso corrobora a sua importância no cenário científico-histórico da época.

¹⁴² Netto, 1881

¹⁴³ Netto, 1881

¹⁴⁴ Netto, 1881

Para o diretor do Museu Nacional, “justiça se lhe há de fazer” ao trazer novamente à tona o seu trabalho, cabendo ao Museu Nacional, o “paladino das ciências naturais”, esta tarefa.

A escrita do prefácio por Ladislau Netto neste volume dos *Arquivos*, dedicada à uma obra tardia, buscou favorecer e guiar a leitura a partir da apresentação de elementos que valorizavam o texto, tais como as informações sobre a gênese da obra, sobre a história de sua produção e sobre as circunstâncias da vida do autor e serviram, assim, para apresentar a obra e recomendá-la ao leitor.

O Volume 6: *Prefácio e Advertência* – um volume, dois prefácios

No *Prefácio* do sexto volume dos *Arquivos*, Ladislau Netto expôs a principal motivação para a produção daquela publicação: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 realizada no Museu Nacional. Publicado em 1885, três anos após a Exposição, o volume seis trouxe textos de autoria de Charles Frederic Hartt, João Batista de Lacerda, José Rodrigues Peixoto e do próprio Ladislau Netto e significou para Netto “um novo testemunho escrito desse auspicioso certame”¹⁴⁵.

Segundo Castro Faria, as diversas exposições ocorridas no Brasil ao longo do século XIX geraram uma demanda por impressos, que circulavam inclusive nas exposições universais, para as quais as exposições nacionais se preparavam. Por exemplo, a 1ª Exposição Nacional foi realizada em 1861 no Rio de Janeiro, a partir da qual foi publicado o *Catálogo dos Produtos Nacionais e Industriais*, remetido para a exposição universal de Londres em 1862. Outro catálogo foi elaborado em função da 4ª Exposição Nacional, realizada em 1875, juntamente com o livro *A Exposição Nacional Brasileira de 1875*. Neste mesmo ano, fora publicado *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Filadélfia*. Para a exposição universal de 1889, realizada em Paris, foi publicado *Le Brésil en 1889*, que contou com um artigo de Ladislau Netto.¹⁴⁶ Para a Exposição Universal de Antuérpia, de 1885, foram levados exemplares dos *Arquivos*.¹⁴⁷

A Exposição Antropológica, iniciada em 29 julho de 1882, teve duração de três meses. Nela, artefatos indígenas, livros, crânios e até mesmo índios vivos foram

¹⁴⁵ Netto, 1885.

¹⁴⁶ Castro Faria, 1993, p. 63.

¹⁴⁷ Pasta 24 Doc. 5, 135 e 141 de 1885. MN.DR.AO.

expostos no prédio do Museu Nacional, a época situado no Campo de Santana. As “representações visuais da Exposição Antropológica se estendiam através de numerosas formas e gêneros visuais, desde as estátuas de Deprès às pinturas e fotografias que documentavam e também integravam a exposição”¹⁴⁸.

Para a composição deste acervo, Netto contou com a colaboração dos governadores das províncias que, atendendo a seu pedido, remeteram ao Museu objetos coletados em sua região. Além disso, o próprio Ladislau se empenhou em percorrer algumas províncias do norte coletando peças que julgava interessante expor no evento que então planejava. Os objetos selecionados foram distribuídos em oito salas, as quais receberam nomes de personalidades históricas que estiveram ligadas à temática indígena e que, de certa forma, contribuíram para o desenvolvimento das ciências naturais: Vaz de Caminha, Rodrigues Ferreira, Lery, Hartt, Lund, Martius, Gabriel Soares e Anchieta.

Diante da diversidade de objetos etnográficos, antropológicos e arqueológicos expostos ao visitante, entendemos a Exposição “como uma situação paradigmática em que ciência e nação se fizeram representar”¹⁴⁹. Afinal,

“nessa exposição, mais do que coleções arqueológicas, etnográficas e antropológicas, foi exibida a singularidade nacional com que Netto esperava inserir o Brasil no mundo científico internacional. O que se pretendia expor e o que unia os conteúdos das diversas vitrinas era o papel que cabia ao Museu Nacional do Rio de Janeiro cumprir na construção do imaginário do Império brasileiro e no panorama das ciências universais”¹⁵⁰.

No volume seis da *Revista Arquivos do Museu Nacional* a tríade Antropologia, Etnologia e Arqueologia, deram corpo ao periódico produzido no ano de 1885. Nele, os trabalhos de Charles F. Hartt sobre a etnologia no Vale do Amazonas, os de João Batista de Lacerda e os de José Rodrigues Peixoto, ambos relativos aos estudos físicos da Antropologia, bem como os textos de Ladislau Netto, referentes à Arqueologia Brasileira, mostraram que “o Brasil, para Netto, se havia tornado moderno na medida em que poderia sonhar com a sua própria antiguidade”¹⁵¹.

A publicação em análise parece, aos olhos de Netto, colocar a Exposição Antropológica agora em um novo suporte: o papel. Ali, análises de especialistas

¹⁴⁸ Andermann, 2004, p. 151.

¹⁴⁹ Rankel, 2007, p. 7.

¹⁵⁰ Lopes, 2001, p. 63.

¹⁵¹ Andermann, 2004, p. 150.

revelariam o sentido da exibição e da conservação dos objetos que, para além do olhar dos curiosos observadores, estariam disponíveis aos leitores situados em diversas partes do mundo. O volume seis adquiria, portanto, feições de uma exposição itinerante. “O que foi aquela exposição, sabe-o hoje o Brasil inteiro e vai verifica-lo em breve todo o mundo civilizado com a publicação dos documentos que só agora começo de dar a lume”¹⁵².

Ladislau Netto redigiu o *Prefácio* em janeiro de 1885. Nele, Netto percorreu, primeiramente, a sua própria trajetória profissional para, em seguida, explicar como chegou à execução da Exposição de 1882. Ele concluiu o texto narrando as condições de produção dos artigos ali publicados.

Prefaciando a revista, Netto informou que seu interesse pela origem do homem teve início havia vinte anos, quando concluía seus estudos em Paris, ocasião na qual se discutia o trabalho de Boucher de Perthes¹⁵³. Para ele, “quantas páginas indecifradas, sobre a história da humanidade, não encerram ainda esses Arquivos de pedra até hoje ocultos na mudez da noite eterna do passado!”¹⁵⁴. De volta ao Brasil, sua atuação foi notória no sentido de chamar a atenção das autoridades para a importância dos estudos sobre os “antigos íncolas desta terra, onde vagam, há já três séculos, forasteiros e perseguidos, seus malfadados descendentes”¹⁵⁵. Isso porque, em 1867, ele escreveu um ofício ao então ministro da Agricultura ressaltando a necessidade de tais estudos. Este documento foi publicado na imprensa da Corte e republicado na imprensa das províncias, o que teria provocado grande comoção pública, segundo Netto. Daí o seu valor. Afinal, a circulação daquele texto impresso teria permitido que seu apelo tivesse “plantado no espírito do público o gérmen da simpatia nacional em favor da gloriosa propaganda.”¹⁵⁶.

Netto prosseguiu destacando sua ação individual no desenvolvimento dos estudos dos primeiros habitantes do Brasil. Ele avisou ao leitor que: foi sugestão sua a criação de um museu especializado em antropologia, que se esperava ser levada a cabo pelo governo imperial – o que acabou não acontecendo; a Exposição Antropológica de

¹⁵² Netto, 1885

¹⁵³ Jacques Boucher de Crèvecoeur de Perthes (1788-1868) era arqueólogo francês que se tornou notável por seus estudos sobre a antiguidade da espécie humana, especificamente sobre a existência do homem antediluviano.

¹⁵⁴ Netto, 1885.

¹⁵⁵ Netto, 1885.

¹⁵⁶ Netto, 1885

1882 foi um projeto seu, concebido desde 1880 e que, quando executado, logrou grande êxito.

Tamanho sucesso alcançado naquele “brilhante jubileu científico” exigia de Netto a produção de dois tipos de impressos: o catálogo e a revista. O primeiro, ele entendia como insuficiente, secundário, por razões não explicitadas no prefácio, ao contrário do segundo, considerado “mais solene ou mais larga comemoração”. “Vem daí a prioridade concedida a este volume sobre a publicação do referido catálogo. Quanto a este, já em parte presentemente impresso, vai ser em breve concluído”¹⁵⁷.

Na verdade, já havia sido impressa especialmente para a Exposição a *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, dirigida por Mello Moraes Filho e distribuída às províncias do Império. “A revista contou com 112 artigos de autores do Museu Nacional, como Netto e Lacerda, alguns políticos, viajantes e cronistas”¹⁵⁸. Segundo Rankel, nela “a linguagem era mais acessível em relação à utilizada nos *Arquivos do Museu Nacional*” e a estrutura iconográfica era farta de estampas e gravuras. Tratava-se, ao que parece, de uma publicação de vulgarização científica. Mas, não era a esta revista que Netto se referia e sim ao volume seis da revista *Arquivos*, que se tratava de uma publicação institucional cujo uso naquele momento era comemorativo.

Publicar para comemorar. Entendemos que a intenção de Netto com aquela publicação era mais que festejar aquele evento, era rememora-lo, eternizando-o nas páginas impressas. Para isso, seu conteúdo, isto é, os textos que davam forma ao volume, deveriam ser significativos. Netto, então, deu informações sobre as condições de produção e seleção dos textos, colocando o leitor a par da composição da obra e, ao mesmo tempo, introduzindo-o a uma leitura mais pertinente.

Sobre os textos de Charles Frederic Hartt – redigidos quase dez anos antes da publicação do volume seis –, Netto disse que consistiam em trabalhos inconclusos e que foram compilados por Orville A. Derby¹⁵⁹:

“O ilustre e malgrado geólogo não havia dado por findo o que da sua lavra aí se expõe ao lume da publicidade. São fragmentos extraídos do vasto cabedal a que o incansável obreiro da ciência, fulminado pela morte em meio da sua operosa tarefa, não pôde

¹⁵⁷ Netto, 1885

¹⁵⁸ Rankel, 2007, p. 70

¹⁵⁹ Derby foi sucessor de Charles F. Hartt no Museu Nacional. Ele estudou na Universidade de Cornell, integrou a Comissão Geológica do Brasil, organizou as coleções de mineralogia e paleontologia do Museu e publicou diversos artigos nos volumes 2, 3 e 4 da *Revista Arquivos do Museu Nacional*.

imprimir o cunho final daquela vasta percepção que todos nós lhes reconhecíamos. Foi seu discípulo predileto e hoje sucessor neste Museu, Orville A. Derby, quem tomou a si o pio encargo de enfeixar em limites menos vagos as notas esparsas, deixadas pelo mestre.”¹⁶⁰

Quanto aos textos de João Batista de Lacerda e de José Rodrigues Peixoto¹⁶¹, que tratam dos estudos craniológicos, Netto denominou os autores de naturalistas, numa clara demonstração da ligação entre a antropologia e as ciências naturais naquele momento:

“De dois naturalistas brasileiros, os Drs. Lacerda e Rodrigues Peixoto, acham-se inseridas neste volume investigações que se me afiguram as mais completas (...). Pertencem-lhes, como é sabido, os primeiros subsídios rigorosamente determinados (...) para o desenvolvimento da craniometria comparada”¹⁶²

Na parte final do volume se encontra o trabalho do próprio Ladislau Netto relacionado à arqueologia brasileira. A ele, Netto se referiu no *Prefácio* como um ensaio e justificou-se perante o leitor, caso ali encontrasse equívocos. Ele afirmou que escreveu aquele ensaio “no só intento de dar ideia aproximada das antiguidades que já hoje entesoura o Museu Nacional” e o que lhe pareceu defeitos, “de sobra o disse na introdução com que o prefaciei”¹⁶³. Netto, assim, antecipou-se às críticas. E o volume seis, portanto, oferece dois prefácios: um, que apresenta o volume, e outro, que apresenta o artigo de sua autoria.

Introduzindo, deste modo, o seu artigo, Netto afirmou na *Advertência* que aquele trabalho talvez fosse prematuro e que havia a necessidade de examinar ainda um pouco mais alguns dos pontos de controvérsia ali lançados. Entretanto, isso reclamaria “alguns meses mais de estudo e reflexão”, o que retardaria ainda mais o atendimento às “missivas de fora e dentro do país a pedirem-me esta publicação, que se sabia consagrada à Exposição Antropológica, há muito encerrada.” O estudo então publicado era “o projeto imperfeito do trabalho que não me foi dado concluir”¹⁶⁴.

¹⁶⁰ Netto, 1885.

¹⁶¹ Lacerda era médico e membro da Sociedade de Antropologia de Paris. Foi subdiretor e diretor da 1ª Seção do Museu Nacional. Peixoto também era formado em medicina, foi membro da Comissão Sanitária da Glória e traduziu o livro de Charles Hartt, *Esboço de uma gramática da língua tupi moderna*.

¹⁶² Netto, 1885.

¹⁶³ Netto, 1885

¹⁶⁴ Netto, 1885, p. 258 e 259

Assim como no prefácio de abertura do volume, neste Netto igualmente ressaltou a sua trajetória na valorização dos estudos dedicados aos “primitivos habitantes do solo brasileiro.” Ele novamente apontou o ano de 1867 como o início dos seus esforços para reunir material sobre tais estudos e atribuiu ao apoio que recebeu da imprensa a causa que despertou “a atenção pública em favor de tão atraente e valioso assunto.” As cartas que escrevia aos periódicos da Corte, onde ele destacava a importância dos objetos pré-históricos, e que teriam sido reproduzidas também pela imprensa provincial, contribuíram para o “aumento rápido e progressivo do nosso cabedal arqueológico”¹⁶⁵, segundo ele. Dando seqüência a sua trajetória, Netto ainda ressaltou a sua participação na Sociedade Vellosiana, por meio da qual a imprensa mais uma vez teria dado publicidade às suas investigações, e na Exposição Antropológica, evento que idealizou e para o qual adquiriu parte das coleções exibidas.

Por fim, queremos destacar a provocação que Netto lançou na *Advertência*: “forneci argumentos contrários à escola autóctono-poligenista americana.” E completou: “onde maior força parecem ter os argumentos em favor de uma determinada ideia, encontra a ideia contrária as suas melhores armas defensivas e até agressivas”¹⁶⁶. Isso porque os objetos da cultura material dos povos indígenas colecionados no Museu Nacional, tendo sido postos à análise e levado ao público naquele impresso, dava evidências da “cultura intelectual dos povos que os fabricaram.” Ali Netto se eximiu de fazer conclusões, delegando a outros a interpretação, colocou-se como um pesquisador neutro na medida em que se ateve “a mais escrupulosa reserva, evitando que de modo algum interviesse a menor sombra das minhas próprias prevenções”, mas ponderou que “das duas classes em que se dividem os antropologistas, não creio ser a dos poligenistas a que maior e mais valioso quinhão tenha de respingar na messe que aí exponho às vistas dos dois grupos”¹⁶⁷. Vale ressaltar que no período que estudamos o debate entre monogenistas e poligenistas era intenso e animava os estudiosos interessados na origem e na evolução da humanidade.

Assim, temos num mesmo volume a *Advertência*, que introduz a artigo de Netto, e o *Prefácio*, que introduz o volume. Em ambos, o diretor do Museu Nacional, no lugar de prefaciador, anunciou ao destinatário da obra, isto é, o leitor, a sua influência sobre o desenvolvimento dos estudos arqueológicos e etnográficos do país e enfatizou a

¹⁶⁵ Netto, 1885, p. 257

¹⁶⁶ Netto, 1885, p. 259

¹⁶⁷ Netto, 1885, p. 259

contribuição destes estudos para o conhecimento da origem e da evolução do homem brasileiro. A leitura da obra, portanto, tornava-se indispensável.

O Volume 7: *Prefácio*

Em 1887, o Museu Nacional publicou o sétimo volume dos *Arquivos*. Nele, o paleontólogo norte-americano, Charles A. White¹⁶⁸, e o diretor da Seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia Geral do Museu Nacional, Orville A. Derby, divulgaram trabalhos que produziram a partir das coleções adquiridas por Charles Frederic Hartt¹⁶⁹ nas expedições da Comissão Geológica do Brasil.

Tal Comissão, existente no curto período de 1875-1877, é considerada por Figueroa como “a primeira iniciativa institucional, de âmbito nacional, no campo específico das ciências geológicas”.¹⁷⁰ Isso porque consistiu numa expedição na qual a geologia formava o escopo essencial do trabalho, diferentemente das demais instituições da época, nas quais as ciências geológicas tinham um papel complementar na história natural.

Na Comissão Geológica do Brasil, Hartt coletou aproximadamente 500.000 amostras, que contribuíram expressivamente para a formação do acervo do Museu Nacional e iniciou a redação das memórias dos trabalhos – sem concluí-las –, objetivando a descrição e a classificação de minerais, de fósseis e do solo observados¹⁷¹.

O volume de 1887 trouxe o desejo de concluir o estudo iniciado por Charles Hartt. “Mas, a quem confiar tão espinhosa tarefa e quem me seria capaz de compreender labores do mais subido alcance se bem que não levados ao termo por quem tão brilhantemente os iniciara?”.¹⁷² Coube à White e à Derby divulgarem as considerações a respeito das descrições feitas por Hartt, levando ao leitor a impressão de que, naquele

¹⁶⁸ Charles A. White foi diretor do Museu Nacional nos Estados Unidos e professor da Universidade de Iowa. Ele integrou a United States Geological Survey entre 1874 e 1892 e foi eleito, em 1883, presidente da Sociedade de Biologia de Washington.

¹⁶⁹ Hartt chefiou a referida comissão. Antes de se estabelecer no Brasil, foi professor na Universidade de Cornell e integrou a Thayer Expedition (1865), ao lado de Louis Agassiz, John Rathbun e John C. Branner, naturalistas que naquela ocasião percorreram o Brasil por dois anos. Publicou o livro intitulado *Geology and Physical Geography of Brazil* (1870) e tornou-se diretor da 3ª Seção do Museu Nacional (1876-1877).

¹⁷⁰ Figueroa, 2001, p.113

¹⁷¹ Figueroa, 2001.

¹⁷² Netto, 1887

momento, o trabalho de Hartt estava finalizado, havia dado frutos, não tendo sido em vão, já que seus objetivos foram alcançados, ainda que postumamente.

O volume é constituído pela adição de textos escritos em momentos diferentes. A parte introdutória, escrita por White e Derby, e o texto final, de Derby, foram produzidos para o momento da publicação. Os estudos das amostras de fósseis do período cretáceo, realizados por Charles White em Washington, ocorreram em datas distintas e foram divididos em cinco partes: I) Coníferos, de 7 de março de 1882; II) Gastrópode, de 5 de maio de 1883; III) Cefalópodes, de 15 de junho de 1882; IV) Moluscos de água doce do grupo da Bahia, de 1 de março de 1883; V) Equinodermos, de 6 de fevereiro de 1884.

Compilados para a revista, deram origem a uma única obra. A unidade da coletânea foi reforçada no prefácio por Netto quando afirmou que “do presente volume grande parte é ainda da lavra dele”, isto é, de Hartt, e que aquela publicação se tratava de uma homenagem à sua memória. Ele ainda escreveu que o acurado labor do naturalista Charles White “deixou nas brilhantes páginas o melhor monumento de que se terá por muitos anos notícia sobre os invertebrados da fartíssima fauna cretácea brasileira.”¹⁷³ Ou seja: apesar de o conteúdo da revista ter sido elaborado por White e Derby em períodos diversos, são a fauna brasileira e o trabalho de coleta de Hartt o fio que une e justifica os trabalhos publicados.

A intenção de Netto na publicação era clara: perpetuar o nome de Hartt, “relembrar-mos o seu arguto entendimento” e, principalmente, ampliar o valor da revista e o prestígio do Museu, “alvo já de simpatias inequívocas e de elevado conceito entre os institutos seus congêneres nos dois hemisférios”.¹⁷⁴ Ele reconheceu que a produção do volume sete, tal como se apresentou, só foi possível graças à Derby, que cuidou de preservar o material deixado por Hartt, e ao trabalho meticuloso de White, por quem nutria apreço e admiração e por ele considerado o mais capacitado para averiguar tal material, o “ilustre paleontólogo”, o único capaz de compreender o valor daquela obra deixada inconclusa.

Assim, temos no *Prefácio* de Ladislau Netto, as ideias de continuidade e unidade perfazendo o texto. Para o prefaciador, os trabalhos publicados no sétimo volume da *Revista Arquivos* consistiam numa extensão do trabalho iniciado por Hartt. Apesar de os

¹⁷³ Idem

¹⁷⁴ Idem

textos terem sido criados em momentos díspares por autores que não eram Hartt, era ele ainda assim a razão de ser da revista. Evocar a memória de Hartt significava buscar legitimidade para as práticas científicas realizadas no Museu e enfatizar os progressos alcançados pela instituição. Afinal, o trabalho dos predecessores havia rendido frutos ao Museu. Aos receptores da publicação, com quem se partilhava as conquistas, ficava a motivação para a leitura.

2.2 Os textos: lugar do autor

O que publicar e para que publicar? Buscando esclarecer estas indagações, apresentaremos os autores e suas produções textuais publicadas nos *Arquivos* no período que estudamos, especialmente aqueles relativos às ciências antropológicas. Tais ciências buscavam conhecer a origem e a evolução humana do ponto de vista natural, moral e intelectual. Eram elas: a antropologia, a arqueologia e a etnologia.

Sem entrar no mérito de classificar os textos ou por filiações teóricas, até porque enquadrar os autores em modelos implicaria em ignorar as variações de seus trabalhos, ou por áreas de conhecimento, pois estas áreas não tinham limites bem definidos e seus estudiosos, com formação variada, transitavam em muitas delas e isso nos exigiria um estudo mais aprofundado da relação e formação disciplinar no período, o que nos interessa, sobretudo, é analisar a importância do que era publicado e por quem era publicado, dentro dos debates da época.

Os quatro fascículos do primeiro volume, publicado inicialmente em 1876 e concluído em 1877, trouxeram impressos trabalhos de Carl Wiener, Ladislau Netto, João Joaquim Pizarro, João Batista de Lacerda, Charles Frederic Hartt, José Rodrigues Peixoto e Domingos Soares Ferreira Penna (Anexo III). Destes, compunham a comissão de redação Netto e Hartt, além de Carlos Luiz Salles Junior. Charles Frederic Hartt já tinha chefiado a Comissão Geológica do Império, encerrada em 1877, e dirigia a 3ª Seção do Museu (Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral). Carlos Luiz Salles Junior era subdiretor da 3ª Seção, atuando, portanto, diretamente junto a Hartt. Os demais autores eram igualmente funcionários do Museu (Anexo I), com exceção de Carl Wiener e do médico José Rodrigues Peixoto, que trabalhava com Lacerda na análise dos crânios, mas até onde sabemos não era empregado do Museu.

No primeiro volume foram publicados ao todo nove artigos, além de uma relação das coleções zoológicas existentes no Museu. Deste total, seis eram referentes ao estudo do homem, sendo dois dedicados aos sambaquis, escritos por Wiener e Penna, dois dedicados aos estudos craniométricos, de Lacerda e Peixoto, e dois sobre objetos de barro e de pedra de origem indígena, de autoria de Hartt (Anexo II).

O texto de Wiener, intitulado *Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil*, trata dos sambaquis de Santa Catarina. O autor descreve a situação topográfica, a natureza e o estado do material ali encontrado e sua disposição. Com base nestas informações, ele apresenta algumas considerações a respeito da origem dos sambaquis e destaca sua importância para a ciência:

“O humilde sambaqui tem para a ciência universal a mesma importância que a majestosa pirâmide do Egito ou do México.
O crânio de um cacique é tão interessante como o de um Faraó.
O machado é um elo da cadeia do desenvolvimento das aptidões criadoras e destruidoras do homem: ensina-nos tanto quanto a mais bela espada de Damasco.
Compete à etnografia o dever de descobrir todas as estações da estrada, percorrida até hoje, pela humanidade (...)”¹⁷⁵

Já o texto do Ferreira Penna trata de sambaquis do norte. Em *Breve notícia sobre os sambaquis do Pará*, Penna fala da dificuldade de acesso até o sambaqui das Salinas, povoação do Pará, e descreve a composição do sambaqui, o estado de conservação dos objetos e a sua localização. Ele discorda do estudo de Wiener ao afirmar que, diferentemente do sul, onde o autor afirma ser os vestígios dos sambaquis indicativos de que aqueles índios apreciavam alimento humano, ao menos no Pará e no Amazonas, os índios “ainda os mais antropófagos, não comiam carne humana como quem come mariscos e peixes (...), mas só a dos seus inimigos e não a comiam senão para satisfazerem ao seu excessivo ódio e extraordinário espírito de vingança.”¹⁷⁶

No texto *Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, Lacerda e Peixoto analisaram crânios de índios botocudos que integravam a coleção do Museu Nacional. Ali os autores apresentaram imagens e medições, estabeleceram comparações e classificaram aqueles indígenas como a raça mais inferior

¹⁷⁵ Charles Wiener. Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1876, v. 1, p. 20.

¹⁷⁶ Domingos Soares Ferreira Penna. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1876, v. 1, p. 94-95.

na escala evolutiva. Eles deixaram claro no impresso o método do estudo adotado: “Quanto à terminologia e processos craniométricos de que nos servimos, são todos da escola do sr. Broca, e de indústria o preferimos por nos parecerem os mais completos e os mais exatos.”¹⁷⁷

Segundo Castro Faria, o estudo dos botocudos se tornou cada vez mais importante, pois se entendia que eles eram descendentes dos primitivos de Lagoa Santa, sobre os quais pouca informação se tinha.¹⁷⁸ Depois, foi estabelecida também sua relação com o homem dos sambaquis, o que tornou esses sítios importantes locais de estudo na época.

Em *Nota sobre a conformação dos dentes*, Lacerda mostrou o seu desejo de que aquele estudo fosse útil para a ciência universal na medida em que a análise dos dentes apresentaria caracteres das variadas raças humanas. Ao examinar a arcada dentária dos crânios colecionados no Museu, Lacerda se surpreendeu com a ausência de cáries, comparou-a com a de grupos indígenas da Bolívia e da Nova Zelândia e concluiu que a sua morfologia indicava a inferioridade dos grupos indígenas americanos e, ao mesmo tempo, a sua unidade:

“somos levados a considerar a conformação geral dos dentes nas raças indígenas da América como um caracter de inferioridade étnica. (...)”

Em conclusão: da serie de considerações que acabamos de fazer resulta que conformação geral dos dentes pode servir como caracter distintivo das raças da América, prestando-se ao mesmo tempo a reforçar as provas já reconhecidas da unidade do tipo étnico para os povos que habitaram antigamente e habitam ainda hoje as vastas regiões do Novo Mundo.”¹⁷⁹

Charles Frederic Hartt publicou dois textos: *Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó* e *Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional*. No primeiro trabalho ele descreveu a forma e a matéria dos objetos, que ele considerou tratar de tangas de uso feminino,

¹⁷⁷ João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto. Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1876, v. 1, p. 48.

¹⁷⁸ Castro Faria, 1998, p. 19.

¹⁷⁹ João Batista de Lacerda. Nota sobre a conformação dos dentes. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1876, v. 1, p. 82-83.

coletados em Pacoval, Pará. No segundo trabalho, ele descreveu alguns machados de pedra produzidos por grupos indígenas de diversas partes do Brasil.

O segundo volume dos *Arquivos*, impresso entre 1878 e 1879, apresentou onze artigos de cinco autores. São eles: João Batista de Lacerda, Fritz Müller, Domingos Soares Ferreira Penna, Orville Adalbert Derby e Ladislau Netto (Anexo III). Além destes, foi publicado juntamente o resumo do curso de antropologia, onde constam as matérias lecionadas por Batista de Lacerda, relacionadas ao estudo anatômico e fisiológico humano gerado a partir de análises experimentais. Lacerda, aliás, naquele ano também compôs a comissão de redação ao lado de Netto e Hartt, que viera a falecer em 1878. Orville A. Derby, que integrara a Comissão Geológica do Império, sucedeu Hartt no Museu Nacional.

Dos doze textos, quatro são referentes ao estudo dos indígenas do Brasil e um referente à anatomia humana – este último derivado do curso público de antropologia. Juntos, somam mais da metade do volume (Anexo II). Embora Fritz Muller tenha sido o autor com o maior número de títulos, o texto de Netto foi o mais volumoso de toda a publicação. Netto escreveu *Apontamentos sobre os Tembetás das coleções Arqueológicas do Museu Nacional*, onde tratou, primeiramente e de modo geral, dos adereços e enfeites utilizados pelos povos ao longo do tempo, da prática da tatuagem e do corte nos dentes incisivos superiores. Depois, ele tratou dos adornos labiais, os tembetás ou botoques, usados por índios do Brasil e comparou-os com os usos feitos em outras partes do mundo, buscando aí possíveis elos de ancestralidade. Para Netto, o uso de tembetás privava seus usuários do beijo, o que conseqüentemente os impedia de manifestar sentimentos de estima e amor, indicando assim seu estado de selvageria, principalmente no que se refere ao sexo que, neste caso, poderia ser caracterizado como um ato não humano:

“Quer fosse, porém, este modo de união sexual uma causa concomitante com o uso de adoros labiais, para a ausência do beijo, quer o consideremos antes como o efeito imediato do mesmo adorno, sou induzido a crer que em povos tão selvagens e tão afastados da altura a que se elevaram as nações civilizadas, a união sexual devia realizar-se *ad instar animalium*.”¹⁸⁰

¹⁸⁰ Ladislau Netto. Apontamentos sobre os Tembetás das coleções Arqueológicas do Museu Nacional, *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1877, v. 2, p. 129.

Netto também escreveu sobre a necessidade de estudos de filologia ao mencionar as variações da palavra *tembetá* existentes entre diferentes grupos indígenas. Sua preocupação era explicar como ocorreu a ocupação do território brasileiro pelos primitivos habitantes através da comparação das línguas nativas: “dado este primeiro passo nas trevas que envolvem a história da imigração dos asiáticos na América, é de crer que tenhamos fácil interpretação para os mais árduos assuntos que entesouram as fases desta mesma imigração.”¹⁸¹

Os textos de Ferreira Penna, *Apontamentos sobre os Ceramios do Pará e Apêndice-Urnas do Maracá* consistem em cartas enviadas a Ladislau Netto onde Ferreira Penna descreveu o lugar e o material arqueológico ali encontrado, a saber objetos de barro e esqueletos humanos, e denominou-o ceramios, numa referência ao antigo *Ceramicus* ateniense: olaria situada fora da cidade e que “foi removida para dar lugar a um edifício especial reservado a receber os corpos dos bravos que morriam na guerra.”¹⁸² Percorrendo então os ceramios de Maracá, Santa Izabel e Pacoval, Ferreira Penna expôs na missiva detalhes da geografia e da morfologia dos objetos achados na Ilha de Marajó a Ladislau Netto, que a publicou nos *Arquivos*.

O autor ainda publicou *Observações sobre as duas urnas fig. 3ª e 4ª descritas e figuradas pelo sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo – Antiguidades do Amazonas, inserto na Revista Ensaios de Ciência*. Ali, Ferreira Penna, que além de ser naturalista viajante do Museu, era também membro correspondente do IHGB, repudiou o estudo de João Barbosa Rodrigues¹⁸³ que, segundo ele, não fez a descrição exata das urnas. Ferreira Penna disse que Barbosa Rodrigues se baseou em duas fotografias para analisar os artefatos, o que teria sido insuficiente para a demonstração de uma análise segura. Além disso, a imagem das urnas que fora publicada teria sido igualmente alterada. “Assim o autor desvirtuou o seu desenho com o que os artistas chamam uma restauração, que na maior parte dos casos é, pelo menos, uma falta irreparável.”¹⁸⁴ Aí, Ferreira Penna viu nos *Arquivos* uma oportunidade para sanar tais incorreções, tidas

¹⁸¹ Ladislau Netto. Apontamentos sobre os Tembetás das coleções Arqueológicas do Museu Nacional, *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1877, v. 2, p. 163.

¹⁸² Domingos Soares Ferreira Penna. Apontamentos sobre os Ceramios do Pará. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1877, v. 2, p. 48.

¹⁸³ João Barbosa Rodrigues foi professor de desenho e especializou-se em botânica. Esteve em missão científica na Amazônia no período de 1872 a 1875. Foi diretor do Jardim Botânico de Manaus, em 1883, e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir de 1890.

¹⁸⁴ Domingos Soares Ferreira Penna. Observações sobre as duas urnas fig. 3ª e 4ª descritas e figuradas pelo sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo – Antiguidades do Amazonas, inserto na *Revista Ensaios de Ciência*. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1877, v. 2, p. 74.

como inadmissíveis, pois a inexatidão de uma descrição poderia levar ao erro os interessados no assunto.

“é indispensável para o interesse da ciência, para o próprio crédito dos escritores e até certo ponto, para os brios da nossa nacionalidade, que na descrição de cada um desses mudos testemunhos de uma civilização extinta, haja sempre, além de um estudo aturado e paciente, o maior critério e a mais escrupolosa exaçaõ, para que os antropologistas, nacionais e estrangeiros que não tiverem oportunidade de estudá-los nos próprios originais, aceitem com inteira confiança os resultados dos nossos trabalhos”¹⁸⁵

Além de Ferreira Penna, João Barbosa Rodrigues era desafeto de Ladislau Netto. O diretor do Museu Nacional desconfiava de sua competência como botânico, considerando-o um amador. João Batista de Lacerda igualmente teve conflitos com ele. Ambos divergiram quanto à preparação do curare e do antídoto usado para neutralizar o veneno.¹⁸⁶ Estas disputas por afirmação e reconhecimento foram veiculadas na imprensa da época, mas não apareceram nos *Arquivos*, com exceção daquela que envolveu Ferreira Penna.

Os volumes três, cinco e sete, não trouxeram trabalhos referentes aos estudos humanos. No terceiro volume foram publicados trabalhos de botânica, geologia, mineralogia e zoologia assinados por Fritz Muller, Henri Gorceix e seus alunos da Escola de Minas de Ouro Preto – Leandro Dupré Junior e Luiz Adolpho Correa da Costa –, João Batista de Lacerda, Orville A. Derby, Richard Rathbun e Ladislau Netto (Anexo III). O quinto e o sétimo volume, publicados em 1881 e 1887, consistiram cada um deles numa única obra: a *Flora Fluminenses*, produzida no final do século XVIII pelo Frei Veloso, parte dela publicada em 1825 e integralmente publicada nos *Arquivos* do ano de 1881; *Contribuições à Paleontologia do Brasil*, onde Charles A. White e Orville Derby, em homenagem póstuma ao trabalho de Charles Frederic Hartt, analisaram e classificaram os objetos por ele coletados e que integravam o acervo do

¹⁸⁵ Domingos Soares Ferreira Penna. Observações sobre as duas urnas fig. 3ª e 4ª descritas e figuradas pelo sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo – Antiguidades do Amazonas, inserto na Revista Ensaio de Ciência. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1877, v. 2, p. 75-76.

¹⁸⁶ Sá, 2001.

Museu Nacional. As estampas deste último volume foram impressas numa litografia da Filadélfia, Estados Unidos.¹⁸⁷

Resta-nos, portanto, os volumes quatro e seis. No quarto volume, referente ao ano de 1879, mas publicado apenas em 1881, temos três artigos relacionados às ciências do homem de um total de oito artigos nele impressos (Anexo II). Ferreira Penna escreveu *Algumas palavras da língua dos Aruans*, único texto do período dedicado ao conhecimento da língua indígena. O trabalho consiste num texto narrativo, no qual o autor deu informações de sua viagem à Ilha de Marajó e fez a tradução de algumas palavras da língua portuguesa para a língua aruan por meio de “um velho Aruan, de nome Anselmo José, (...) único representante vivo da formosa e hoje extinta nação dos Aruans”¹⁸⁸, personagem também descrito por Ferreira Penna. O autor, em seguida, explicou a pronúncia de algumas sílabas, listou as palavras traduzidas e falou de sua importância: “na persuasão de que o conhecimento da pronúncia das palavras desta língua possa ser de utilidade na investigação de sua origem.”¹⁸⁹ Tendo sido Ferreira Penna membro do IHGB, assim como Ladislau o foi, podemos compreender o interesse de ambos no estudo da língua indígena, já que uma das preocupações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi conhecer a língua dos selvagens para, então, civiliza-los. Afinal, “a linguagem dos indígenas se apresentava como um indício possível de ser usado na tentativa de dar inteligibilidade ao seu passado”¹⁹⁰

Já Lacerda escreveu *Crânios de Maracá e Nota sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos*. No primeiro, Lacerda analisou dois crânios e alguns ossos encontrados em duas urnas funerárias por Ferreira Pena, oriundas das proximidades do rio Maracá, Pará, e remetidos ao Museu Nacional. Ele fez medições e apresentou diferenças em relação aos crânios dos botocudos, mas não fez conclusões por se tratar apenas de um estudo preliminar. No segundo texto, ele analisou a alteração e a conservação do material osteológico em função das condições do meio e destacou a relevância deste estudo tanto para a antropologia quanto para a medicina legal:

“o estado mais ou menos adiantado da decomposição dos ossos constitui o principal elemento de apreciação para se julgar

¹⁸⁷ Pasta 23 Doc. 103A de 1884; Pasta 25 Doc. 9 e 25 de 1886. MN.DR.AO. Na chegada ao Brasil, o material ficou retido na alfândega, mas depois liberado. Pasta 26 Doc. 9 de 1887. MN.DR.AO.

¹⁸⁸ Domingos Soares Ferreira Penna. *Algumas palavras da língua dos Aruans*. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1879, v. 4, p. 15.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 18.

¹⁹⁰ Turim, 2009, p. 73.

aproximativamente da antiguidade de uma jazida. A antropologia vai aí buscar a base dos seus cálculos e induções; e a medicina legal, a quem cabe achar a solução, às vezes difícil, de certos problemas que exigem o prévio conhecimento da data de uma inumeração, deve também achar interesse nestas observações.”¹⁹¹

Quanto ao volume sexto, de 1885, foi todo ele dedicado à Exposição Antropológica Brasileira realizada em 1882 no Museu Nacional. Nesta publicação, há quatro artigos relacionados à antropologia, arqueologia e etnologia (Anexo II). O primeiro artigo é de Charles F. Hartt, intitulado *Contribuições para a Ethnologia no Valle do Amazonas*, que consiste num texto narrativo e descritivo, com ilustrações e onde localizamos intervenções dos redatores. Notas e imagens foram adicionadas àquela publicação, que era póstuma. Possivelmente, o texto original tenha sido escrito por Hartt entre 1877 e 1878. Nele, o autor fez referências às expedições que realizou em 1870, 1871 e 1875, analisou urnas funerárias, ídolos, ornatos e cerâmicas encontrados no sambaqui fluvial de Santarém, as margens do rio Amazonas, e comparou-os com os objetos coletados em Marajó, situada na foz do rio.

O artigo seguinte, de João Batista de Lacerda, intitulado *O Homem dos Sambaquis – Contribuição para a Antropologia do Brasil* buscou entender a origem dos povos que ocuparam o Brasil a partir do estudo de crânios encontrados em sambaquis de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Lacerda ressaltou a importância da análise de tais crânios, uma vez que até aquele momento apenas tinham sido estudados o de Lagoa Santa e o dos botocudos. O autor afirmou ainda que, a partir da confrontação craniológica, através da qual era possível identificar afinidades étnicas entre a raça atual na época e a raça antiga, havia a indicação de que os botocudos e os crânios dos sambaquis tiveram a mesma origem ou eram provenientes do mesmo tronco devido a suas semelhanças.

Seguido do artigo de Lacerda, temos o artigo de José Rodrigues Peixoto, cujo título é *Novos Estudos Craniométricos sobre os Botocudos*. Neste texto o autor criticou as classificações dos grupos indígenas pela língua, que segundo ele “não tem rigor

¹⁹¹ João Batista de Lacerda. Nota sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos. Revista *Arquivos do Museu Nacional*, 1879, v. 4, p. 133

científico e que, apesar de úteis, não podem ser aceitas no todo.”¹⁹² Ele também afirmou ter seguido o método de Paul Broca para a medição dos crânios, que o trabalho ainda estava inconcluso e que a sua finalização retardaria aquela publicação. Contudo, o estudo até ali realizado o permitiu cogitar que os botocudos, grupo tido como o mais inferior na escala evolutiva, eram o resultado do cruzamento entre o homem do sambaqui e o de Lagoa Santa. Ao que parece, este artigo se apresenta como uma continuidade do trabalho publicado em 1876 no primeiro volume dos *Arquivos, Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, de Peixoto e Lacerda.

E, por fim, temos o artigo de Ladislau Netto, *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira*. Ali Netto analisou ídolos, adornos, cerâmica, pinturas, urnas, rituais, instrumentos de trabalho, cachimbos, pedras, amuletos, bem como figuras antropomorfas e zoomorfas representadas em vários destes objetos encontrados no *mound* de Pacoval, Marajó. O texto de Netto apresentou uma análise descritiva e comparativa, estabeleceu relações com os objetos das civilizações pré-colombianas e da antiguidade clássica. Netto em diversas partes do texto afirmou que não era sua intenção questionar o autoctonismo americano, mas que o trabalho que então publicava dava indícios da possibilidade de transfusão de elementos alienígenas para a raça primitiva da América.

Netto ainda destacou no texto outros aspectos que julgamos ser interessantes: ele ressaltou a superioridade artística da mulher entre os aborígenes modernos e antigos; a superioridade dos índios do sul sobre os do litoral, no caso os botocudos, ainda que ambos tivessem o mesmo tronco; a possibilidade de classificar a capacidade intelectual dos índios a partir do estudo das cerâmicas.

Disse Castro Faria que a cerâmica marajoara era notável “pela variedade de formas e pelas proporções, pelo refinamento dos padrões decorativos, altamente elaborados – por um conjunto de características que correspondiam ao conceito vulgar de obra de arte (...).”¹⁹³ Certamente essas características, já reconhecidas por Ladislau Netto, motivaram-no não só a estudar estes objetos, como também a apresentá-los no Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1888 na cidade de Berlim.

¹⁹² José Rodrigues Peixoto. Novos Estudos Craniométricos sobre os Botocudos. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, 1885, v. 6, p. 206.

¹⁹³ Castro Faria, 1999, p. 198.

Após percorrermos as publicações dos *Arquivos* nos anos 70 e 80 do século XIX, percebemos que dos sete volumes publicados, quatro deles apresentam, em quantidade expressiva, significativos estudos sobre o homem, sua produção material, sua anatomia, seus costumes e, por conseguinte, sua capacidade intelectual e seu grau de evolução. No primeiro e no segundo volumes tais estudos ocupam cerca de metade de cada um deles. No terceiro volume, eles estiveram ausentes e no quarto correspondem a cerca de um quinto da publicação. Os três volumes seguintes consistem em publicações com temática única, sendo talvez essa uma nova marca do projeto editorial da revista: o quinto, sexto e sétimo volumes foram, assim como já afirmamos, consagrados ao trabalho do Frei Veloso, à Exposição Antropológica e ao trabalho de Charles Frederic Hartt, respectivamente.

Percebemos também que as ciências antropológicas do Museu Nacional não apresentavam uma unidade em suas concepções a respeito da evolução humana. Ao contrário, estas concepções variavam, conforme as aproximações teóricas e metodológicas de seus autores. Por exemplo, enquanto que para Ladislau Netto e Domingos Soares Ferreira Penna o conhecimento da língua indígena era importante para explicar a origem da ocupação americana, para João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto, este conhecimento não apresentava a positividade científica presente nos estudos antropométricos.

Outro ponto de divergência era referente à origem dos povos americanos: se autóctones ou se descendentes de povos de outros continentes. O desejo de encontrar o elo perdido entre os primitivos habitantes do Brasil e as ditas grandes civilizações (grega, egípcia, inca, etc.) permeou muitos trabalhos, interessados em comprovar a glorificação do passado longínquo do Brasil. É importante lembrar que a ocupação do continente americano se tratava de uma discussão de interesse internacional.

“O que estava em jogo, evidentemente, era a caracterização do Brasil enquanto país civilizado ou, pelo menos, como um país capaz de superar o atraso e as contradições para alcançar um lugar ao lado das luminosas civilizações do hemisfério norte. Intrinsecamente amarrada aos problemas do índio e da escravidão, a perspectiva de se atingir tal estado dependia, em última instância, da incorporação ou da eliminação (e substituição, no caso dos escravos) destes elementos.”¹⁹⁴

¹⁹⁴ Monteiro, 1996, p. 18.

Nesse sentido, o Estado, através da instituição e de seus agentes, cumpria o seu papel de “identificador” ao dispor de recursos materiais e simbólicos capazes de impor categorias e sistemas classificatórios. Segundo Rogers Brubaker, o Estado não cria identidades, pois estas são relacionais: a auto-identificação ou a identificação por outro decorre das interações sociais, numa relação dialética. Contudo, quando se trata de instituições detentoras de autoridade e poder, o que ocorre é uma imposição de categorias e de classificações que visam identificar, controlar e hierarquizar grupos sociais.¹⁹⁵ No caso do Museu Nacional, suas classificações, alimentadas pelo discurso científico das teorias raciais, onde os instrumentos científicos e o estudo descritivo e comparativo das coleções lhe serviam de base, corroboraram a crença na inferioridade indígena, alimentaram as discussões a respeito das possibilidades e dos modos de civilizar os primitivos e, assim, puderam justificar a ação do Estado face às populações nativas.¹⁹⁶

Quanto à credibilidade dos trabalhos então publicados na revista, para seus autores “era comum tomarem como referência estudos anteriores desenvolvidos por renomados cientistas, (...) considerando procedimentos ordenados de observação, análise e comparação, hipótese, experimentação e conclusão.”¹⁹⁷ As práticas científicas adotadas no Museu Nacional eram reconhecidamente válidas no exterior, tendo servido de base para estudos publicados na França, como veremos no terceiro e último capítulo deste trabalho.

Outro ponto interessante diz respeito à origem dos homens de ciência que publicaram na revista e que, por conseguinte, caracterizam de certa forma os quadros do Museu. No período de 1876 a 1887, temos o total dezesseis autores com artigos publicados nos *Arquivos*. Destes, sete são estrangeiros e nove brasileiros. Dos estrangeiros, temos quatro norte-americanos (Hartt, Derby, Rathbun, e White), um francês (Gorceix) e dois alemães (Wiener e Muller). Curiosamente, na revista alguns nomes aparecem aportuguesados: Carlos, Henrique e Frederico. Apenas Hartt e Derby ocuparam cargo de diretor de seção. Fritz Muller era naturalista viajante, Wiener e Gorceix, membros correspondentes. Não sabemos se Richard Rathbun e Charles White tiveram algum vínculo institucional com o Museu (Anexo III).

¹⁹⁵ Junqua, 2001.

¹⁹⁶ Sobre a relação entre o Estado, o Museu Nacional e as populações nativas ver Souza Lima, 1989.

¹⁹⁷ Sily, 2012, p. 193.

Dentre os nove autores brasileiros, quatro ocuparam cargos na direção de seção (Netto, Lacerda, Pizarro e Moreira), um era naturalista viajante (Ferreira Penna) e os outros três não tiveram qualquer vínculo institucional (Frei Veloso e dois alunos da Escola de Minas de Ouro Preto, que Henri Gorceix dirigia). Resta ainda José Rodrigues Peixoto, que trabalhava com Lacerda, mas não sabemos qual era a sua função no Museu. Destes todos, sabemos apenas que Lacerda era do norte-fluminense, Ladislau, de Alagoas, e Domingos Soares Ferreira Penna, mineiro. Não conseguimos informações sobre a proveniência dos demais (Anexo III).

Embora haja certo equilíbrio entre autores brasileiros e estrangeiros com publicações na revista, o mesmo equilíbrio não se verifica no quadro diretivo do Museu. No mesmo período, tivemos o total de onze diretores e subdiretores. Destes, apenas três eram estrangeiros: Hartt e Derby, que foram diretores da 3ª Seção, e Emílio Goeldi¹⁹⁸, subdiretor contratado da 1ª Seção (Antropologia, Zoologia, Anatomia e Paleontologia Animal) em 1887. Dos onze, Carlos Luiz Salles Junior, Francisco José de Freitas, Collatino Marques de Souza, Amaro Ferreira das Neves Armond e Emílio Goeldi não publicaram nos *Arquivos* no período. Isso se deve a alguns fatores: Salles Junior teve uma morte prematura, quando iniciava sua carreira no Museu; Collatino do mesmo modo teve uma rápida passagem pelo Museu, tendo sido contratado e não aprovado no concurso, como vimos anteriormente; Goeldi e Armond ingressaram no Museu em 1885 e 1887, respectivamente, e publicaram artigos nos volumes subsequentes, quando o Museu já era uma instituição republicana.

Diante do exposto, discordamos das proposições que, baseadas em números percentuais, afirmam ter o Museu Nacional dado prioridade naquele período à publicação nos *Arquivos* dos estudos relativos às ciências naturais em detrimento das ciências antropológicas.¹⁹⁹ Tais números, muitas vezes gerados a partir de uma larga delimitação cronológica, camuflam, distorcem ou generalizam as ações e intenções dos agentes, que só se tornam perceptíveis quando postos em microanálises. Acreditamos, ao contrário, que a busca do entendimento da origem e evolução humana era pauta constante de trabalho dos dirigentes daquela instituição. As questões que permeavam

¹⁹⁸ Naturalista alemão, Emilio Goeldi chegou ao Brasil em 1880. Em 1885 foi contratado pelo Museu Nacional (Pasta 24 Doc. 21 e 211. 1885. MN.DR.AO.) Em 1893, assumiu a direção do Museu Paraense, que hoje leva o seu nome.

¹⁹⁹ Lilia Schwarcz afirmou que nos *Arquivos do Museu Nacional*, entre 1876 e 1930, houve o predomínio absoluto de trabalhos da zoologia, botânica e geologia e que os artigos de antropologia e arqueologia referiam-se a debates circunscritos e à análise de vestígios da cultura material pouco significativos. Schwarcz, 1993, p. 71-72.

esta pauta de trabalho estavam em consonância com os debates travados entre estudiosos de todo o mundo, interessados em explicar os processos evolutivos da espécie humana e motivados pela querela entre monogenistas e poligenistas, além de interessarem também às autoridades do governo imperial preocupadas com a imigração e com a mão-de-obra. Publicar os resultados do trabalho realizado no Brasil significava prestar contas à comunidade científica do que era ali realizado, projetar o Museu Nacional e seus atores sociais e, assim, mostrar aos leitores os avanços científicos promovidos no Império do Brasil.

CAPÍTULO III

Do Museu para o Mundo: a circulação e a recepção da revista *Arquivos do Museu Nacional*

Neste capítulo, trataremos da circulação dos *Arquivos do Museu Nacional*, a qual ultrapassou as fronteiras nacionais e teve relação direta com a conformação do acervo da Biblioteca do Museu Nacional, graças à prática da permuta. Com base nas correspondências enviadas ao Museu, nas quais eram solicitados exemplares do periódico e onde acusavam o recebimento dos mesmos, foi possível mapear o circuito da revista, identificar universidades, sociedades, academias, associações e bibliotecas que foram receptoras daquela publicação e, assim, delinear uma geografia das redes estabelecidas pelo Museu com os espaços de saber situados no Brasil e no exterior.

Também interessados em conhecer o retorno da permuta, entendida como um sistema de trocas equilibradas, consultamos a relação de obras recebidas pelo Museu, constante na parte final de cada volume dos *Arquivos*. Ali, constatamos uma quantidade expressiva de títulos enviados ao Museu oriundos de diversas partes do globo e, assim, verificamos o diálogo estabelecido com importantes espaços de ciência.

Buscaremos igualmente neste capítulo investigar a recepção dos *Arquivos* na França, cujas instituições e sociedades foram fundamentais nas discussões e debates a respeito da antropologia, disciplina na época em processo de formação. Analisaremos três periódicos: a *Revue d'Anthropologie*, os *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris* e a *Revue d'Ethnographie*. Por meio de citações, notas e resenhas de trabalhos publicados nestes impressos encontramos evidências da leitura dos textos veiculados nos *Arquivos do Museu Nacional*. Estas informações nos permitem questionar a posição periférica e passiva atribuída ao Brasil por alguns historiadores. O que percebemos, ao contrário, é o diálogo bilateral estabelecido entre Brasil e França. Reconhecemos que, além das atribuições conferidas pelo Estado, interesses pessoais e profissionais igualmente motivavam aqueles homens de ciência.

3.1 A Circulação Nacional e Internacional dos *Arquivos do Museu Nacional*²⁰⁰

No Museu Nacional o intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras era uma prática comum, fundamental para o desenvolvimento dos estudos das ciências naturais no Brasil. De início, tal intercâmbio era promovido apenas pela permuta de objetos. Posteriormente, a troca também passou a ser realizada por meio dos impressos.

Por centralizar os estudos das ciências naturais no Brasil, desde sua criação, em 1818, o Museu recebia objetos oriundos dos gabinetes provinciais, a partir dos quais as coleções eram formadas. Estas favoreceram o intercâmbio do Museu com instituições científicas estrangeiras, já que os objetos colecionados eram passíveis de permuta. Isso permitiu a constituição de uma rede de sociabilidades entre instituições – embora restrita, já que a transferência de objetos tem suas limitações.

Nos anos 70 do século XIX, a interlocução entre tais instituições passou a ser configurada também pela troca de publicações. Com a criação dos *Arquivos do Museu Nacional*, o museu brasileiro não só consolidou as relações já estabelecidas anteriormente, como as ampliou. A permuta dos *Arquivos* contribuiu para a expansão desta rede de sociabilidade e para a difusão da produção científica do Brasil no exterior.

O número de exemplares produzidos evidencia a amplitude desta circulação. Já no primeiro ano de criação da revista foi feita uma tiragem de três mil exemplares²⁰¹ e de dois mil em 1879²⁰², o que é expressivo para a época. Além disso, ao fim de cada volume é possível encontrar a relação das obras recebidas na permuta, organizada a partir das cidades nas quais estavam localizadas as respectivas instituições, nacionais e estrangeiras, com as quais se estabelecia a troca. São centenas de trabalhos de instituições situadas em todo o mundo. A circulação da revista *Arquivos* ultrapassou, portanto, as fronteiras nacionais, tendo sido enviada para África, América, Ásia, Europa, predominantemente, no período estudado.

O estabelecimento da permuta entre as instituições deveria ocorrer de comum acordo entre as partes. Era praxe a instituição enviar, junto com sua respectiva

²⁰⁰ Como resultado inicial da pesquisa, uma versão deste texto foi publicada na revista *Acervo* do Arquivo Nacional. Ver Michele de Barcelos Agostinho. A Revista Arquivos e a Biblioteca do Museu Nacional: espaços de circulação e conservação das ciências naturais no Brasil Imperial. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 26 mai. 2013.

²⁰¹ Ata do Conselho Diretor do Museu Nacional de 8/07/1876. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 15. Doc. 80.

²⁰² Ofício do diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 18. Doc. 68.

publicação, uma correspondência propondo a permuta à congênere, que, por sua vez, deveria responder aceitando ou não a proposta. Em geral, as respostas eram afirmativas, uma vez que interessava a todas elas a diversificação e multiplicação do acervo de suas respectivas bibliotecas, local de destino das obras permutadas. A partir daí, as trocas entre as instituições passavam a ser constantes: uma remetia sua publicação à outra que, por sua vez, enviava-lhe uma carta, em resposta, acusando o recebimento, agradecendo a remessa e encaminhando-lhe sua respectiva publicação - caso esta estivesse em vias de publicação, era firmado na carta o compromisso de enviá-la em breve.

Na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional é possível encontrar centenas destas cartas remetidas ao Museu Nacional, nas quais se propõe a permuta, solicita-se exemplares da revista e onde se agradece o envio da mesma. Fizemos o levantamento destas cartas remetidas ao Museu no período de 1876 a 1888²⁰³. O objetivo era identificar as instituições remetentes, mensurar o potencial de leitores e desenhar a geografia de circulação da revista. O resultado foi surpreendente: 230 correspondências enviadas por 197 espaços de ciência situados em todo o mundo.

Consideramos espaços de ciência as bibliotecas, academias, universidades, sociedades, museus, associações, institutos, jardins botânicos e observatórios. Além destes, havia ainda as secretarias de governo, tanto brasileiras quanto estrangeiras, que recebiam os exemplares e redistribuíam-nos, conforme indicavam em suas missivas. As cartas eram redigidas nas línguas nacionais, mas é possível encontrar também aquelas redigidas em francês, mesmo quando esta não era a língua materna da instituição remetente. Em seu teor, encontramos a informação dos fascículos recebidos, a solicitação daqueles que faltavam para completar a coleção, quando fosse o caso, e o agradecimento pelo envio do periódico. Nestes agradecimentos, apresentavam-se sentimentos de estima e de consideração e destacava-se a importância daquela publicação.

A fim de melhor operar com estas informações, construímos o Anexo IV, onde organizamos os remetentes por país de proveniência. Não consideramos remetentes aqueles cujas cartas informam apenas a redistribuição da revista, como é o caso dos consulados, por exemplo. Ao contrário, consideramos remetentes apenas aqueles que

²⁰³ Embora o recorte temporal deste trabalho se encerre em 1887, estendemos o levantamento até 1888 porque neste ano o Museu recebeu correspondências relativas à publicação dos *Arquivos* do ano anterior. É possível que novas correspondências tenham sido remetidas nos anos subsequentes, mas tal levantamento fugiria do escopo deste trabalho.

acusaram o recebimento da revista, pois é a certeza que temos de que o periódico chegou a seu destino. Eles totalizaram cento e noventa e sete, cujas correspondências somam duzentos e trinta, excluídas aquelas que tratam somente da redistribuição.

Em seguida, contabilizamos os remetentes agrupados por país de proveniência, o que nos demonstrou, além do circuito da revista, os locais com maior concentração de receptores. Vejamos:

Países receptores	Número de remetentes
EUA	56
Brasil	33
Alemanha	25
Bélgica	12
França	12
Países Baixos	10
Grã-Bretanha	8
Argentina	6
Itália	6
Canadá	5
Áustria-Hungria	3
Rússia	3
Dinamarca, Espanha, México, Portugal e Suíça	2
Argélia, Chile, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Polônia e Uruguai	1
TOTAL	197

Tabela 1

Agrupamos igualmente as correspondências pelo continente de proveniência dos remetentes e obtivemos o seguinte quadro:

Continentes	Número de países receptores	Número de remetentes
África	2	2
América	8	105
Ásia	1	1
Europa	14	89
Total	25	197

Tabela 2

Ao observarmos a tabela 2, notamos que o número de países receptores da revista era maior na Europa, embora o número de remetentes receptores seja superior na

América. Já a tabela 1 nos apresenta os Estados Unidos como o país com a maior concentração de receptores dos *Arquivos*. São cinquenta e seis remetentes que se comunicaram com o Museu Nacional a respeito de sua respectiva publicação. Associações, academias, bibliotecas, institutos, museus, sociedades e universidades como as de Connecticut, Chicago, Nova York, Harvard, Yale, Washington, Califórnia e muitas outras cidades acusaram recebimento dos *Arquivos*.

Cabe destacar, nesse sentido, o papel do Instituto Smithsonian que, além de receber a revista, redistribuía-lhe para outras instituições, conforme informam algumas de suas cartas. Aliás, esse era um dos objetivos para o qual fora criado: aumentar e difundir o conhecimento. Abrangendo um complexo de museus e institutos de pesquisa, no século XIX o Instituto passou a exportar e a importar publicações através do programa *International Exchange Service* (IES), segundo Henson.²⁰⁴ É possível que a relação estabelecida entre o Museu Nacional e o Instituto Smithsonian tenha sido intermediada por Orville Derby que, segundo Lopes, mantinha contato frequente com o Instituto.²⁰⁵

Em segundo temos o Brasil com o número de trinta e três receptores do norte, nordeste, sudeste e sul, dentre os quais temos bibliotecas, clubes, gabinetes de leitura, sociedades, além das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II. Constam ainda nesta relação os palácios de governo das províncias do Império, responsáveis pelo recebimento dos *Arquivos* e por sua redistribuição nos espaços de saber sob sua jurisdição.

Depois temos a Alemanha, com vinte e cinco receptores situados não só em Berlim como também em diversas outras cidades, seguida da Bélgica e da França, com doze receptores, cada. Em todos os casos, a relação entre o Museu e outros espaços de saber estabelecida a partir da remessa da revista, foi iniciada em 1877 e ampliada na década de 1880, conforme evidencia a data das correspondências.

Os dados indicam que a circulação dos *Arquivos* foi ampla na Europa, mas ainda foi maior na América do Norte, o que contraria o suposto isolamento e fechamento institucional do Museu Nacional do Rio de Janeiro no Império. O que vemos, ao contrário, é a ampla rede de relações institucionais estabelecida pelo Museu que se configurou a partir da circulação de seus impressos.

²⁰⁴ Henson, 2013, n. 1.

²⁰⁵ Lopes, 2009, p. 172.

A importância das cartas na consolidação das redes de sociabilidade foi destacada por Giselle Martins Venancio ao afirmar que “estes documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares”²⁰⁶. A troca de cartas e de livros – analisada em seu estudo sobre as cartas de agradecimento enviadas à Oliveira Vianna por pessoas que receberam do autor seus livros de presente – estabelece relações mútuas de reciprocidade, já que a escrita de correspondências só existe em função do outro, para quem se fala e de quem se espera uma resposta; porta certa intencionalidade, no caso a autopropaganda e a formação de uma comunidade de leitores, e cria espaços de difusão de ideias, onde o receptor se torna um agente autorizado de legitimação da obra. Para Angela de Castro Gomes, a correspondência

“implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. (...) É um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas.”²⁰⁷

Nesse sentido, a permuta dos *Arquivos*, enquanto espaço de troca de publicações e de correspondências, consolidou uma rede de sociabilidades entre instituições, importante para estruturação da biblioteca e difusão dos saberes. No caso do Museu Nacional, principalmente, ser aceito nesta rede de troca significou sua inserção na comunidade científica internacional; ser solicitado para a troca representava reconhecimento. A troca pressupunha, portanto, a estruturação de uma comunidade de leitores e, sobretudo, a validação da produção científica do Museu.

A circulação de impressos está, igualmente, relacionada à circulação de homens. Estes transitam em espaços onde se encontram seus interlocutores: “A mobilidade dos homens é, de fato, um dado quase constitutivo da história da produção editorial”²⁰⁸. Os agentes do mundo do livro, tais como livreiros, autores, editores, tipógrafos e leitores, se deslocam por razões múltiplas: estratégia comercial, laços de parentesco, formação acadêmica e interesses profissionais, por exemplo. Com isso, vão se delineando os circuitos de difusão das publicações.

²⁰⁶ Venâncio, 2001, p. 32.

²⁰⁷ Gomes, 2004, p. 19-21.

²⁰⁸ Juratic, 2011, p. 85.

Sabemos que os membros da comissão de redação da *Revista Arquivos do Museu Nacional*, bem como os autores que ali tiveram artigos publicados, eram filiados a sociedades científicas nacionais e do exterior, assim como também frequentavam eventos científicos internacionais e mantinham relações com instituições estrangeiras (Anexo III). Certamente, estas relações dinamizaram a difusão da referida revista entre os pares, ou seja, a circulação dos *Arquivos* para além das fronteiras nacionais é decorrente da atuação direta dos cientistas neste processo.

Por tudo isso, entendemos que a inserção dos *Arquivos* numa rede de circulação internacional aponta algumas intencionalidades. A primeira delas consistia na afirmação de uma ciência nacional a partir da constituição de uma identidade no cenário internacional. Era preciso estabelecer as semelhanças fundamentando-se nas diferenças. Para tal, a natureza brasileira ocupou um lugar de destaque como elemento simbólico da especificidade nacional. “A identidade e aquilo que a marca se definem pelo resíduo das diferenças. Um animal ou uma planta (...) é aquilo que os outros não são; só existe em si mesmo no limite daquilo que dele se distingue”²⁰⁹. Daí a relevância das ciências naturais, cujas investigações constroem o elo entre natureza e nação, e de suas classificações, as quais descrevem, nomeiam, comparam, identificam e diferenciam.

Deste modo, a difusão dos estudos das ciências naturais era relevante não só por questões científicas, mas também por questões político-culturais. O Museu Nacional,

“tanto se constituiu na busca de representações da nação, naquilo que ela têm de universal, de válido para todo o homem civilizado, onde nacional significa civilização, valores universais a serem comumente partilhados; como no que significa o singular e o específico nos traços que individualizam a construção de cada nação e a diferenciam das demais.”²¹⁰

A circulação internacional da revista indica outra intencionalidade, que diz respeito à legitimação das práticas científicas desenvolvidas no Museu e ao esforço inicial para sua institucionalização, a qual requer profissionalização, autoregumentação e legitimação. Embora tal institucionalização tenha se conformado em sua plenitude no século XX, sua construção é fruto de um processo histórico que, a nosso ver, foi iniciado nos anos setenta do século XIX. As novas normas de

²⁰⁹ Foucault, 1995, p. 159.

²¹⁰ Lopes, 2001a, p. 94.

funcionamento do Museu, que entraram em vigor através do Regulamento de 1976, ampliaram o espaço de possíveis de seus agentes e a criação da revista consolidou a constituição deste espaço ao permitir a validação dos saberes ali produzidos.

E, finalmente, a última intencionalidade que queremos destacar: a atualização do acervo da biblioteca. Como já foi dito no início deste trabalho, a prática da permuta contribuiu para a diversificação e multiplicação deste acervo, tendo em vista que

“a publicação dos *Arquivos do Museu Nacional* em 1876, e sua distribuição pelas sociedades e instituições científicas existentes, possibilitou a maior ampliação das coleções, abrangendo outras especialidades inerentes a todos os ramos das ciências naturais (...)”²¹¹

A quantidade expressiva de títulos recebidos pela Biblioteca do Museu Nacional em decorrência da permuta dos *Arquivos* ressalta a importância desta prática na constituição do acervo daquele espaço de leitura destinado aos interessados nas ciências naturais. Por isso, trataremos deste assunto mais detalhadamente no próximo tópico deste trabalho a fim de melhor explorar a relação entre a biblioteca do Museu e a circulação da revista.

3.1.1 Os *Arquivos*, a Biblioteca e a formação de acervo

A Biblioteca do Museu Nacional foi criada oficialmente em 1863 pelo então ministro dos Negócios do Império, Manoel de Araújo Lima, o Marquês de Olinda. Entretanto, a constituição do seu acervo foi iniciada muito antes desta data. De acordo com Dulce Cunha, em 1844, o Museu Nacional tinha 446 volumes, sendo eles 77 de História Natural, 90 de Zoologia, 34 de Botânica, 3 de Química, 6 de Física, 9 de Arquitetura, além de 227 fascículos do Reino Animal de Cuvier, do *Magazin de Zoologie e da Flora Fluminense*.²¹²

A formação deste acervo decorreu dos seguintes fatores: parte resultou de doação – em 1838 para lá foram direcionados os livros que pertenceram a José Bonifácio; parte foi adquirida por meio de compra – desde 1839 passou a ser destinado ao Museu uma verba no valor de 800\$000 para a aquisição de livros, o que certamente

²¹¹ Cunha, 1966, p. 64.

²¹² Cunha, 1966, p. 28.

contribuiu para a construção do acervo, haja visto que no relatório de 1831, o diretor do Museu, Alves Serrão²¹³, reclama da escassez de livros e de periódicos, o que estaria interferindo na prática científica de classificar, pois “no Museu não há biblioteca, e sem uma biblioteca própria, sem possuir as observações que todos os dias se fazem sobre numerosos objetos é impossível descer a denominá-los de maneira que não nos faça vergonha”.²¹⁴

Entretanto, considerável foi o aumento do número de obras de 446 em 1844 para 1.267 em 1863, ano de instituição da Biblioteca. Tratava-se agora de 318 volumes de Zoologia, 205 de Botânica, 51 de Geologia, 82 de Física, 45 de Mineralogia e Metalurgia, 88 de Química, 95 de Numismática e 383 de Obras Gerais, as quais incluíam assuntos diversos – memórias, viagens, periódicos e dicionários.²¹⁵

Total de obras da Biblioteca do Museu Nacional	
Ano de 1844: 446 obras	Ano de 1863: 1.267 obras
77 de história natural	51 de geologia
90 de zoologia	318 de zoologia
34 de botânica	205 de botânica
3 de química	88 de química
6 de física	82 de física
9 de arquitetura	45 de mineralogia e metalurgia
227 fascículos do reino animal de Cuvier, do Magasin de Zoologie e da Flora Fluminense	95 de numismática
	383 de obras gerais (memórias, viagens, periódicos e dicionários)

Vejamos as razões que possibilitaram o crescimento do acervo. Sob a administração de Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1847-1866), foram remetidas para o Museu obras de ciências naturais que existiam em duplicatas na Biblioteca Nacional – medida que já tinha sido proposta em 1831 pelo ministro da época, mas não fora executada. Também sob esta gestão, objetos de coleções zoológicas e mineralógicas que existiam em duplicatas no Museu passaram a ser trocados por publicações de instituições estrangeiras. Além disso, diversas doações foram realizadas,

²¹³ Frei Custódio Alves Serrão foi diretor do Museu Nacional no período de 1828 a 1847.

²¹⁴ Cunha, 1966, p. 26.

²¹⁵ Cunha, 1966, p. 31.

tais como as de Araújo Porto Alegre e do próprio Alves Serrão, este último doou mais de 300 obras de sua biblioteca.²¹⁶

Ainda mais expressiva foi a transferência da biblioteca da Comissão Científica de Exploração do Ceará²¹⁷ para o acervo do Museu Nacional em 1863: a estimativa de 2.000 volumes transferidos para a biblioteca do Museu teriam elevado para mais de 3.000 o número total do seu acervo. Ademais, as condições materiais dos livros doados chamaram a atenção do diretor do Museu: “exceto os volumes que ainda estão por encadernar, o resto está perfeitamente encadernado, e muitas dessas obras são de luxo.”²¹⁸

Na verdade, a biblioteca da Comissão do Ceará já estava alojada no Museu desde 1858. A sua incorporação ao acervo da biblioteca do Museu em 1863 foi proposta por Manoel Ferreira Lagos – secretário do IHGB, integrante da Comissão do Ceará e adjunto da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional – e aprovada pelo ministro do Império, o Marquês de Olinda. Este episódio foi fundamental para a instituição, não só pelo número significativo de obras doadas, mas igualmente porque dele se derivou a criação institucional da biblioteca.

“Annuindo à ideia apresentada por V. S. pelo Presidente da Comissão Científica (...) de se reunirem aos livros que possui a Biblioteca do Museu Nacional os que têm sido comprados para uso daquela Comissão, formando-se assim uma biblioteca especial das ciências naturais, declaro a V. S. que, feito o catálogo dos livros da dita Comissão pelo Doutor Manoel Ferreira Lagos, que deste trabalho está encarregado por oferecimento espontâneo que para isso fez, devem eles ser reunidos aos desse Museu debaixo da mesma direção.”²¹⁹

Integrados os acervos e fundada a biblioteca “especial das ciências naturais”, foi criada juntamente a função de bibliotecário, para a qual Manoel Ferreira Lagos foi nomeado. Antes disso, as atribuições de bibliotecário eram desempenhadas pelo porteiro e guarda do Museu. No regimento de 1842, a função passou a ser executada

²¹⁶ Cunha, 1966, p. 29.

²¹⁷ A Comissão do Ceará foi criada em 1856 e empreendida pelo IHGB e pelo Museu Nacional. Seu objetivo era estudar e coletar informações sobre as províncias do interior do Brasil. Lopes, 1996.

²¹⁸ Cunha, 1966, p. 31.

²¹⁹ Cunha, 1966, p. 30.

pelo secretário. “A função de bibliotecário seria somente criada em 1863, quando do ato de criação oficial da Biblioteca do Museu.”²²⁰

É importante ressaltar que a fundação da biblioteca não significou que seus livros estivessem acessíveis ao público. Embora os diretores do Museu reconhecessem a necessidade de permitir a consulta pública ao livro, a biblioteca era reservada aos funcionários do Museu. Dois imperativos tornavam o acesso restrito: a falta de espaço para o leitor e a ausência de catalogação completa das obras.

Nos relatórios anuais dos diretores do Museu isso fica evidente. Em 1864 Burlamaqui dizia “a nova sala por mim solicitada no mesmo ofício não é menor necessária e urgente, porque da sua construção depende a abertura da nova Biblioteca” e no ano seguinte, afirmava que “a abertura de uma nova Biblioteca ao público depende do catálogo que o respectivo bibliotecário continua a fazer e da construção de uma nova sala para a secretaria do Museu”.²²¹ Apesar de o catálogo ter sido concluído, no relatório de Freire Alemão, sucessor de Burlamaqui na direção do Museu Nacional, ele afirmava que

“esta Biblioteca que encerra já preciosos volumes e muitos que se não acham em outras desta cidade está reclamando a ser aberta ao público e homens de ciência que tem necessidade de a consultar; mas estando colocada nas salas que servem de secretaria do Museu, não pode lhe ser dado esse destino sem que a secretaria d’ali se remova”.²²²

Era preciso, portanto, criar um espaço destinado unicamente ao leitor. Tal solicitação permaneceu presente nos relatórios da direção nos anos seguintes, sendo a biblioteca franqueada ao público, ao que parece, a partir de 1879, quando da criação do Regimento Interno do Museu. Ainda assim, o público da Biblioteca não era amplo. Ele permanecia restrito, pois de acordo com o Regimento

“Art. 87 A Biblioteca destinada especialmente ao uso do pessoal do museu, será também franqueada às pessoas compreendidas nas exceções de que trata o art. 29 e às que obtiverem permissão especial do diretor geral.”²²³

²²⁰ Cunha, 1966, p. 27.

²²¹ Cunha, 1966, p. 34.

²²² Cunha, 1966, p. 35.

²²³ Regimento Interno do Museu Nacional. Pasta 18. Doc. 9A. 1879. MN.DR.AO.

O Artigo 29 estabelecia que “Nenhum empregado do museu poderá receber visitas de quem quer que seja nos laboratórios e gabinetes de trabalho sem permissão do diretor geral.” Assim, a leitura autorizada na Biblioteca do Museu dependia de critérios não explícitos no Regimento, tampouco no Regulamento de 1876, mas convenientes ao diretor geral, na época Ladislau Netto, que centralizava a permissão para ler. Por outro lado, o estabelecimento desta norma nos leva a crer que, antes dela, o acesso à biblioteca poderia não ser tão controlado como desejava o diretor, o que teria levado à necessidade da instauração da própria norma.

A essa época, o acervo da Biblioteca tinha se ampliado. A ele foram adicionadas as bibliotecas de Manoel Ferreira Lagos e do Freire Allemão em 1871 e 1874, respectivamente. Pouco tempo depois, a biblioteca de Charles Frederic Hartt também foi acrescida ao acervo. Segundo Cunha, a criação do Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional, em 1876, também contribuiu para a atualização do acervo da Biblioteca, uma vez que “incorporou-se à Biblioteca a coleção de livros que para o mesmo vinha sendo adquirida”.²²⁴

Entretanto, foi a criação e circulação da revista *Arquivos do Museu Nacional* que possibilitou o aumento em larga escala do acervo: “a publicação dos *Arquivos* representou a fonte inesgotável do recebimento de trabalhos técnicos especializados nacionais e estrangeiros, com aumento considerável das permutas que se vinham realizando até então em pequena escala”.²²⁵

Formas de aquisição de obras pelo Museu Nacional		
A partir de 1838	1863	A partir de 1876
Doação Compra Permuta de objetos	Incorporação do acervo da biblioteca da Comissão Científica do Ceará (criação da Biblioteca do Museu Nacional)	Permuta da revista <i>Arquivos do Museu Nacional</i>

Nos relatórios encaminhados ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – pasta a qual o Museu foi vinculado a partir de 1868 – há referências

²²⁴ Cunha, 1966, p. 39.

²²⁵ Cunha, 1966, p. 38.

constantes do diretor geral do Museu às contribuições da revista. Por exemplo, no relatório de 1877, referente ao ano de 1876, Ladislau dizia que os *Arquivos* davam ao Museu “seguro provento estes anais de seus aturados labores o incalculável acréscimo de sua biblioteca, por meio dessa antiga praxe de recíprocos favores, tanto agora em uso nos Museus e nas Academias.”²²⁶ Dez anos após a criação da revista, Netto afirmava no relatório de 1886, referente ao ano de 1885, que

“Perto de 800 exemplares são remetidos para o exterior e ainda assim alguns pedidos não tem sido atendidos por não poder ser o *Arquivo do Museu* enviado senão às Associações que possam oferecer em permuta publicações próprias. E para testemunho dos créditos de que há alguns anos vai gozando a revista do Museu brasileiro, bastar-me-á dizer que, despendendo o Governo unicamente cinco contos de réis anuais com esta publicação, sobe a mais do duplo o valor das publicações que em permuta recebe a nossa biblioteca anualmente, contando-se entre estas publicações revistas das mais sábias Associações européias.”²²⁷

A circulação da revista não visava apenas a difusão dos trabalhos desenvolvidos pela instituição. Era preciso difundir apenas onde fosse possível obter reciprocamente impressos de ciência. Os *Arquivos* tornaram-se, deste modo, uma fonte rentável de aquisição de impressos estrangeiros, o que conseqüentemente serviu de fomento ao crescimento do acervo da biblioteca. Ainda no mesmo relatório, Netto prevê novas necessidades para a biblioteca em função do aumento do acervo:

“A biblioteca do Museu, cuja riqueza está vinculada às permutas dos *Arquivos* com as publicações estrangeiras, vai tomando tamanho incremento de tempos a esta parte que, havendo-lhe eu nestes últimos meses duplicado o espaço e os respectivos armários, prevejo ainda assim que em menos de dois anos não me será mais possível conservar nos dois únicos salões destinados à mesma biblioteca a livraria que nela deve então existir.”²²⁸

Considerando que a biblioteca é “um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de

²²⁶ Relatório Anual do Museu Nacional, 1877, p. 4.

²²⁷ Relatório Anual do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1885, p. A-O-4.

²²⁸ Idem, p. A-O-5.

interpretação”²²⁹, percebemos que a biblioteca que se quis conformar no Museu Nacional deveria ser especializada, direcionada ao leitor também especializado. A biblioteca deveria ser útil, atender as demandas surgidas pelas práticas científicas desenvolvidas no Museu, que era, afinal, a principal instituição de pesquisa em ciências naturais no Brasil.

Apesar de especializada – seja pela incorporação de bibliotecas específicas a seu acervo, seja pela restrição ao público leitor –, a direção do Museu também desejava uma biblioteca universal: um lugar de conservação dos saberes produzidos em diversas partes do mundo e em diversas línguas. A permuta dos *Arquivos* por publicações de instituições situadas em vários continentes evidencia bem este aspecto. Deste modo, a biblioteca seria o espaço de conhecimento, já que ali o mundo se faz presente através da linguagem, tornando os fenômenos disponíveis para o pesquisador. Afinal, “o domínio erudito não se exerce diretamente sobre os fenômenos – galáxias, vírus, economia, paisagens – mas sim sobre as inscrições que lhes servem de veículo (...)”²³⁰

Entendemos, portanto, que a Biblioteca do Museu Nacional tem na doação de bibliotecas particulares e na verba destinada à compra de livros os recursos primeiros de composição de seu acervo. Posteriormente, a produção e a circulação dos *Arquivos* incrementaram tal composição, diversificando-a e multiplicando-a de modo mais dinâmico e acelerado. A quantidade elevada de livros em seu acervo era critério para torná-la referência nacional, pois, segundo Netto, “acham-se representadas em nossa biblioteca quase todas as obras consideradas clássicas nas ciências naturais. É, pois, ela indubitavelmente a mais rica do Brasil (...)”²³¹ Assim sendo, analisaremos a seguir o recebimento das obras: sua proveniência, os caminhos da permuta e seus significados no universo de circulação dos impressos.

3.1.2 A Permuta dos *Arquivos* e a Rede de Circulação de Impressos

Consultamos a relação de permuta existente ao fim de cada volume dos *Arquivos* e elaboramos uma tabela quantitativa de títulos recebidos no período de 1877 a 1887 que foram agrupados por cidade onde foram impressas (Anexo V). Com isso, foi

²²⁹ Jacob, 2008, p. 10.

²³⁰ Latour, 2008, p. 32.

²³¹ Relatório do Museu Nacional, 1874, p. 8.

Por ordem alfabética	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883 a 1886
Alemanha	10	8	9	17	17	11	61
Argentina	16	9	15	3	8	7	20
Austria-Hungria	3	1	1	4	4	2	26
Bélgica	3	9	1	10	13	10	33
Brasil	39	36	29	34	38	37	97
EUA	18	16	19	23	16	11	42
França	14	18	29	13	13	19	48
Grã-Bretanha	5	14	7	6	7	7	22
Itália	10	8	6	10	15	10	30
Países Baixos	2	5	3	42	7	13	14
Portugal	***	3	2	7	28	9	16

Tabela 3

Destes países, temos o seguinte número de cidades com títulos enviados ao Museu:

Por ordem alfabética	Número de cidades
Alemanha	40
Argentina	2
Áustria-Hungria	7
Bélgica	5
Brasil	27
EUA	22
França	26
Grã-Bretanha	10
Itália	18
Países Baixos	10
Portugal	3

Tabela 4

Deste total de cidades, apresentamos aquelas com o maior número de títulos remetidos ao Museu Nacional:

Por ordem alfabética	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883 a 1886
Buenos Aires	9	8	13	2	7	6	20
Bruxelas	3	8	1	10	10	9	21
Lisboa	***	3	2	7	23	7	11
Londres	1	13	5	3	3	2	11
Paris	11	14	26	11	7	10	24
Rio de Janeiro	28	25	16	21	19	19	43
Washington	4	3	9	4	4	4	13

Tabela 5

De acordo com estes dados, verificamos que dos 31 países dos quais as obras remetidas ao Museu eram provenientes, aqueles apresentados na Tabela 3 mantiveram remessas permanentes ao longo dos anos e em número expressivo, com destaque para o Brasil, França, Estados Unidos e Alemanha. Destes, a Alemanha apresenta o maior número de cidades originárias de impressos destinados ao Museu (Tabela 4). Contudo, ao observarmos a Tabela 5, temos as capitais com a maior produção de títulos, onde Rio de Janeiro e Paris se destacam ao passo que Berlim sequer aparece. Isso nos leva a crer que a produção de impressos na Alemanha, que era significativa, estava descentralizada, o que não ocorria na França, por exemplo, onde tal produção tinha maior concentração em Paris e, no caso do Brasil, no Rio de Janeiro.

Segundo Marisa Midori, a partir dos anos de 1870 houve um aumento progressivo de oficinas tipográficas no Rio de Janeiro, embora boa parte das obras que circulavam continuasse a ser impressas na Europa, mais especificamente em Paris. Para ela, “por razões de ordem técnica e econômica, a capital francesa se consolidou nos Oitocentos como o maior produtor e exportador de livros do velho continente para a América.”²³⁴ No caso da Alemanha, a edição serviu como instrumento de unificação política e cultural, sobretudo após o processo de unificação, quando o mercado editorial esteve em crescimento, segundo esta mesma autora.

Também tratando da produção e da circulação de impressos, Márcia Abreu destacou a ampliação desta produção no século XIX como resultado das inovações tecnológicas e do aumento do público leitor. Segundo ela, a expansão do sistema educacional na Europa, paralelo ao crescimento demográfico e urbano, criaram uma demanda maior de leitores, o que serviu de incentivo ao mercado editorial. Além disso,

²³⁴ Deaecto, 2011. p. 271.

as modificações técnicas na produção, no transporte e na comunicação favoreceram igualmente a difusão dos impressos.

O uso da prensa a vapor no início do século XIX, em substituição da manual, revolucionou a técnica de produção dos impressos. A impressão rotativa, a linotipia, a litografia e a fotografia, empregados a partir da segunda metade do século XIX, aceleraram ainda mais o ritmo da produção. Ademais, a “introdução da eletricidade, nesta fase, propiciou um avanço ainda maior, permitindo um incremento notável na produção dos impressos.”²³⁵

Quanto aos meios de transporte, segundo Abreu, a circulação de impressos foi favorecida não só pela extensão da rede ferroviária como também pelo transporte marítimo, cujo tempo de deslocamento entre Europa e outros continentes passou a ser cada vez menor. Somado a isso, o uso da telegrafia elétrica do mesmo modo acelerou a difusão de informações e conectou lugares distantes.

Abreu ainda trata da proeminência da Alemanha e da França na produção e difusão de livros, tendo como base os estudos de Frédéric Barbier. No caso dos livros alemães, sua produção atingiu as mais altas cifras no início do século XX. No século XIX, o escoamento de sua produção, apesar de considerável e em crescimento, teria sido restrito, direcionado apenas à Europa eslava, à Romênia, à Escandinávia e, de forma fragmentada, aos países não europeus com imigração alemã. Excepcionalmente, o envio regular de livros alemães no século XIX teria ocorrido apenas para Porto Alegre (Brasil), Valparaíso (Chile) e Adelaide (Austrália). Somente no final do século XIX uma rede mundial de distribuição de impressos alemães foi estabelecida, motivada pelo aumento da emigração, pela criação do império colonial e pelo aumento da importância da ciência produzida na Alemanha.

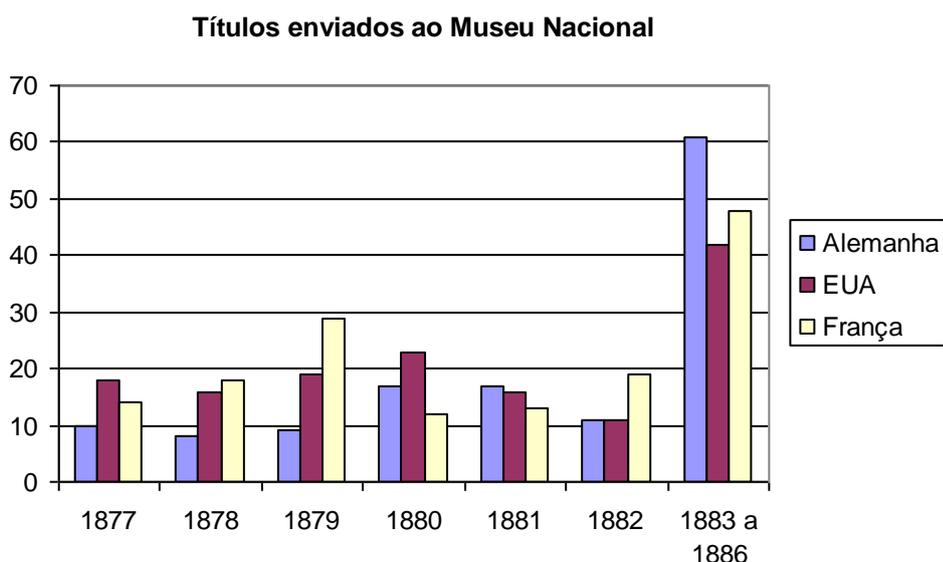
Já no caso dos impressos franceses, tanto a francofonia quanto o prestígio cultural da França no século XIX contribuíram para o volume exponencial de títulos ali produzidos e para o estabelecimento de uma rede mundial de difusão durante o século XIX. Publicando obras não só em francês, a produção francesa de impressos atingiu a margem de “duas mil toneladas em 1860 e 2517 toneladas no final do Segundo Império. Em 1880, superaram-se as 3500 toneladas, atingindo o valor mais elevado em 1890, com mais de 4700 toneladas exportadas”.²³⁶

²³⁵ Abreu, 2011, p. 116.

²³⁶ Barbier, 2011, p. 118.

Ao analisarmos em nosso trabalho os casos específicos da França e da Alemanha, cuja ciência criou escolas que influenciaram todo o mundo e cuja produção editorial foi profundamente relevante, como vimos acima, verificamos que desde o final dos anos setenta do século XIX, publicações alemãs chegavam com regularidade ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Verificamos também que, no período de 1877 a 1886, o número de títulos alemães enviados ao Museu inicialmente se manteve estável, vindo a ter acréscimo na década de 1880. Já o volume de títulos franceses foi crescente ao longo dos anos setenta e sofreu redução ao longo dos anos oitenta.

Contudo, não podemos desconsiderar a forte presença de publicações estadunidenses enviadas ao Museu Nacional neste período, chegando mesmo a superar o volume de publicações francesa e alemã nos anos de 1877 e 1880, segundo nossa estimativa. Nos anos de 1870, o volume de impressos de origem norte-americana se manteve estável até 1881, quando então passou a declinar.



No período de 1883 a 1886, as publicações recebidas foram todas agrupadas no volume sete dos *Arquivos*, de 1887. Constam 48 da França, 61 da Alemanha e 42 dos Estados Unidos (Tabela 3), o que corresponde a uma média de 12 títulos anuais franceses, 15 alemães e 10 norte-americanos enviados ao Museu neste período de quatro anos. Isso nos permitiu concluir que: na década de 1870, enquanto o volume de títulos alemães e estadunidenses foi estável, embora o segundo fosse superior ao primeiro em

número, o volume dos títulos franceses foi crescente e proeminente em relação aos demais; na década de 1880, o volume de títulos franceses e norte-americanos sofreu redução ao passo que os alemães entraram em ascensão, com exceção apenas do ano de 1882.

Além da produção editorial da França, da Alemanha e dos Estados Unidos, chama-nos a atenção a distribuição desta produção. São 40 cidades alemãs, 26 francesas e 22 norte-americanas que deram origem aos impressos destinados ao Museu Nacional (Tabela 4). Destas, Paris, sem sombra de dúvida, é a cidade com mais títulos enviados ao Museu. Sua supremacia permanece quando também a comparamos com a produção de outras cidades do mundo, perdendo apenas para o Rio de Janeiro na remessa de impressos para o Museu Nacional (Tabela 5). Na Alemanha, ao contrário, não encontramos concentração de impressão em qualquer cidade, embora o número de cidades com produção editorial fosse grande.

No que se refere ao tipo de obras destinadas ao Museu Nacional, de modo geral temos da Alemanha catálogos, relatórios e livros sobre etnologia, antropologia, entomologia, zoologia, botânica, medicina, ciências exatas e naturais, enviadas por academias, sociedades, associações, museus e universidades. Da França foram enviados memórias, catálogos, boletins, anais, relatórios, jornais, livros e revistas de geologia, geografia, biologia, anatomia, medicina, etnografia, antropologia, entomologia, horticultura, botânica, zoologia, biografias e periódicos da imprensa, produzidos por sociedades, academias, bibliotecas, museus e sociedades. Dos Estados Unidos, zoologia, arqueologia, etnologia, geologia, geografia eram alguns dos assuntos tratados nos relatórios, livros, jornais e revistas enviados ao Museu Nacional por inúmeros remetentes, como universidades, museus, sociedades, academias e pela imprensa periódica. O volume de obras recebidas pelo Museu dá indícios do volume de obras enviadas por ele, isto é, a partir da relação de permuta podemos imaginar a amplitude da circulação dos *Arquivos* no exterior.

No Brasil, esta circulação também não foi restrita, tendo em vista que o volume de obras nacionais remetidas à instituição não foi pequeno. Jornais, livros, revistas, relatórios, anais e catálogos referentes à geografia, história, agricultura, gramática, memórias, botânica, medicina e leis, dentre muitos outros assuntos, foram enviados por institutos, faculdades, associações, ministérios, bibliotecas, sociedades e imprensa situados em todas as regiões do Brasil. Em todo o período de 1877 a 1886, o maior número de obras recebidas pelo Museu foi nacional (Tabela 3). O número das cidades

de origem de obras enviadas também foi grande, totalizando 27 cidades das cinco regiões brasileiras (Anexo V). Destas, o Rio de Janeiro foi a que apresentou um número muito elevado de obras remetidas, número este que se mantém elevado quando a comparamos também com cidades estrangeiras (Tabela 5).

Certamente os números aqui levantados, ainda que aproximados, não esgotam as múltiplas interpretações possíveis de estudo. Ao contrário, eles apontam para novas possibilidades de leitura e de pesquisa. A nós nos interessa entender a rede estabelecida entre o Museu Nacional e outros espaços de saber a partir da troca de publicações e, daí, dimensionar a circulação dos *Arquivos* no Brasil e fora dele. Obviamente, fazer uma microanálise desta rede mundial de circulação de impressos científicos é um estudo necessário e interessante, mas que foge aos limites deste trabalho.

3.1.3 Algumas considerações

Com base nas informações apresentadas, constatamos que a circulação dos *Arquivos* foi maior na América, tendo os Estados Unidos como o seu maior receptor, o que nos foi revelado pelo número de missivas norte-americanas. Do mesmo modo, as remessas de publicações norte-americanas para o Brasil foram expressivas, assim como também as sul-americanas. Isso nos assinala que o tradicional eixo de intercâmbio cultural, assinalado entre Brasil e Europa a partir do último quarto do século XIX pode ser redesenhado, onde incluímos aí também a América, em especial os Estados Unidos.

Também na América, o Brasil é o segundo maior receptor da revista e o primeiro no envio de obras para o Museu Nacional, onde o Rio de Janeiro aparece como a cidade que mais impressos destinou àquela instituição. Maceió, Fortaleza, Curitiba e São Luiz igualmente apresentam envio regular de títulos. Quanto à Europa, a circulação dos *Arquivos* se fez presente em quatorze países, entre os quais a Alemanha foi o maior receptor – e terceiro em relação à América –, seguida da Bélgica e da França. De lá, um volume gigantesco de títulos veio do mesmo modo para o Museu.

Entendemos que a circulação dos *Arquivos do Museu Nacional* esteve relacionada às redes de sociabilidade tecidas pelos atores sociais, que se configuraram na permuta da revista e no trânsito dos pesquisadores do Museu em outros espaços de ciência. Isso nos levou a ver na revista dois aspectos importantes: um textual, referente à difusão científica propriamente dita; e outro extratextual, que consiste no interesse de seus produtores em dar visibilidade às suas produções e em validar a produção científica

nacional, amparada pelo governo imperial, bem como na composição do acervo da biblioteca, que se queria expressivo, especializado e universal.

Assim sendo, podemos afirmar que a difusão mundial dos *Arquivos* foi importante para a projeção internacional do Museu Nacional e de seus agentes. Através dela, aquela instituição imperial pôde ser conhecida e reconhecida pela comunidade científica. Certamente o conteúdo ali veiculado era do interesse de muitos estudiosos que, mais do que atraídos pelo exotismo brasileiro, buscavam conhecer a natureza, o homem americano e suas origens, numa época em que estas questões norteavam os homens de ciência de todo o mundo. Conseguimos rastrear algumas evidências de sua leitura, particularmente na França, que apresentamos a seguir.

3.2 A Recepção dos *Arquivos do Museu Nacional* na França

Como vimos, a circulação da revista do Museu Nacional teve grande amplitude na segunda metade do século XIX. A fim de avançarmos em nossa análise, indo além da circulação, buscamos rastrear evidências da leitura dos *Arquivos*. Naquele extenso universo de receptores, optamos em investigar sua recepção na França, onde o desenvolvimento da antropologia foi marcante e serviu de modelo para as práticas científicas de vários países do mundo, inclusive do Brasil. Ali, os estudos físicos do homem tiveram grande espaço de discussão e aprimoramento, embora aqueles ligados aos aspectos culturais da vida humana também fossem abordados. Consultamos, portanto, a *Revue d'Anthropologie*, os *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris* e a *Revue d'Ethnographie*, nos quais localizamos alguns indícios da leitura dos *Arquivos do Museu Nacional*.

A *Revue d'Anthropologie* foi criada em 1872 por Paul Broca, que também fundou a Sociedade de Antropologia de Paris em 1859, o Laboratório de Antropologia em 1868 e a Escola de Antropologia em 1876. Já a *Revue d'Ethnographie* foi criada em 1882 por Ernest Hamy, fundador do Museu de Etnografia do Trocadéro de 1878, foi sucessor de Quatrefages na cadeira de Antropologia do Museu de História Natural de Paris e fundou, em 1895, a Sociedade de Americanistas de Paris. Tanto Broca quanto Hamy tinham formação em medicina.

A Sociedade de Antropologia de Paris, que publicava os *Bulletins*, também por nós consultados, foi a primeira do mundo a utilizar o vocábulo da nascente disciplina²³⁷ e sua criação, em 1859, foi um marco para o processo de constituição desta nova ciência. A referida sociedade construiu instrumentos de medição e publicou instruções que orientavam e padronizavam a prática científica. Ela acabou se tornando um centro de referência para os *savants* da época. Daí sua importância.

A sua criação decorreu da ruptura do seu fundador, Paul Broca, com a Sociedade de Biologia de Paris devido a divergências internas ligadas ao hibridismo. Aí, um pequeno grupo de pesquisadores, que partilhava das ideias de Broca, fundou com ele a Sociedade de Antropologia. De vinte membros no ano da fundação, a Sociedade passou para noventa em 1862.²³⁸ Em 1880 esse número chegara a 676, distribuídos entre membros titulares, correspondentes nacionais, membros honorários, associados estrangeiros e correspondentes estrangeiros.²³⁹

Segundo Broca, a Antropologia era uma “ciência que tem por objeto o estudo do grupo humano considerado no seu conjunto, nos seus pormenores e nas suas relações com o resto da natureza”²⁴⁰. O uso do conceito de raça era para a Sociedade o mais adequado, pois ele permitia a abstenção no debate entre monogenistas e poligenistas:

“on ne pourrait donc designer ces groupes ni sous le nom d’espèces, ni sous le nom de variétés, sans supposer résolue à l’avance une question très controversée; c’est pourquoi l’on est convenu de leur donner le nom de races, qui ne préjuge rien, et laisse la question ouverte.”²⁴¹

Importantes foram as contribuições de Broca para a instauração do novo campo disciplinar. A introdução do conceito de índice cefálico e o uso do sistema de médias deram subsídios para os estudos craniométricos. Deles decorreu a necessidade de criação de instrumentos com os quais seria possível a mensuração morfológica:

²³⁷ Wartelle, 2004.

²³⁸ Castro Faria, 1998, p.269.

²³⁹ Wartelle, 2004, p. 132.

²⁴⁰ Paul Broca. *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences Médicales*. 1886, tomo IV, v.1. *Apud* Castro Faria, 1998, p. 270.

²⁴¹ Livre tradução: “Não se poderia, portanto, designar estes grupos nem sob o nome de espécies, nem sob o nome de variedade, sem supor resolver antes uma questão controversa; é por isso que convinha dar-lhes o nome de raça, que não prejudica nada, e deixa a questão aberta.” Wartelle, 2004, p. 128.

“Como resultado de todo esse esforço de sistematização surgiram as *Instructions Craniologiques et Craniométriques de la Société d’Anthropologie de Paris* (1875), redigidas pelo próprio Broca (...). Essas instruções, que se tornaram de uso universal, reuniram em forma apurada os critérios fundamentais da craniologia e as normas para a utilização dos diferentes aparelhos criados especialmente para o levantamento das medidas cranianas. Daí por diante as pesquisas craniológicas ficariam subordinadas ao modelo da escola francesa (...)”²⁴²

Muitos destes instrumentos foram adquiridos pelo Museu Nacional, tendo sido, inclusive, solicitado o seu empréstimo pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²⁴³, instituição esta que também tinha como referência a medicina francesa²⁴⁴ e de onde saíram alguns médicos que integraram os quadros do Museu Nacional (João Batista de Lacerda, José Rodrigues Peixoto, João Joaquim Pizarro, Nicolau Joaquim Moreira – Anexo III).

Quanto aos instrumentos científicos, goniômetros, compasso de coordenadas, estereógrafo e dinamômetro foram algumas aquisições do Museu. Produzidos pela Casa Mathieu sob a orientação de Broca, estes objetos faziam parte do uso cotidiano dos “antropologistas” do Museu Nacional e hoje integram uma coleção de instrumentos de antropometria do mesmo Museu. Seu uso visava tornar objetivos os fenômenos sociais.

“Partia-se do pressuposto de que as características como capacidade craniana, peso do cérebro e a conformação das circunvoluções cerebrais poderiam informar sobre aspectos morais e intelectuais dos indivíduos e, em uma dimensão mais ampla, as possibilidades de aprimoramento das sociedades humanas.”²⁴⁵

A elaboração de orientações e de instrumentos científicos foi importante para a padronização e universalização da antropologia física, tendo em vista que, na conformação de um novo campo de saber, a sistematização da prática científica é imprescindível. Afinal, toda ciência precisa de uma linguagem própria que possa universalizá-la: “Normatizar significa impor padrões universais, uma linguagem que

²⁴² Castro Faria, 1998, p. 278.

²⁴³ Pasta 23 Doc. 206 de 1884. MN.DR.AO.

²⁴⁴ Edler, Ferreira e Fonseca, 2001.

²⁴⁵ Sá, Santos, Carvalho e Silva, 2010, p. 114.

possa ser lida por todos os interessados”.²⁴⁶ No caso específico da antropologia, que foi constituída inicialmente por médicos, a nova disciplina surgiu como uma ciência natural do homem, através da qual os estudiosos buscavam, por meio da anatomia, o entendimento sobre a raça humana.

As *Instruções* de Broca, segundo Castro Faria, foram traduzidas para várias línguas. Houve, por exemplo, na Sociedade dos Amigos da Natureza de Moscou, uma premiação de trabalhos de antropologia sobre as populações do império que tivessem adotado as *Instruções* da escola francesa.²⁴⁷

Além de chamarmos a atenção para a importância da França no desenvolvimento da antropologia física no Brasil, queremos destacar igualmente a relevância dos estudos desenvolvidos no Brasil para o cenário científico francês. Através das citações, resenhas e traduções de trabalhos dos *savants brésiliennes* do Museu Nacional, publicados naqueles periódicos franceses, podemos perceber apropriações recíprocas de suas produções científicas, ou seja, encontramos na análise das publicações evidências de uma relação bilateral entre Brasil e França no que diz respeito às ciências antropológicas.

Na publicação da *Revue d'Anthropologie* de 1875, o planejamento da nova organização do Museu Nacional do Rio de Janeiro é divulgado, anunciando, portanto, aos especialistas o novo centro de estudos antropológicos a ser instaurado no Brasil. Na seção fixa intitulada *Miscellanea*, onde assuntos diversos eram tratados na revista, os leitores receberam a seguinte informação:

“Nous avons le plaisir d’annoncer aujourd’hui que M. le docteur Ladislas Netto, l’intelligent directeur du Musée de Rio de Janeiro, s’occupe activement d’ajouter à ce musée une nouvelle section consacrée à l’anthropologie du Brésil. Nous extrayons les lignes suivantes d’une lettre qu’il vient d’adresser au *Jornal do Commercio*, de Rio.”²⁴⁸

O texto prossegue com a carta de Netto, traduzida para o francês, onde ele dizia sobre o seu desejo de montar uma coleção de crânios indígenas e que, para isso, dois

²⁴⁶ Castro Faria, 2006, p. 24.

²⁴⁷ Castro Faria, 1998, p. 19.

²⁴⁸ Livre tradução: “Nós temos o prazer de anunciar hoje que o doutor Ladislau Netto, inteligente diretor do Museu do Rio de Janeiro, se ocupa ativamente de adicionar a este museu uma nova seção consagrada à antropologia do Brasil. Nós extraímos as linhas seguidas de uma carta que ele enviou ao *Jornal do Comércio*, do Rio”. *Miscellanea*. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: Tome IV, 1875, p. 373.

empregados do Museu já tinham sido enviados ao interior do Espírito Santo, os quais lhe remeteram nove crânios do vale do Mucury, aparentemente de botocudos. Apesar do número ainda reduzido para uma coleção, Netto tinha a previsão de aumentá-lo: ele enviaria ao cemitério indígena de Macaé, cidade norte-fluminense, um destes empregados com o objetivo de fazer novas coletas – os empregados a quem se referia eram Carlos Schreiner e Eduardo Teixeira Siqueira, que foram os responsáveis pela coleta no vale do Mucury, como vimos no primeiro capítulo do trabalho. Na sequência, Netto ainda comentou a doação de duas múmias indígenas ao Museu feita pelo conselheiro Diogo Velho e pelo doutor Rosendo Moniz.

Em 1877, o artigo de Lacerda e Peixoto, *Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, publicados no primeiro volume, de 1876, da revista *Arquivos do Museu Nacional*, é citado na bibliografia²⁴⁹ da *Revue d'Anthropologie*, ao lado de outras obras consideradas de Etnologia da América.²⁵⁰ Ainda nesta mesma publicação francesa, são citados na bibliografia da pré-história os trabalhos de Charles Frederic Hartt, *Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da ilha de Marajó*, e de Carl Wiener, *Estudo sobre os Sambaquis do sul do Brazil*, igualmente publicados em 1876 nos *Arquivos do Museu Nacional*.²⁵¹

O primeiro volume dos *Arquivos* foi comentado também nos *Bulletins de la Société d'Anthropologie* daquele ano de 1877. Em *Rapport sur une publication intitulée: Archives du Musée National de Rio de Janeiro (1er volume; 1ère année)*, Vasconcellos-Abreu mencionou a organização do Museu ocorrida em 1876, sob os auspícios do governo imperial, para tratar da nova publicação científica brasileira. O autor fez alusão ao conteúdo dos artigos supracitados de Carl Wiener, de Charles Frederic Hartt e de Lacerda e Peixoto.²⁵² Ele ainda mencionou o texto de Ladislau Netto, mas não minuciosamente porque estava inconcluso: “le travail de M. Ladislau Netto n'étant pas entièrement publié, nous pensons qu'il vaut mieux attendre la suite et la fin pour en parler.”²⁵³

²⁴⁹ A bibliografia dividia as obras por área de conhecimento. No caso da etnologia e da pré-história, as obras aparecem agrupadas por continentes.

²⁵⁰ Bulletin Bibliographique. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: Tome VI, 1877, p. 383.

²⁵¹ Idem, p. 575.

²⁵² Os artigos publicados neste volume dos *Arquivos* referentes aos estudos de botânica e zoologia, bem como o trabalho sobre os sambaquis do Pará, de Domingues F. Penna, não foram comentados pelo autor.

²⁵³ Livre tradução: “O trabalho do Sr. Ladislau Netto não sendo inteiramente publicado, nós pensamos que é melhor esperar a continuação e o final para falar”. Vasconcellos-Abreu. *Rapport sur une publication intitulée: Archives du Musée National de Rio de Janeiro (1er volume; 1ère année)*. In: *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, II Série, tome 12, 1877, p. 148.

No ano de 1878, foi publicada na seção de revistas estrangeiras da *Revue d'Anthropologie* uma resenha concernente ao artigo já citado de Lacerda e Peixoto, *Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*. Intitulada *Revue Brésilienne*, o autor²⁵⁴ iniciou o texto destacando a importância dos estudos das raças indígenas do Brasil para o entendimento da antiguidade do homem e, conseqüentemente, do continente americano. Em seguida, comentou o trabalho dos *savants brésiliens*, reproduziu parte do artigo de Lacerda e Peixoto, traduzido para o francês, e sintetizou algumas de suas ideias. No fim, o autor deu o seu aval sobre aquele trabalho, compartilhando das conclusões daquele estudo:

“En resume, on peu, dès à present, formuler avec MM. Lacerda et Peixoto les conclusions suivantes sur les races indigènes du Brèsil:

La race primitive du Brèsil était dolichocéphale.

Les races indigènes modernes représentent un mélange de types différents.

De tous les indiens actuels, les Botocudos semblent être ceux qui se rapprochent le plus de la race primitive.

La race préhistorique du Brèsil était caractérisée par l'excessive dépression du frontal.

L'usage des déformations artificielles du crânes est étranger à toutes les races indigènes du Brèsil qui n'ont pas eu de contact avec celles de la Bolivie et du Pérou.”²⁵⁵

A notícia da publicação do trabalho de Lacerda e Peixoto na revista francesa foi recebida com satisfação no Brasil. Em maio de 1878, o diretor geral do Museu, Ladislau Netto, enviou um ofício “dando conta da maneira porque tem sido recebidos pelas associações científicas europeas os *Arquivos do Museu*”²⁵⁶ ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

²⁵⁴ A autoria da resenha não pôde ser definida ao certo. Ao fim do texto não consta o nome do autor, o que ocorre apenas ao fim do texto seguinte ao nosso, assinado por Ludovic Martinet. É possível que ele tenha escrito ambos os textos.

²⁵⁵ Livre tradução: “Em resumo, pode-se, a partir do presente, formular com Srs. Lacerda e Peixoto as conclusões seguintes sobre as raças indígenas do Brasil: a raça primitiva do Brasil é dolicocefala; as raças indígenas modernas representam uma mistura de tipos diferentes; de todos os índios atuais, os botocudos parecem ser os que se aproximam mais da raça primitiva; a raça pré-histórica do Brasil era caracterizada pela excessiva depressão frontal; o uso das deformações artificiais dos crânios é estranho a todas as raças indígenas do Brasil que não tiveram contato com aquelas da Bolívia e do Peru”. *Revue Brésilienne*. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome I, 1878, p. 156-157.

²⁵⁶ Ofício do diretor do Museu Nacional ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Livro 7. 1875-1881. p. 81.

“*Revue d’Anthropologie*, de que é diretor principal o ilustre professor Broca. (...) Este trabalho é o mesmo sobre o qual o professor Quatrefages, célebre antropologista francês e um dos mais ilustres naturalistas da atualidade, escreveu uma carta muito animadora ao laborioso e conspícuo sub-diretor da 1ª seção deste Museu.”²⁵⁷

Nas publicações da *Revue d’Anthropologie* dos anos seguintes, este mesmo artigo de Lacerda e Peixoto é citado com frequência: em 1879, no artigo *L’Homme Préhistorique dans la Plata*, Florentino Ameghino citou-o em nota²⁵⁸; em 1880, na seção *Revue Italienne*, Ch. Letourneau²⁵⁹ comentou o trabalho de G. Canestrini et L. Moschen, de 1879, intitulado *Sur deux crânes de Botocudos*, no qual as medições craniológicas feitas por Lacerda e Peixoto aparecem no corpo do texto²⁶⁰; em 1882, na seção *Revue Rousse*, L. Manouvrier²⁶¹ comentou o trabalho de Quatrefages²⁶², *L’homme fossile de Lagoa Santa, au Brésil, et ses descendants actuels*, apresentado no Congresso de Moscou realizado em 1879²⁶³.

Neste estudo, Quatrefages se baseou no artigo de Lacerda e Peixoto e discutiu suas conclusões, descritas anteriormente. Segundo Manouvrier, “Quatrefages discute-t-il chacune de ces conclusions et doute-t-il de leur justesse à l’exception de la première et de la dernière”²⁶⁴. A primeira conclusão consistia na afirmação de que a raça primitiva do Brasil era dolicocefala e a última, de que os botocudos eram os que mais se aproximavam da raça primitiva do Brasil. E acrescentou: “MM. Lacerda et Peixoto ont

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Florentino Ameghino. *L’Homme Préhistorique dans la Plata*. In: *Revue d’Anthropologie*. Paris: II Série, Tome II, 1879, p. 215-216.

²⁵⁹ Charles Letourneau era adepto do materialismo científico, grupo que buscava na Sociedade de Antropologia o engajamento político da ciência. Foi secretário geral da Sociedade no período de 1886 a 1902. Prefaciou a obra *L’Homme criminel, étude anthropologique et médico-légale*, de C. Lombroso, publicada em 1887.

²⁶⁰ CH. Letourneau. *Revue Italienne*. In: *Revue d’Anthropologie*. Paris: II Série, Tome III, 1880, p. 134.

²⁶¹ Léonce Manouvrier foi professor da l’École d’Anthropologie em 1887 e secretário geral da Sociedade de Antropologia de Paris de 1902 a 1914.

²⁶² Armand de Quatrefages, renomado médico e naturalista do século XIX, inaugurou a cadeira de antropologia no Museu Nacional de História Natural de Paris em 1855. Era adepto do monogenismo. Seu nome consta na relação de membros correspondentes do Museu durante todo o período que investigamos.

²⁶³ L. Manouvrier. *Revue Rousse*. In: *Revue d’Anthropologie*. Paris: II Série, Tome V, 1882, p. 157-158.

²⁶⁴ Livre tradução: “Quatrefages discute cada uma dessas conclusões e duvida de sua precisão, com exceção da primeira e da última.” Manouvrier, Idem, p. 158.

eu raison de regarder la race Botocudo comme résultant du mélange du type fossile de Lagoa Santa avec d'autres éléments ethnologiques.”²⁶⁵

No ano de 1883, é feita nova referência ao trabalho de Lacerda e Peixoto na *Revue d'Anthropologie*. Philippe Rey²⁶⁶ escreveu na seção de revistas estrangeiras, intitulada *Revue Bresilienne*, sobre o trabalho de Peixoto, *Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos* – publicado nos *Arquivos do Museu* em 1885 –, ocasião em que citou o texto dos autores brasileiros, *Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, publicado em 1876 nos *Arquivos do Museu Nacional*, dito inicialmente. Após discorrer sobre o trabalho de Peixoto, Philippe Rey encerrou seu texto com a seguinte afirmação: “Ces planches figurent à la fin de cet important et très substantiel mémoire, qui complète la craniologie des Botocudos et donne un intéressant aperçu des richesses anthropologiques du Brésil.”²⁶⁷

As referências à publicação de Lacerda e Peixoto não param por aí: em 1884, Ludovic Martinet escreveu sobre o trabalho de Quatrefages, aquele baseado no estudo dos pesquisadores brasileiros do qual tratamos há pouco, onde eles são citados novamente no decorrer do texto²⁶⁸; em 1885, agora nos *Bulletins* da Sociedade de Antropologia de Paris, Ten Kate escreveu *Sur les crânes de Lagoa Santa*, onde também mencionou Quatrefages, Lacerda e Peixoto²⁶⁹.

A Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882 no Museu Nacional, do mesmo modo foi alvo da atenção dos “antropologistas” franceses. Com base no volume VI dos *Arquivos do Museu* – publicado em 1885 e todo ele dedicado àquele evento – Eschenauer escreveu na *Revue d'Anthropologie* de 1887 um texto onde abordou a Exposição e o volume seis dos *Arquivos*, onde afirmou que

“le capitale du Brésil s'est lancée dans la vaste carrière des études préhistoriques et anthropologiques. Et bientôt, sous les

²⁶⁵ Livre tradução: “Lacerda e Peixoto tinham razão de ver a raça botocudo como resultante da mistura do tipo fóssil de Lagoa Santa com outros elementos etnológicos.” Manouvrier, Idem.

²⁶⁶ Philippe Rey escreveu, em 1880, uma tese em Paris intitulada *Étude anthropologique sur les Botocudos* e, em 1884, na seção *Revue Bresilienne* da *Revue d'Anthropologie*, um texto sobre a Revista da Exposição Antropológica Brasileira, evento ocorrido em 1882 no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

²⁶⁷ Livre tradução: “Estas pranchas figuram no final desta importante e muito substancial memória, que completa a craniologia dos botocudos e dão uma interessante visão geral das riquezas antropológicas do Brasil”. Philippe Rey. *Revue Bresilienne*. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome VI, 1883, p.540.

²⁶⁸ Ludovic Martinet. *Matériaux pour l'histoire primitive de l'homme*. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome VII, 1884, p.336.

²⁶⁹ Ten Kate. *Sur les crânes de Lagoa-Santa*. In: *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, III Série, Tome 8, 1885, p. 240-244.

auspices d'un prince éclairé (...), le Musée national des antiquités brésiliennes était fondé et, le 29 juillet 1882, ce dernier ouvrait toutes larges ses portes dans une exposition publique de plus brillantes.”²⁷⁰

E acrescentou mais adiante: “je viens de parcourir rapidement d'un bout à l'autre le beau, le très beau volume qui m'a été confié.”²⁷¹ Eschenauer ressaltou a importância do Novo Mundo para o cenário científico da época, no que se refere aos estudos sobre a origem e a evolução humana, e comentou cada artigo publicado naquele volume dos *Arquivos*, a saber: *Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas*, de Charles F. Hartt; *O Homem dos Sambaquis*, de João Batista de Lacerda; *Novos Estudos Craniométricos sobre os Botocudos*, de José Rodrigues Peixoto, o qual “c'est une anthropometrie très exacte, d'après les procedes recommandés par Broca”²⁷²; e *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira*, de Ladislau Netto.

Os *Arquivos do Museu Nacional* ainda são mencionados nas publicações de 1886 e 1888 dos *Bulletins*, onde constam na relação de periódicos ofertados à Sociedade de Antropologia de Paris – em 1886 foi ofertado o volume seis dos *Arquivos*, publicado em 1885, e em 1888, foi a vez do volume sete, publicado em 1887.

Sabemos que o interesse estrangeiro pela natureza e pela gente do Brasil ficou registrado nos relatos de viagens desde tempos remotos, onde o exotismo das terras brasileiras e de seus nativos atraía o olhar dos viajantes europeus. Contudo, o interesse estrangeiro pela escrita e leitura da revista científica do Museu, a nosso ver, extrapola o exótico. Segundo Riviale, o americanismo francês, enquanto movimento científico consolidado no século XX, teve sua origem no século XIX, quando então era caracterizado pelo colecionismo e pelas classificações e motivado pelo desejo de fazer uma espécie de inventário das raças humanas que, segundo a ótica evolucionista, estava em vias de desaparecer.

²⁷⁰ Livre tradução: “A capital do Brasil se lançou na vasta carreira dos estudos pré-históricos e antropológicos. E sob os auspícios de um príncipe esclarecido (...), o Museu Nacional de antiguidades brasileiras foi fundado e, em 29 de julho de 1882, abriu suas portas numa exposição pública da mais brilhante”. A. Eschenauer. *Revue Brésilienne*. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: III Série, Tome 10, 1887, p. 516.

²⁷¹ Livre tradução: “Venho percorrer rapidamente de um ponto a outro o belo, o muito belo volume que me foi confiado”. Eschenauer, *Idem*, p. 517.

²⁷² Livre tradução: “Esta é uma antropometria muito exata, conforme les procedimentos recomendados por Broca”. Eschenauer, *Idem*, p. 518.

“un nombre considérable de voyageurs et d’explorateurs ont arpenté et étudié une grande partie du Nouveau Monde; les musées (...) possèdent d’importantes collections d’objets ethnographiques et archéologiques; une littérature impressionnante a été publiée au cours du siècle; et en cette fin du XIXe siècle quelques savants ou érudits peuvent être considérés comme des “spécialistes” du domaine américain.”²⁷³

A criação de espaços de debate e de dinamização do conhecimento sobre a América foi fundamental para a formação do americanismo francês: em 1857 foi fundada a Sociedade Americana da França, que depois passou a ser uma seção da Sociedade de Etnografia Americana e Oriental, criada em 1859. Em 1875, a Sociedade organizou o Primeiro Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Nancy, e, um ano depois, passou a publicar os *Archives de la Société Américaine de France*.²⁷⁴ Esse esforço em congregar *savants* preocupados com questões pertinentes à América acabou por favorecer a disseminação dos estudos que produziam. No Congresso Americanista de 1888, realizado em Berlim, Ladislau Netto representou o Brasil e apresentou material cerâmico de Marajó.

Nesse sentido, vale ressaltar o trabalho de Ernest Théodore Hamy que, na direção do Museu de Etnografia do Trocadéro, atividade que lhe rendeu fama internacional, pôde se envolver com os estudos americanistas ao classificar as coleções etnográficas do Museu que, em sua maioria, eram provenientes da América. Hamy também integrou a Sociedade de Etnografia e a Sociedade de Antropologia. Em 1882 ele criou a *Revue d’Ethnographie* e, em 1895, a Sociedade de Americanistas de Paris.

No que se refere à *Revue d’Ethnographie*, encontramos também nela a publicação de assuntos referentes ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e à leitura dos *Arquivos*. Em 1882, João Batista de Lacerda escreveu em francês na seção Correspondance um texto anunciando a Exposição Antropológica Brasileira, que seria inaugurada em julho daquele ano. Lacerda informou que para aquele evento, Ladislau Netto havia coletado no Amazonas diversos objetos (urnas funerárias, armas, utensílios, esqueletos e crânios) e que do Araguaia viriam índios Xerentes a serem submetidos à observação

²⁷³ Livre tradução: “um número considerável de viajantes e de exploradores percorreram e estudaram uma grande parte do Novo Mundo; os museus possuíam importantes coleções de objetos etnográficos e arqueológicos; uma literatura impressionante foi publicada no curso do século; e no fim do século XIX qualquer sábio ou erudito podiam ser considerados como especialistas do domínio americano.” Pascal Riviale. L’américanisme français à la veille de la fondation de la Société des Américanistes. *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 81, 1995, p. 208.

²⁷⁴ Laurière, 2009.

antropométrica. Lacerda denominou o evento de *Exposition Anthropologique et Ethnographique*.

Também no tomo de 1882, Lacerda publicou outra correspondência, agora informando o encerramento da Exposição Antropológica. Ele disse que o catálogo estava sendo preparado e que, no que concerne à craniologia, ele estava muito satisfeito: “Le musée de Rio possède à présent deux cents crânes brésiliens authentiques, provenant de tribus diverses (...) Si les matériaux continuent à venir en abondance, il est possible que nous soyons bientôt en mesure de commencer les *Crania brasiliensia*.”²⁷⁵

No ano seguinte, em 1883, foram publicadas sínteses das reuniões da Academia de Ciências de Paris. Na reunião de 29 de janeiro, consta que Armand de Quatrefages “revue les travaux ethnographiques publiés dans l’empire brésilien”²⁷⁶. Na ocasião, citou Ladislau Netto para falar da história das origens e das migrações americanas, bem como do uso de tambetás entre os índios. Ele ainda tratou dos sambaquis, onde citou Carl Wiener e Domingos Soares Ferreira Penna, e dos cerâmios do Pará, onde mais uma vez citou Ferreira Penna. Estes trabalhos foram publicados nos volumes 1 e 2 dos *Arquivos* e certamente lidos por Quatrefages que, ao oraliza-los, tornou-os acessíveis aos ouvintes daquela academia.

Em 1886, na síntese da reunião da Academia de Ciências de Paris de 17 de agosto, Quatrefages novamente abordou a publicação brasileira ao apresentar aos membros daquela academia o sexto volume dos *Arquivos do Museu Nacional*, dedicado à Exposição Antropológica de 1882. Assinado por E. H., o texto informa os comentários detalhados de Quatrefages sobre os trabalhos de Charles F. Hartt, de Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto e de Ladislau Netto, todos impressos naquele volume.

Os trabalhos publicados nos *Arquivos* ainda aparecem citados ou em nota de rodapé ou na bibliografia da *Revue d’Ethnographie*. Na publicação já citada de 1883 dois textos publicados no volume 4 dos *Arquivos*, intitulados *Algumas Palavras da Língua dos Aruans* e *Craneos de Maracá*, de Ferreira Penna e Batista de Lacerda, respectivamente, são citados na bibliografia sobre América. Na publicação de 1886 o

²⁷⁵ Livre tradução: “O museu do Rio tem agora duas centenas de autênticos crânios brasileiros, provenientes de tribos diversas. (...) Se os materiais continuarem a vir em abundancia, é possível que em breve seremos capazes de começar o *Crania brasiliensia*”. Correspondência de João Batista de Lacerda. *Revue d’Ethnographie*. Paris, 1882, Tomo 1, p. 542. Tal como Samuel Morton, autor de *Crania Americana*, e Armand de Quatrefages, autor de *Crania Ethnica*, Lacerda planejava com a *Crania brasiliensia* fazer o levantamento craniológico dos primitivos do Brasil.

²⁷⁶ Livre tradução: “revisou os trabalhos etnográficos publicados no império brasileiro.” R. Verneau. Academie dese Sciences de Paris. *Revue d’Ethnographie*, Paris, 1883, Tomo 2, p. 467.

trabalho de Lacerda e Peixoto, *Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, do volume 1, é citado no texto de Soren Hansen, intitulado *Note sur un Tumulus de la Vallée de Calabasso, pres Coronel (Chili)*.

Sobre a leitura da *Revue d'Anthropologie*, dos *Bulletins* e da *Revue d'Ethnographie*, por meio das quais a revista *Arquivos* se fez conhecer, acreditamos que ela atingia um público amplo. Além dos leitores autores dos textos citados no decorrer deste trabalho, temos os potenciais leitores da Sociedade de Antropologia de Paris, da Academia de Ciências de Paris e do Museu de Etnografia de Trocadéro. Fora dali, os *Arquivos* puderam ser conhecidos por um público mais abrangente, uma vez que o texto escrito em língua francesa “se beneficiava de uma audiência crescente” e pôde “servir de mediação – quando então o latim perde progressivamente esse papel – para garantir a difusão de textos de autores não francófonos.”²⁷⁷

Entendemos, deste modo, que as diversas citações, traduções, resenhas e informações da revista do Museu encontradas naqueles três periódicos científicos franceses, nos revelam que a pesquisa antropológica realizada no Brasil era discutida e debatida na França. Os “antropologistas” da comunidade científica internacional deixaram nos impressos as marcas de um tempo, cujos registros mostram o interesse que tinham não só pelos elementos presentes nos trabalhos dos “savants brésiliens”, como também pelas conclusões de seus estudos, sobre o qual se referiram, muitas vezes, com um tom de aprovação, perceptível nas fontes analisadas.

Para os homens de ciência do Museu Nacional, os usos de seus trabalhos por renomados cientistas dos “centros” de produção do saber representavam prestígio, reconhecimento e legitimação das práticas científicas desenvolvidas no Brasil. Estes usos, figurados na forma de leitura, de comentários e de derivação de novos estudos – como ocorreu com o trabalho de Quatrefages que foi baseado no de Lacerda e Peixoto – demonstram o valor dos estudos brasileiros para a produção científica do exterior, no que tange à pesquisa antropológica, e tornam relativo o papel periférico muitas vezes atribuído ao Brasil pelos historiadores da ciência. Os impressos de ciência permitiram, portanto, a circulação de ideias e a comunicação entre os pesquisadores, contribuindo assim para o conhecimento e o reconhecimento da ciência antropológica pela comunidade científica de então.

²⁷⁷ Juratic, 2011, p.87.

CONCLUSÃO

A partir do exposto no decorrer do trabalho, entendemos a revista *Arquivos do Museu Nacional* como um suporte de comunicação onde os saberes foram, de forma sistemática, registrados e tornados públicos ao leitor interessado nos conhecimentos advindos das práticas científicas do Museu, servindo, portanto, como estratégia de legitimação destas mesmas práticas e de obtenção de créditos para autores, instituição e governo.

A escrita destas práticas, marcada pela descrição, comparação, citações bibliográficas, quantificações e conclusões de experimentos, corroborava ares de cientificidade ao periódico. Sua ampla circulação em espaços de leitura especializados, situados em diversas partes do Brasil e do mundo, serviu não só para difundir entre os pares o conteúdo ali veiculado, como também para consagrar seus produtores, fornecer elementos de uma ciência nacional para composição do conhecimento universal do homem, em especial, e disseminar a imagem de um Brasil civilizado ou em vias de civilizar-se.

Ademais, os assuntos publicados, em especial aqueles referentes às ciências do homem, além de serem de interesse dos estudiosos de todo o mundo preocupados com a questão da origem e evolução humana, tornaram-se importantes justamente porque, ao figurarem na revista, tornaram-se públicos e, obviamente, conhecidos, aparecendo aos leitores como relevantes e necessários.

Este estudo, por conseguinte, buscou entender as ciências enquanto práticas sociais balizadas pelo tempo histórico. Ao situar os personagens que compunham o quadro do Museu Nacional, a relação da instituição com o Estado, a temática e relevância dos saberes produzidos e as circunstâncias desta produção, acreditamos fornecer elementos que contribuem para a problematização da crença na produção do conhecimento puro e desinteressado, que maximizam os limites da ação dos atores sociais frente às imposições estatais e, principalmente, que relativizam a posição periférica do Brasil frente aos centros produtores de saber.

Vimos que nos anos 1870 mudanças ocorreram no âmbito institucional que refletiram na relação entre o Museu e o governo e entre o Museu e a sociedade. Vimos também que o periódico, em sua materialidade, mostrava-se destinado a um leitor

específico e portava marcas que o identificava como uma produção nacional. Outrossim, o impresso do Museu Nacional conferiu autoridade aos que falavam através dele. Não que seus autores não tivessem publicados textos em outros periódicos, mas naquele os autores falavam de um lugar, que lhes assegurava condições externas ao discurso para assim autoriza-lo e valida-lo. Afinal, os discursos servem não somente para serem decodificados, mas “são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos.”²⁷⁸ Isto é, o caráter institucional da revista, e sendo ela a única no Brasil do período especializada em ciências naturais, certamente auferiu lucros simbólicos àqueles homens de ciência, muitos dos quais, inclusive, seguiram carreira em espaços de ciência republicanos.

A ampla circulação da revista e as evidências de sua leitura demonstram a sua função em inserir o Museu e seus agentes na comunidade científica, tornando possível o diálogo com os pares. Do mesmo modo, a produção dos *Arquivos* facilitou a entrada de um volume expressivo de obras que vieram a compor o acervo da biblioteca e dinamizou as relações institucionais do Museu Nacional, principalmente com os Estados Unidos, Alemanha e França que, igualmente, também tiveram as relações dinamizadas com o Brasil. Claro está que, ao menos em termos de produção, difusão e troca de impressos, principalmente os científicos, a relação entre estes países era bilateral.

A revista *Arquivos do Museu Nacional* no século XIX, deste modo, funcionou como um espaço de confluências das relações sociais, envolvendo litógrafos, tipógrafos, autores e Estado, e como dispositivo institucional que visava à propaganda científica, à projeção dos seus produtores, à difusão e legitimação do conhecimento produzido e à socialidade científica.

²⁷⁸ Bourdieu, 1996, p. 53.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Fontes Manuscritas

ATAS do Conselho Diretor de Museu Nacional. Museu Nacional. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 15, Docs. 80, 103 e 113. 1876; Pasta 17, Doc. 119. 1878. MN.DR.AO.

ATAS de Concurso. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 22 Doc 123 de 1882. Pasta 24 Doc. 193. de 1885; Pasta 26 Doc. 49 de 1887. MN.DR.AO.

CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS AO MUSEU NACIONAL. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pastas 15 a 27. 1876 a 1888. MN.DR.AO. (vide Anexo IV).

NETTO, Ladislau. Carta ao imperador D. Pedro II de 30 de Maio de 1885. Biblioteca Nacional. Manuscritos. II, 35, 04, 017.

OFÍCIO do diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Livro 7. 1875-1881. BR.MN.RA.7.D7.

OFÍCIOS do diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 18, Doc. 68 de 1879; Pasta 25 Doc.117 de 1886. MN.DR.AO.

OFÍCIOS do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas relativas aos concursos do Museu Nacional. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 23 Doc. 130 e 133 de 1884; Pasta 24 Docs. 4, 234, 235, 236 de 1885; Pasta 25 Doc. 126 e 127 de 1886. MN.DR.AO.

OFÍCIOS do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas relativos à nomeação e contratação de funcionários. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 24 Doc. 21 e 211 de 1885. Pasta 26 Doc. 9 e 15 de 1887. MN.DR.AO.

OFÍCIOS do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas relativos à impressão e encadernação dos *Arquivos do Museu Nacional*. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 24 Doc. 5, 135 e 141 de 1885. MN.DR.AO.

ORÇAMENTOS de Tipografias. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 15, Docs 12, 13 e 14 de 1876; Pasta 16A, Doc. 82 e 82A de 1877. Pasta17 Doc 142 de 1878; Pasta 20, Doc. 201 e 225 de 1881; Pasta 22 Doc. 39 de 1883; Pasta 23 Doc. 103A e 138 de 1884; Pasta 24 Doc. 189 de 1885; Pasta 25 Doc. 9, 25, 35 e 75 de 1886; Pasta 26 Doc. 77 e 97 de 1887. MN.DR.AO.

Fontes Impressas

AMEGHINO, Florentino. L'Homme Préhistorique dans la Plata. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome II, 1879, p. 210-249. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

BULLETIN Bibliographique. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: Tome VI, 1877, p. 383. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO DE HISTORIADORES, GEÓGRAFOS E ANTROPÓLOGOS BRASILERIOS. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 4, 1993.

ESCHENAUER, A. Revue Brésilienne. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: III Série, Tome 10, 1887, p. 516-519. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

KATE, Ten. Sur les crânes de Lagoa-Santa. In: *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, III Série, Tome 8, 1885, p. 240-244. Disponível em <<http://www.persee.fr>>.

LETOURNEAU, Charles. Revue Italienne. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome III, 1880, p. 132-135. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

MANOUVRIER, L. Revue Rousse. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome V, 1882, p. 157-159. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

MARTINET, Ludovic. Matériaux pour l'histoire primitive de l'homme. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome VII, 1884, p.335-338. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

MISCELLANEA. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: Tome IV, 1875, p. 373. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

O BRASIL CONTEMPORÂNEO. SEMANÁRIO ILLUSTRADO. São Paulo, Ano I, nº 18, 27 mar. 1887.

O NOVO MUNDO. PERIÓDICO ILLUSTRADO DO PROGRESSO DA EDADE. Nova York, v. 3, n. 25, 23 nov.1872.

REGIMENTO INTERNO. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pasta 18. Doc. 9A. 1879. BR.MN.DR.AO

REGULAMENTO DE 1876 DO MUSEU NACIONAL. In: *Revista Arquivos do Museu Nacional*, v. 1. 1876. p. X-XII.

RELATÓRIO Anual do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1874. Disponível em <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

RELATÓRIO Anual do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1875. Disponível em <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

RELATÓRIO Anual do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1877. Disponível em <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

RELATÓRIO Anual do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1886. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil>>.

REVISTA ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1876-1887. Disponível em <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

RELATÓRIO ANUAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. 1885. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil>>.

REVUE D'ETHNOGRAPHIE. Paris, 1882-1886, Tomos 1, 2 e 5. Disponível em <www.gallica.bnf.fr>

REVUE Brésilienne. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome I, 1878, p. 152-157. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

REY, Philippe. Revue Bresilienne. In: *Revue d'Anthropologie*. Paris: II Série, Tome VI, 1883, p.537-540. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr>>.

VASCONCELLOS-ABREU. Rapport sur une publication intitulée: Archives du Musée National de Rio de Janeiro (1er volume; 1ère année). In: *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, II Série, tome 12, 1877. pp.145-149. Disponível em <<http://www.persee.fr>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. A Circulação Transatlântica dos Impressos. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. N. 1, maio 2011. São Paulo: USP/Ateliê Editorial.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da Diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. In: *Topoi. Revista de História*. Jul-Dez 2004. v. 5. n. 9.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. (org.) *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BALABAN, Marcelo. A Soberania dos Países Constitucionais: o público e o povo nos desenhos de Angelo Agostini. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v.8, n. 1, jan-jun 2012.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa Barreto. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: *Anais Eletrônicos do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008.

BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia Industrial de Papel Pirahy, 1984.

BERTRAND, Emilie. *La Présentation des Crânes Préhistoriques: de l'Exposition Universelle de 1878 à la création du Musée de l'Homme de 1937*. Paris: Museum National d'Histoire Naturelle. 2010. Master Erasmus Mundus (Quatenaire et Préhistoire).

BOSCHI, Caio César. Política e Edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Os Usos Sociais da Ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011a.

_____. *Por Uma Ciência das Obras. Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2011b.

BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010.

CASTRO FARIA, Luiz de. Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, nº 59, 1973.

_____. *A Antropologia no Brasil: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993.

_____. *Antropologia: escritos exumados 1. Espaço circunscrito: tempos soltos*. Niterói: EDUFF, 1998.

_____. *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EDUFF, 1999.

_____. *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: CNPq/Mast, 2006.

CAVENAGHI, Airton José. O Território Paulista na Iconografia Oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 14, n. 1, jan-jun 2006.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2013, 20ª ed.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*. Série Livros III. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966.

DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EdUsp/Fapesp, 2011.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência: um caso de política. As Relações entre as ciências Naturais e a Agricultura no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

_____. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império*. In: Maria Amélia Dantas (org). *Espaços de Ciência no Brasil. 1800-1930*. Rio de Janeiro, 2001.

D'ONÓFRIO, Salvatore. *Os Motivos da Sátira Romana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968. Tese (Doutorado em Letras).

DUARTE, Abelardo. *Ladislau Netto (1838-1894)*. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

EDLER, Flavio; FERREIRA, Luiz Otávio; e FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino*. In: Maria Amélia Dantes. *Espaços da Ciência no Brasil:1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ENCICLOPEDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. Lisboa: Editorial Verbo, 1964.

ENCICLOPEDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopaedia Britânica do Brasil, 1976.

FARIA, Ernesto (org). *Dicionário Escolar Latino-Português*. Rio de Janeiro: MEC, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1967. 4ª edição.

FIGUEROA, Silvia Fernanda de Mendonça. *A Comissão Geológica do Império do Brasil*. In: DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GABLER, Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, n.4.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de Si, Escrita da História* (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, Márcia. *Filosofia da Natureza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1988, n.1.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (orgs). *O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

JORDANOVA, Ludmilla. Science and National Identity. In CHARTIER, Roger e CORSI, Pietro. *Sciences et langues en Europe*. Paris: Ecola des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.

JUNQUA, Rogers Brubaker Frédéric. Au-delà de L'identité. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, vol. 139, septembre 2001.

JURATIC, Sabine. Da Prosopografia dos Livreiros ao Estudo das Redes do Livro: balanço e perspectivas de pesquisa. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. Nº 1, Maio 2011. São Paulo: USP/Ateliê Editorial.

HENSON, Pamela M. O Instituto Smithsonian: Arquivos e história da ciência. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, v. 26, n. 1.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1939)*. São Paulo: USP. 2008. Tese (Doutorado em História).

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta de e VERGARA, Moema de Rezende (orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (orgs). *O Poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LAURIÈRE, Christine. La Société des Américanistes de Paris: une société savante au service de l'américanisme. *Journal de la Société des Américanistes*, 2009, n.95, 2, p. 93-115.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOPES, Maria Margaret Lopes. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no Século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009, 2ª ed.

_____. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciência e Saúde*. Manguinhos. Vol. III (1). 1996.

_____. Cooperação Científica na América Latina no final do Século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais. In: *Revista Interciência*. Venezuela, 2000. v. 25, nº 05.

_____. O Local Musealizado em Nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX no Brasil. In: Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001a.

_____. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001b, v. 21, n. 41.

_____ e MURIELLO. Ciências e Educação em Museus no final do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, 2005. v. 12.

LOURENÇO, Mariana Simões. *Do Acervo ao Livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2014.

MARCOLIN, Neldson. Engenho e Arte: as contribuições de Theodoro Sampaio ao país, de Salvador a São Paulo. *Revista Pesquisa FAPESP*. São Paulo, dez, 2013 (Seção Memória).

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, 3ª ed.

MASSARANI, Luiza e MOREIRA, Ildeu de Castro. A Divulgação Científica no Rio de Janeiro: um passeio histórico e o contexto atual. In: *Revista Dossiê Temático*. Rio de Janeiro, n.11, set-dez, 2003. p. 38 a 69.

MONTEIRO, John Manuel. As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

NEVES, Roberto de Souza. *Dicionário de Expressões Latinas Usuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

OUVRY-VIAL, Brigitte. L'acte éditorial: vers une théorie du geste. In: *Communication et langages*. Nº 154, 2007. pp. 67-82.

PENNA, Heloísa Maria Moreira. *Implicações da Métrica nas Odes de Horácio*. 2007. (Tese). Doutorado em Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

PESTRE, Dominique. Por uma Nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG-Unicamp*, v. 6, n. 1, 1996

RANKEL, Luiz Fernando. *A Construção de uma Memória para a Nação: a participação do Museu Paranaense na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Paraná: Universidade Federal do Paraná. 2007. Dissertação (Mestrado em História).

REZENDE, Lívia Lazzaro. *Do Projeto Gráfico ao Ideológico: indústria gráfica e cultura visual no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Design). Rio de Janeiro, Puc-Rio, 2003.

RIVIALE, Pascal. L'américanisme français à la veille de la fondation de la Société des Américanistes. *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 81, 1995, pp. 207-229.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

SÁ, Guilherme J. S, SANTOS, Ricardo V., CARVALHO, Claudia R., SILVA, Elizabeth C. Crânios, Corpos e Medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional no fim do século XIX – início do XX. In: Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. *Raça como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SÁ, Magarli Romero. O Botânico e o Mecenaz: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências e Saúde*, Manguinhos, vol. III, 2001, 899-924.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMON, Schwartzman. *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa da ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*. 2012. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Os Museus de História Natural e a Construção do Indigenismo no Brasil. Notas para uma Sociologia das Relações entre Campo Intelectual e Campo Político no Brasil. *Comunicações do PPGAS*, v. 000013, p. 1-85, 1989.

TURIM, Rodrigo. *Tempos Cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

VELOSO JUNIOR, Crenivaldo Regis. *Os Curiosos da Natureza: Freire Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2013.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de Papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 28, 2001.

VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república*. 2003. Tese (Doutorado em História). PUC-Rio de Janeiro.

_____. Contexto e Conceitos: História da Ciência e Vulgarização Científica no Brasil do Século XIX. *Revista Interciência*. 2008, vol 33, Nº 005.

WARTELLE, Jean-Claude. La Societé d'Anthropologie de Paris de 1859 à 1920. In: *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*. Paris: Ed. Sc. Humaines, 2004, 10, 125-171.

ZOLA, Emile. *Le Roman Expérimental*. Paris: G. Charpentier Éditeur, 1880.

ANEXO I

Diretores, Subdiretores, naturalistas e membros correspondentes do Museu Nacional,
conforme publicado nos *Arquivos do Museu Nacional*

CARGO	1876	1877	1878	1879	1881	1885	1887
Diretor geral	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto
Secretário	João Joaquim Pizarro	João Joaquim Pizarro	João Joaquim Pizarro	João B. de Lacerda	João B. de Lacerda	Francisco José de Freiras	Francisco José de Freiras
1ª seção diretor	João Joaquim Pizarro	João Joaquim Pizarro	João Joaquim Pizarro	João Joaquim Pizarro	João Joaquim Pizarro	João Batista de Lacerda	João Batista de Lacerda
1ª seção subdiretor	João B. de Lacerda	João B. de Lacerda	João B. de Lacerda	João B. de Lacerda	João B. de Lacerda	Xxxxxx	Emílio Goldi
2ª seção diretor	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto
2ª seção subdiretor	Nicolau Joaquim Moreira	Nicolau Joaquim Moreira	Nicolau Joaquim Moreira	Nicolau Joaquim Moreira	Nicolau Joaquim Moreira	Collatino Marques S. Filho	Amaro F. N. Armond
3ª seção diretor	Charles F. Hartt	xxxxxx	xxxxxx	Orville A. Derby	Orville A. Derby	Orville A. Derby	Orville A. Derby
3ª seção subdiretor	Carlos Luiz Salles Jr.	Carlos Luiz Salles Jr.	Carlos Luiz Salles Jr.	xxxxxx	xxxxxx	Francisco José de Freiras	Francisco José de Freiras
Seção Anexa diretor	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto	Ladislau Netto
Membros correspondentes	C. F. Hartt Carlos Wiener D. S. F. Penna H. Gorceix	Carlos Wiener D. S. F. Penna H. Gorceix					
Naturalistas viajantes	D. S. F. Penna Fritz Muller	D. S. F. Penna Fritz Muller	D. S. F. Penna Fritz Muller	D. S. F. Penna Fritz Muller	D. S. F. Penna Fritz Muller	D. S. F. Penna Fritz Muller	Fritz Muller

ANEXO II

Artigos publicados nos *Arquivos do Museu Nacional*

Volume/Ano de publicação	Comissão de redação	Título/Autor
1/1877	Ladislau Netto	Estudos sobre os Sambaquis do sul do Brasil/ Carlos Wiener
		Nota sobre algumas tangas de barro cozido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó/ Charles Frederic Hartt
		Estudos sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos/Ladislau Netto
	Charles F. Hartt	Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso e denominado <i>Batrachyctys</i> /João Joaquim Pizarro
		Ação fisiológica do Urari/João Batista de Lacerda
	Carlos Luiz S. Junior	Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu/ Charles Frederic Hartt
		Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil/ João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto
		Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil – Nota sobre a conformação dos dentes/João Batista de Lacerda
		Breve notícia sobre os sambaquis do Pará/Domingos Soares Ferreira Penna
		Computo geral das coleções zoológicas existentes no Museu
2/1879	Ladislau Netto	Investigações Experimentais sobre a ação do veneno da <i>Bothrops Jararaca</i> / João Batista de Lacerda
		Aditamento às investigações precedentes/ João Batista de Lacerda
		A correlação das flores versicolores e dos insetos pronubos/ Fritz Muller
	Charles F. Hartt	As maculas sexuais dos indivíduos masculinos das espécies <i>Danaus Eripos</i> e <i>D. Gilipus</i> / Fritz Muller
		Os órgãos odoríficos das espécies <i>Epicália Acontius</i> Lin e de <i>Mycelia Orsis</i> Dru/ Fritz Muller
		Os órgãos odoríferos nas pernas de certos <i>Lepidopteros</i> / Fritz Muller
	João Batista de Lacerda	Os órgãos odoríferos nas pernas de certos <i>Lepidopteros</i> (Suplemento)/ Fritz Muller
		Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará/Domingos Soares Ferreira Penna
		Apêndice – Urnas do Maracá/Domingos Soares Ferreira Penna
		Observações sobre as duas urnas fig. 3ª e 4ª descritas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo <i>Antiguidades do Amazonas</i> , inserto na Revista <i>Ensaio de Ciência</i> /Domingos Soares Ferreira Penna
		Contribuições para a Geologia da região do Baixo Amazonas/ Orville Adalbert Derby
		Apontamentos sobre os Tembetás das Coleções Arqueológicas do Museu Nacional/Ladislau Netto
		Resumo do curso de Antropologia
3/1880	Ladislau Netto	Os órgãos odoríferos da <i>Artirhea Archea Hübner</i> / Fritz Müller
		Estudos Geológicos e Mineralógicos sobre algumas localidades de Minas Gerais – Prefácio/Henri Gorceix
	João Joaquim Pizarro	Estudo geológico e mineralógico da região E. de Ouro Preto, compreendida entre aquela cidade e a povoação do Taquaral e o rio do Carmo/aluno engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto Leandro Dupré Junior
		Estudo geológico da região de S. Bartolomeu e da mina de ouro da Tápera perto de Ouro Preto/aluno engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto Luiz Adolpho Correa da Costa
	João Batista de Lacerda	Algumas experiências com o veneno do <i>Bufo ictericus</i> /João Batista de Lacerda
		A prega costal das <i>Hesperideas</i> / Fritz Müller

		Investigações experimentais sobre o veneno do <i>Crotalus Horridus</i> / João Batista de Lacerda
		A Geologia da Região Diamantífera da Província do Paraná no Brasil/ Orville Adalbert Derby
		Larvas de Insetos Trichopteros/ Fritz Muller
		A Bacia Cretácea da Bahia de Todos os Santos/Orville A. Derby
		Observações sobre a Geologia – Aspecto da Ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos/Richard Rathbun
		Resumo do Curso de Botânica/Ladislau Netto
4/1881	Ladislau Netto	Insectologia. Metamorfose de uma <i>Heliconia</i> /Nicolau Joaquim Moreira
		Algumas palavras da língua dos Aruans/Domingos S. Ferreira Penna
		Descrição do <i>Elpidium Bromeliarium</i> /Fritz Muller
	Orville A. Derby	Cranios de Maracá/João Batista de Lacerda
		A metamorfose de um inseto Diptero – 1ª parte: Descrição do exterior da larva /Fritz Muller
	Nicolau J. Moreira	2ª parte: Anatomia da larva/Fritz Muller
		3ª parte: Anatomia da larva /Fritz Muller
		4ª parte: <i>Chrysalida</i> e Inseto Perfeito/ Fritz Muller
		Contribuição para o estudo da Geologia do Vale do Rio de São Francisco/ Orville Adalbert Derby
		Observações sobre algumas Rochas Diamantíferas da província de Minas Gerais/ Orville A. Derby
5/1881	Ladislau Netto	
	Orville A. Derby	Algumas Palavras/Ladislau Neto
	Nicolau J. Moreira	<i>Flora Fluminenses</i> / Fr. José Mariano da Conceição Veloso
6/1885	Ladislau Netto	Prefácio/Ladislau Neto
		Contribuições para a etnologia no vale do Amazonas/ Charles F. Hart
	Orville A. Derby	O Homem dos Sambaquis: Contribuição para a antropologia brasileira/ João Batista de Lacerda
		Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos/ José Rodrigues Peixoto
	João Batista de Lacerda	Advertência/ Ladislau Netto
	Investigações sobre a Arqueologia Brasileira/ Ladislau Netto	
7/1887	Ladislau Netto	Prefácio/Ladislau Netto
	Orville A. Derby Francisco José de Freitas	Contribuições à Paleontologia do Brasil/Charles A. White

ANEXO III

Autores e redatores dos *Arquivos do Museu Nacional* (por ordem alfabética)

Nome	Informações	O que publicou nos Arquivos/Volume
Carlos Luiz Salles Junior	Ministrou o curso de Mineralogia do Museu. Faleceu em 1878.	xxxxxxx
Charles Abianthar White	Paleontólogo da <i>Comissão Geológica Norte-Americana</i> e Diretor de Paleontologia do Museu Nacional dos Estados Unidos. Classificou a coleção de moluscos do Museu Nacional, enviada na época para os EUA, e publicou tal estudo nos <i>Arquivos</i> . Autor de <i>Contribuições à Paleontologia do Brasil</i> , de 1888. Foi geólogo do Estado de Iowa, em 1866-70, e professor de história natural na Universidade Estadual de Iowa em 1867-73. Era geólogo e paleontólogo do United States Geological Survey entre 1874 e 1892. Depois de 1895 foi um associado em paleontologia no Museu Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se membro da Associação Americana para o Avanço da Ciência em 1868, secretário-geral em 1872 e vice-presidente em 1888. Foi eleito presidente da Sociedade de Biologia de Washington em 1883 e reeleito em 1884. Ele foi ainda um dos membros da Sociedade Geológica da América e eleito membro da Academia Nacional de Ciências em 1889.	Contribuições à Paleontologia do Brasil / Vol. 7
Charles Frederic Hartt	Discípulo de Agassiz na Universidade Americana de Cambridge. Foi professor da Universidade de Cornell, onde lecionou geologia geral, econômica e agrícola. Chegou ao Brasil em 1865, junto com Louis Agassiz, Richard Rathbun, John C. Branner e Orville Albert Derby, todos integrantes da Thayer Expedition. Publicou em 1870 <i>Geology and Physical Geography of Brazil</i> . Foi chefe da Comissão Geológica do Império (1875-1877), a qual contribuiu expressivamente para a formação do acervo de várias seções do Museu Nacional e da qual participaram também Rathbun, Derby, Freitas, Branner, o fotógrafo Marc Ferrez, Herbert H. Smith, Luther Wagoner e Elias Fausto Pacheco Jordão. Hartt organizou a coleção de minerais que representou o Brasil na Exposição da Filadélfia. Faleceu em 1878, vítima de febre amarela.	Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu / Vol. 1
		Nota sobre algumas tangas de barro cozido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó / Vol. 1
		Contribuições para a etnologia no vale do Amazonas / Vol. 6 (póstuma)
Carl Wiener	Nascido em Viena, foi professor e comissionário do governo francês. Permaneceu no Brasil por um ano, partindo depois para o Peru.	Estudos sobre os Sambaquis do sul do Brasil /Vol.1
Domingos Soares Ferreira Penna	Coletou, juntamente com Ladislau Netto e outros estudiosos, objetos etnográficos e arqueológicos na Amazônia em fevereiro de 1882, os quais foram exibidos na Exposição Antropológica de 1882. Mineiro, viveu no RJ e no Pará a partir de 1858. Foi secretário de governo do Pará e do Amazonas, membro correspondente do IHGB, jornalista, professor do Liceu Paraense e da Escola Normal de Belém. Idealizou o Museu Paraense Emílio Goeldi, onde foi diretor em 1871, 1872, 1882 a 1884.	Breve notícia sobre os sambaquis do Pará/Vol.1
		Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará /Vol. 2
		Apêndice – Urnas do Maracá /Vol. 2
		Observações sobre as duas urnas fig. 3ª e 4ª descritas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo <i>Antiguidades do Amazonas</i> , inserto na Revista Ensaios de Ciência /Vol. 2
Algumas palavras da língua dos Aruans /Vol. 4		

Nome	Informações	O que publicou nos Arquivos/Volume
Francisco José de Freitas	Engenheiro. Atuou juntamente com Derby na coleta de exemplares geológicos, zoológicos, paleontológicos e botânicos de São Paulo, Minas Gerais e Vale do Paraíba. Integrou a Comissão Geológica do Império, ao lado de Hartt.	xxxxxxx
Fritz Muller	Formado em Medicina pela Universidade de Greifswald, Alemanha, veio morar no Brasil ainda jovem. Naturalizou-se brasileiro. Era naturalista no Museu Nacional, onde desenvolveu estudos de zoologia e botânica em Santa Catarina. Era amigo de Darwin, que o considerava colaborador da teoria transformista.. Foi exonerado do Museu em 1891 devido ao novo regulamento de 1890 que obrigava a assinatura diária do ponto. Faleceu em maio de 1897 em Blumenau.	<p>A correlação das flores versicolores e dos insetos pronubos /Vol.2</p> <p>As maculas sexuais dos indivíduos masculinos das espécies Danais Eripus e D. Gilipus /Vol.2</p> <p>Os órgãos odoríficos das espécies Epicália Acontius Lin e de Mycelia Orsis Dru /Vol.2</p> <p>Os órgãos odoríferos nas pernas de certos Lepidoptores /Vol. 2</p> <p>Os órgãos odoríferos da Artirhea Archea Hübner/Vol. 3</p> <p>A prega costal das Hesperideas/ Vol. 3</p> <p>Larvas de Insetos Trichopteros /Vol. 3</p> <p>Descrição do Elpidium Bromeliarium /Vol. 4</p> <p>A metamorfose de um inseto Diptero /Vol. 4</p>
Henrique Gorceix	Mineralogista francês, foi professor da Escola de Minas de Paris. Lecionou na Escola Francesa de Atenas e lutou na guerra franco-prussiana. A pedido de D. Pedro II, fundou em 1876 a Escola de Minas de Ouro Preto (inspirada no modelo da Escola de Minas de Saint-Etiéne) e a dirigiu até 1891. Criou em 1890 a Sociedade de Geografia Econômica também em Ouro Preto. Retornou a França e morreu em 1919.	Estudos Geológicos e Mineralógicos sobre algumas localidades de Minas Gerais – Prefácio/ Vol. 3
João Batista de Lacerda	Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Professor honorário da Faculdade de Medicina de Santiago do Chile. Ex-presidente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Membro correspondente da Sociedade de Antropologia de Berlim, da Sociedade de Antropologia de Paris, da Sociedade de Antropologia e Etnologia de Florença, da Sociedade de Higiene de Paris, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Médica Argentina. Premiado com a medalha de bronze na Exposição Antropológica de Trocadero em 1878 e na Exposição Universal de Chicago de 1892.	<p>Ação fisiológica do Urari / Vol. 1</p> <p>Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil / Vol. 1</p> <p>Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil – Nota sobre a conformação dos dentes / Vol. 1</p> <p>Investigações Experimentais sobre a ação do veneno da Bothrops Jararaca / Vol. 2</p> <p>Aditamento às investigações precedentes / Vol. 2</p> <p>Algumas experiências com o veneno do Bufo ictericus / Vol. 3</p> <p>Investigações experimentais sobre o veneno do Crotalus Horridus / Vol. 3</p> <p>Crânios de Maracá / Vol. 4</p> <p>Nota sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos / Vol. 4</p> <p>O Homem dos Sambaquis: Contribuição para a antropologia brasileira / Vol. 6</p>

Nome	Informações	O que publicou nos Arquivos/Volume
João Joaquim Pizarro	Docente da Faculdade de Medicina. Fundou em 1883, junto com outros, a Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro. Foi encarregado do curso de Zoologia no Museu Nacional e exonerado do Museu em 1883 devido à proibição de acúmulo de cargos públicos.	Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso e denominado <i>Batrachyctys</i> / Vol. 1
Frei José Mariano da Conceição o Veloso	Sacerdote, professor e botânico brasileiro. Estudou Filosofia e Teologia no Rio de Janeiro, no convento franciscano de Santo Antônio. Ordenou-se em 1766. Poucos anos depois transferiu-se para São Paulo, onde ministrou aulas da Geometria e Retórica no Convento de São Francisco. Coletou espécimes animais, vegetais e minerais na então província do Rio de Janeiro entre 1783 e 1790, que foram insumos para sua obra posterior <i>Florae Fluminensis</i> , escrita entre 1825-1831. Em 1790 foi a Lisboa, quando começou a classificar espécies da flora e fauna, enquanto trabalhava no Real Museu e Jardim da Ajuda e na Academia Real das Ciências de Lisboa. Sob a proteção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1799 a 1801, tornou-se diretor da Oficina <i>Typographia Chalcographica</i> , <i>Typoplastica</i> , e <i>Litteraria do Arco do Cego</i> , em Lisboa.	<i>Flora Fluminensis</i> / Vol. 5
José Rodrigues Peixoto	Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Especialista das moléstias de vias urinárias, envolveu-se com várias empresas de comércio e indústria (Casa de Comissão de Café, Fábrica de Tecidos da Estrella, diretor da Companhia de Fiação e Tecidos São Pedro de Alcantara). Foi membro da Comissão Fiscal do Banco do Comércio do Rio de Janeiro. Serviu na Antiga Junta Central de Higiene como membro da Comissão Sanitária da Glória. Foi sócio da Sociedade Médica do Rio de Janeiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Segundo Sacramento Blake, foi responsável pelo catálogo dos crânios e esqueletos que figuraram na Exposição Antropológica de 1882. Traduziu o livro inédito do C. F. Hartt <i>Esboço de uma gramática da língua tupi moderna</i> .	Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil/ Vol. 1
		Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos/ Vol. 6
Ladislau de Souza Mello Netto	Era naturalista, botânico e arqueólogo. Kursou as escolas de Sorbonne e o Jardim das Plantas de Paris. Era membro da Sociedade Antropológica de Washigton, da American Geology Society, da Societé Botanique de France, da Sociedade Linneana de Paris, da Sociedade de História Natural de Gherburgo e Ratisbona, da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto de Botânica do grão-Ducado de Luxemburgo, da Sociedade Velosiana do Rio de Janeiro, do IHGB, do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Estudou, com outros naturalistas e a convite da Academia de Ciências e do Ministério da Instrução Pública, a flora da Argélia. Foi o realizador da Exposição Antropológica Brasileira em 1882. Participou de Conferência em Buenos Aires em 1882, da Exposição Industrial de Nova Orleans em 1884 e da Exposição Universal de Paris em 1889. Representou o Brasil no VII Congresso Internacional de Americanistas realizado em Berlim em 1888 e na Exposição Internacional de Chicago em 1892. Recebeu medalha honorífica do imperador da Alemanha em 1890.	<p>Prefácio / Vols. 1, 5, 6 e 7.</p> <p>Estudos sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos / Vol. 1</p> <p>Apontamentos sobre os Tembetás das Coleções Arqueológicas do Museu Nacional / Vol. 2</p> <p>Resumo do curso de Botânica/ Vol. 3</p> <p>Investigações sobre a Arqueologia Brasileira / Vol. 6</p>
Leandro Dupré Junior	Aluno engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto	Estudo geológico e mineralógico da região E. de Ouro Preto, compreendida entre aquela cidade e a povoação do Taquaral e o rio do Carmo / Vol. 3
Luiz Adolpho Correa da Costa	Aluno engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto	Estudo geológico da região de S. Bartolomeu e da mina de ouro da Tápera perto de Ouro Preto/Vol. 3

Nome	Informações	O que publicou nos Arquivos/Volume
Nicolau Joaquim Moreira	Formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi diretor do Jardim Botânico de 1883 a 1887 e presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1880 a 1894. Ministrou o curso sobre Agricultura no Museu em 1876. Publicou em 1867 o <i>Manual de Química Agrícola</i> , às expensas da SAIN, da qual já era sócio. Foi redator do <i>O Auxiliador</i> e da <i>Revista Agrícola</i> do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Integrou também a Comissão de Química Industrial da SAIN. Foi exonerado do Museu em 1884.	Insectologia. Metamorfose de uma Heliconia / Vol. 4
Orville Adalbert Derby	Sucessor de Hartt no Museu Nacional. Chegou ao Brasil em 1869. À época era estudante da Universidade de Cornell, e integrou a expedição geológica (Expedição Morgan – 1870 a 1871) à Amazônia, chefiada por Hartt. Integrou também a Comissão Geológica do Império. Organizou as coleções de mineralogia e paleontologia do Museu Nacional e dedicou-se a conclusões daquela expedição. Derby fez importantes trabalhos de geologia na Bacia do Paraná, nos anos de 1879 e 1883, acompanhou, enquanto diretor da Seção, a Comissão Hidrográfica para estudos do rio São Francisco e os estudos dos cinturões centrais de ouro e diamante de Minas Gerais. Dirigiu e fundou a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886-1904). Ele estreitou os laços do Museu com instituições científicas norte-americanas – principalmente o Smithsonian, incentivando a permuta de objetos – , coletou produtos junto com Freitas e dirigiu o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Permaneceu no Museu até 1890.	Contribuições para a Geologia da região do Baixo Amazonas / Vol. 2
		A Geologia da Região Diamantífera da Província do Paraná no Brasil / Vol. 3
		A Bacia Cretácea da Bahia de Todos os Santos / Vol. 3
		Contribuição para o estudo da Geologia do Vale do Rio de São Francisco / Vol. 4
		Observações sobre algumas Rochas Diamantíferas da província de Minas Gerais / Vol. 4
Richard Rathbun	Integrou a Comissão Geológica do Império, chefiada por Charles Hartt, e retornou aos EUA após o seu término. Compôs as estampas do artigo de Charles A. White publicado nos <i>Arquivos</i> . Foi secretário assistente (diretor) do Museu de História Natural dos EUA, Smithsonian Institution, de 1897 a 1918.	Observações sobre a Geologia – Aspecto da Ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos/Vol. 3

ANEXO IV

Correspondências enviadas ao Museu Nacional relativas ao recebimento dos *Arquivos*

PAÍS	REMETENTE	LOCALIZAÇÃO	DATA
Alemanha	Academia Imperial Leopoldina Carolina de Naturalistas de Halle	Pasta 19 Doc. 80	04/1880
		Pasta 19 Doc. 80	10/1878
	Academia Real de Freiberg	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Associação de História Natural em Württemberg	Pasta 23 Doc. 103B	06/1884
	Associação de História Natural de Offenbache	Pasta 27 Doc. 134	12/1888
	Associação dos Amigos das Ciências Naturais em Mecklenburgo	Pasta 16 Doc. 43	03/1877
	Associação para a Ciências Naturais em Brunswick	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Biblioteca da Real Universidade de Erlangen	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Biblioteca da Universidade em Freiburg	Pasta 27 Doc. 134	11/1888
	Biblioteca da Universidade de Heidelberg	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Biblioteca da Universidade de Leipzig	Pasta 19 Doc. 80	05/1880
	Biblioteca da Universidade do Grão-Ducado de Baden	Pasta 19 Doc. 80	07/1880
	Biblioteca Pública Real em Dresden	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Biblioteca Real da Universidade de Gottingen	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Biblioteca Real da Universidade de Würzburg	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Instituto Mineralógico e Geológico da Universidade de Heidelberg	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Jardim Botânico de Greifswald	Pasta 20 Doc. 103	06/1881
	Jardim Botânico Real de Dresde	Pasta 20 Doc. 197	11/1881
	Museu de Etnologia em Leipzig	Pasta 27 Doc. 134	12/1888
	Museu de História Natural de Hamburgo	Pasta 21 Doc.47	03/1882
	Museu Mineralógico da Universidade Leipzig	Pasta 27 Doc. 135	11/1888
	Museu Real em Berlim	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Real Academia de Ciências de Berlim	Pasta 27 Doc. 134	11/1888
Sociedade Científica de Gottingen	Pasta 27 Doc. 134	11/1888	
Sociedade Saxônica de Ciências em Leipzig	Pasta 27 Doc. 134	10/1888	
Sociedade <i>Wetterauische</i> para História Natural em Hanau	Pasta 27 Doc. 134	11/1888	
Argélia	Sociedade Arqueológica do Departamento de Constantine	Pasta 19 Doc. 80	05/1880
Argentina	Academia Nacional de Ciências	Pasta 16 Doc. 37	03/1877
		Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Biblioteca Nacional de Buenos Aires	Pasta 16 Doc. 49 ^a	04/1877
		Pasta 16 A Doc. 114	09/1877
	Museu Público de Buenos Aires	Pasta 16 Doc. 33A e B	03/1877
	Observatório Nacional Argentino	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Científica Argentina	Pasta 16 Doc. 2	01/1877
		Pasta 16 Doc. 30	03/1877
		Pasta 16 Doc. 34	03/1877
Pasta 27 Doc. 134		10/1888	
Sociedade Geográfica Argentina	Pasta 27 Doc. 134	07/1888	
Áustria-Hungria	Museu Nacional de Caríntia	Pasta 15 Doc. 118	10/1876
	Real Instituto Geológico da Hungria	Pasta 27 Doc.134	05/1888
	Real Sociedade Bohemia de Ciências em Praga	Pasta 26 Doc. 11	03/1887

PAÍS	REMETENTE	LOCALIZAÇÃO	DATA
Bélgica	Academia Real de Ciências, de Letras e Belas Artes	Pasta 16 Doc. 50	04/1877
		Pasta 16 A Doc. 131	10/1877
	Círculo de Ciências e Belas Artes de Huy	Pasta 27 Doc. 134	12/1888
	Jardim Botânico de Bruxelas	Pasta 19 Doc. 80	03/1880
	Jardim Botânico de Liège	Pasta 18 Doc. 91	07/1879
	Jardim Real de Zoologia, Horticultura e d'Agrément de Bruxelas	Pasta 19 Doc. 80	03/1880
	Observatório Real de Bruxellas	Pasta 19 Doc. 80	03/1880
	Sociedade Central de Agricultura da Bélgica	Pasta 16 Doc. 60 B	05/1877
	Sociedade de Geologia da Bélgica	Pasta 19 Doc. 83	03/1880
	Sociedade Real de Botânica da Bélgica	Pasta 19 Doc. 80	05/1880
	Sociedade Real de Ciências de Liège	Pasta 16 Doc. 41	03/1877
	Sociedade Real Malacológica da Bélgica	Pasta 24 Doc. 182	09/1885
	Universidade de Bruxelas	Pasta 20 Doc. 123	07/1881
Brasil	Biblioteca da Associação Promotora de Instrução do Rio de Janeiro	Pasta 22 Doc. 93	06/1883
	Biblioteca da Câmara Municipal da Corte	Pasta 24 Doc. 116	06/1885
	Biblioteca de Palmares	Pasta 21 Doc. 207	10/1882
	Biblioteca de Mogimirim	Pasta 24 Doc. 227	11/1885
	Biblioteca Independência em Itaqui (RS)	Pasta 21 Doc. 21	01/1882
	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Pasta 24 Doc. 158	08/1885
	Biblioteca Pública da Bahia	Pasta 26 Doc. 54	09/1887
	Biblioteca Pública da Província do Espírito Santo	Pasta 21 Doc. 205	10/1882
		Biblioteca Pública de Maceió	Pasta 16 Doc. 49
	Pasta 16 Doc. 51 ^a		04/1877
	Clube Literário de Campo Largo no Paraná	Pasta 16 Doc. 48 ^a	04/1877
	Clube Bibliotecário Acadêmico da Escola Militar	Pasta 21 Doc. 167	08/1882
	Clube Republicano Casa-Branquense (SP)	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Colégio Pedro II	Pasta 15. Doc. 70	06/1876
		Pasta 24 Doc. 115	06/1885
	Escola Politécnica do Rio de Janeiro	Pasta 24 Doc. 139	07/1885
	Faculdade de Medicina da Bahia	Pasta 24 Doc. 94	05/1885
	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Pasta 18 Doc. 69	05/1879
		Pasta 23 Doc. 184	11/1884
	Gabinete Cearense de Leitura	Pasta 16 Doc. 12	02/1877
	Gabinete de Leitura Atheneu Ubatubense (SP)	Pasta 22 Doc. 127	08/1883
	Instituto Americano de Engenheiros de Minas	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Instituto Politécnico Brasileiro	Pasta 18 Doc. 63	04/1879
	Palácio da Presidência da Província da Bahia	Pasta 25 Doc. 46	03/1886
	Palácio da Presidência da Província do Ceará	Pasta 21 Doc. 4	01/1882
	Palácio da Presidência da Província do Maranhão	Pasta 20 Doc. 239	12/1881
	Palácio da Presidência da Província do Pará	Pasta 20 Doc. 242	12/1881
	Palácio da Presidência da Província da Paraíba	Pasta 20 Doc. 231	12/1881
	Palácio da Presidência da Província do Paraná	Pasta 20 Doc. 240	12/1881
	Palácio da Presidência da Província de Pernambuco	Pasta 20 Doc. 233	12/1881
	Palácio da Presidência da Província do Rio Grande do Norte	Pasta 20 Doc. 230	12/1881
	Palácio da Presidência da Província do Rio Grande do Sul	Pasta 21 Doc. 22	01/1882
	Palácio da Presidência da Província de Santa Catarina	Pasta 20 Doc. 238	12/1881
Pasta 27 Doc. 50- 54		06/1888	
Sociedade de Estudos Psicológicos Deus, Cristo e Caridade	Pasta 16 Doc. 17	02/1877	

PAÍS	REMETENTE	LOCALIZAÇÃO	DATA
Brasil (continuação)	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro	Pasta 24 Doc. 2	01/1885
		Pasta 24 Doc. 140	07/1885
	Sociedade Tipográfica Rio Grandense	Pasta 18 Doc. 54	04/1879
Canadá	Biblioteca Pública de Toronto	Pasta 27 Doc. 134	08- 09/1888
	Instituto Canadense	Pasta 27 Doc. 134	12/1888
	Sociedade de Numismática e Arqueologia de Montreal	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Survey Geológico e de História Natural do Canadá	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Universidade Laval em Quebec	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
Chile	Museu de Santiago	Pasta 16 Doc. 57	04/1877
Cuba	Real Academia de Ciências Médicas, Físicas e Naturais de Habana	Pasta 26 Doc. 1ª	01/1887
Dinamarca	Academia Real Dinamarquesa de Ciências e de Letras	Pasta 20 Doc. 207	11/1881
		Pasta 19 Doc. 80	06/1880
	Sociedade Botânica de Copenhague	Pasta 20 Doc. 176	10/1881
Egito	Sociedade Khédiviale de Geografia em Cairo	Pasta 23 Doc. 99ª	06/1884
Espanha	Biblioteca do Museu de Ciências Naturais de Madri	Pasta 20 Doc.221	12/1881
	Sociedade de Geografia de Madrid	Pasta 16 Doc. 31B	03/1877
Estados Unidos	Academia de Artes e Ciências de Connecticut	Pasta 19 Doc. 80	05/1880
		Pasta 23 Doc. 168B	10/1884
	Academia de Ciências de Chicago	Pasta 16 Doc. 18	02/1877
	Academia de Ciências de Nova Orleans	Pasta 23 Doc. 165B	10/1884
	Academia Peabody de Ciências, Salem	Pasta 27 Doc. 135	08/1888
	Academia de Ciências Naturais de Minnesota	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Associação Científica de New Britain	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Biblioteca Astor de Nova York	Pasta 27 Doc. 134	07/1888
	Biblioteca da Filadélfia	Pasta 23 Doc. 38A	02/1884
	Biblioteca da Universidade de Cornell	Pasta 27 Doc. 134	09/1888
	Biblioteca da Universidade de Harvard	Pasta 27 Doc.134	07/1888
	Biblioteca da Universidade de Iowa	Pasta 27 Doc. 134	09/1888
	Biblioteca da Universidade de Yale	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Biblioteca do Columbia College de Nova York	Pasta 27 Doc. 135	07/1888
	Biblioteca do Gabinete do Cirurgião Geral de Washington	Pasta 27 Doc.134	07/1888
		Biblioteca do Geological Survey de Washington	Pasta 20 Doc. 227
		Pasta 27 Doc. 134	07/1888
	Biblioteca do Museu de Zoologia Comparada de Havard College	Pasta 27 Doc. 135	08/1888
	Biblioteca Pública de Boston	Pasta 23 Doc. 27A	02/1884
	Biblioteca Pública do Estado de Nova York	Pasta 27 Doc.134	07/1888
	Bureau de Educação do Departamento do Interior de Washington	Pasta 26 Doc. 46	07/1887
	Comissão de Peixe e Pesca em Washington	Pasta 27 Doc. 134	07/1888
	Faculdade Agrícola de Michigan	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Instituto de Ciências Naturais de Saint Augustim na Flórida	Pasta 27 Doc. 134	11/1888
	Instituto Franklin do Estado da Pensilvânia	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Instituto Peabody de Baltimore	Pasta 27 Doc.134	07/1888
		Pasta 19 Doc. 80	04/1880
		Pasta 23 Doc. 139A	08/1884.
		Pasta 27 Doc. 135	07/1888
		Pasta 27 Doc. 134	08/1888

PAÍS	REMETENTE	LOCALIZAÇÃO	DATA
Estados Unidos (continuação)	Liceu de História e Ciências Naturais em Mount Holly	Pasta 27 Doc.134	08/1888
	Museu de História Natural de Illinois	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Museu de História Natural de Nova York	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Museu <i>Peabody</i> de Arqueologia e Etnologia da Universidade de Harvard	Pasta 27 Doc.134	07/1888
	Museu Teyler em Harlem	Pasta 27 Doc.134	01/1888
	Observatório Naval dos Estados Unidos	Pasta 27 Doc. 134	07/1888
	Secretaria de Estatística de Indiana	Pasta 27 Doc.134	07/1888
	Secretaria de Mineração do Estado da Califórnia	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Americana de Engenheiros Civis	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Científica de Bridgeport	Pasta 27 Doc. 134	07/1888
	Sociedade Científica do Colorado	Pasta 27 Doc.134	08/1888
	Sociedade de Antiguidade de Worcester	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Antiquário Americano em Worcester	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade de Ciência e Arte em Charleston	Pasta 27 Doc. 135	07/1888
	Sociedade de História Natural de Santa Bárbara	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade de História Natural de Worcester	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Holandesa de Ciências de Harlem	Pasta 19 Doc. 80	09/1880
		Pasta 19 Doc. 80	09/1879
	Sociedade Histórica de Connecticut	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Histórica de Oneida de Nova York	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Sociedade Histórica de Rhode Island	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Histórica do Estado de Wisconsin em Madison	Pasta 27 Doc. 83	08/1888
	Sociedade Histórica do Estado de Kansas	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Microscópica de Nova York	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Sociedade Naturalista de Danzig	Pasta 27 Doc. 135	10/1888
	<i>Survey</i> Geodésico e da Costa dos Estados Unidos	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	<i>Survey</i> Geológico e de História Natural da Universidade de Minnesota	Pasta 27 Doc. 134	10/1888
	Universidade da Califórnia	Pasta 27 Doc. 134	08/1888
	Universidade de Boston	Pasta 27 Doc. 134	07/1888
	Universidade da Pensilvânia	Pasta 15 Doc. 100A	08/1876
	Universidade do Texas	Pasta 27 Doc. 134	09/1888
Wagner Instituto Livre de Ciências da Filadélfia	Pasta 27 Doc.134	07/1888	
França	Academia de Ciências e Letras de Montpellier	Pasta 18 Doc. 74	05/1879
		Pasta 19 Doc. 80	s/d
	Academia de Letras, Ciências, Artes e Agricultura de Metz	Pasta 16 Doc. 69	06/1877
	Biblioteca Nacional da Imperial Universidade de Strassburg	Pasta 27 Doc. 134	11/1888
	Museu de História Natural de Bordeaux	Pasta 20 Doc. 101	06/1881
	Sociedade Central de Horticultura do Departamento da Seine	Pasta 20 Doc. 114	07/1881
	Sociedade de Aclimação de Paris	Pasta 16 Doc. 52A	04/1877
	Sociedade de Agricultura, Ciências e Artes de Agen	Pasta 24 Doc. 91	05/1885
	Sociedade de Agricultura, Ciências e Belas Letras de Orleans	Pasta 20 Doc.143	08/1881
	Sociedade de História Natural de Colmar	Pasta 20 Doc. 100	06/1881
		Pasta 19 Doc. 80	04/1880
	Sociedade de História Natural de Toulouse	Pasta 16 Doc. 60 C	05/1877
Pasta 18 Doc. 9		01/1879	

PAÍS	REMETENTE	LOCALIZAÇÃO	DATA
França (continuação)	Sociedade Geológica da França	Pasta 27 Doc. 135	10/1888
	Sociedade Linneana de Bordeaux	Pasta 20 Doc. 115	07/1881
Grã-Bretanha e Irlanda	Instituto Antropológico da Grã Bretanha e Irlanda	Pasta 19 Doc. 80	12/1880
	Jardim Botânico Real de Edimburgo	Pasta 20 Doc. 122	07/1881
	Museu Britânico	Pasta 19 Doc. 80	06/1880
	Sociedade Arqueológica de Glasgow	Pasta 20 Doc. 148	08/1881
	Sociedade de Geologia de Manchester	Pasta 20 Doc. 195	11/1881
	Sociedade de Geologia de Edimburgo	Pasta 16 Doc. 45A	03/1877
		Pasta 19 Doc. 80	06/1880
		Pasta 19 Doc. 80	04/1880
	Sociedade de História Natural de Belfast	Pasta 19 Doc. 80	09/1880
Pasta 19 Doc. 80		10/1880	
Sociedade Real de Geologia da Irlanda	Pasta 16 Doc. 60 A	05/1877	
Grécia	Museu Botânico da Universidade de Atenas	Pasta 18 Doc. 56	03/1879
Índia	Museu da Índia	Pasta 19 Doc. 80	09/1880
		Pasta 19 Doc. 80	11/1880
Itália	Academia de Ciências, Letras e Artes de Módena	Pasta 17 Doc. 94	10/1878
	Academia Real de Ciências de Torino	Pasta 18 Doc. 45	03/1879
	Biblioteca Nacional de Brera, Milão	Pasta 20 Doc. 188	10/1881
	Museu de Geologia da Universidade de Nápoles	Pasta 16 Doc. 38	03/1877
	Museu Nacional de Antropologia e Etnologia de Firenze	Pasta 16 Doc. 63 B	05/1877
	Sociedade Toscana de História Natural	Pasta 17 Doc. 10	02/1878
México	Observatório Meteorológico Central do México Sociedade Científica Antoine Alzate	Pasta 19 Doc. 80	08/1880
		Pasta 25 Doc.83	07/1885
		Pasta 27 Doc. 134	08/1888
Países Baixos	Academia Real de Ciências de Amsterdam	Pasta 16 Doc. 63 A	05/1877
		Pasta 18 Doc. 8	01/1879
	Instituto Real Grand-Ducal de Luxemburgo	Pasta 19 Doc. 80	04/1880
	Museu Real Holandês Etnográfico de Leide	Pasta 19 Doc. 17	04/1880
	Observatório de Leiden	Pasta 20 Doc. 158	09/1881
	Sociedade Botânica de Luxemburgo	Pasta 19 Doc. 80	09/1880
	Sociedade Entomológica dos Países Baixos	Pasta 16 Doc. 58	04/1877
	Sociedade Holandesa para o progresso da Indústria	Pasta 15 Doc. 121	10/1876
		Pasta 19 Doc. 81A	02/1880
	Sociedade Real de Zoologia de Amsterdam	Pasta 17 Doc. 112	12/1878
Sociedade Zelandesa de Ciências de Midelburgo	Pasta 19 Doc. 80	10/1880	
Sociedade Zoológica Real de Amsterdam	Pasta 20 Doc. 147	08/1881	
Polônia	Sociedade dos Amigos de Ciências em Poznan	Pasta 27 Doc.134	11/1888
Portugal	Academia Real de Ciências de Lisboa	Pasta 15 Doc. 142	12/1876
		Pasta 17 Doc. 5	01/1878
		Pasta 20 Doc. 145	08/1881
	Museu de Lisboa	Pasta 16 Doc. 23	02/1877
Rússia	Academia Imperial de Ciências de São Petesburgo	Pasta 20 Doc. 203	11/1881
	Sociedade de Naturalistas de Kiew	Pasta 27 Doc. 134	11/1888
	Sociedade Imperial dos Naturalistas de Moscou	Pasta 20 Doc. 117	07/1881
		Pasta 19 Doc. 80	03/1880
Suíça	Sociedade de Naturalistas de Basel	Pasta 20 Doc. 106	06/1881
		Pasta 19 Doc. 80	08/1880
	Universidade de Zurich	Pasta 20 Doc. 113	07/1881
Uruguai	Biblioteca Nacional de Montevideú	Pasta 24 Doc.165	08/1885

ANEXO

QUANTIDADE DE TÍTULOS RECEBIDOS COMO PERMUTA DOS ARQUIVOS DO MUSEU

CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	Volume 2	Volume 3	Volume 4	Volume 5	Volume 6	Volume 7	
			1877	1878	1879	1880	1881	1882	1882 a 1886
África	África do Sul	Cabo da Boa Esperança					1		
	Algéria	Alger				1		1	
		Constantina							1
América do Norte	Egito	Alexandria		1	1				
		Halifax						1	
	Canadá	Montreal						1	
		Ottawa						1	
		Toronto		1				1	
	Estados Unidos	Baltimore		1					1
		Boston		1	3		3		1
		Cambridge	1	3	2		6	4	6
		Chicago							1
		Cincinnati							2
		Ghent					1		
		Harrisburgo			1	2	1	1	2
Indianapolis				1					
Ithaca						1		1	
Madison								1	
	Nashville		1						
	Nova Haven					1	1		
	Nova Orleans		1						
	Nova York	1	4	2	3	3	1	8	
	Philadélfia	11	1	1	2	1		2	
	Richmond							1	
	Rochester	1	1					1	
	Salem							1	
	São Francisco							1	

CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	Volume 2	Volume 3	Volume 4	Volume 5	Volume 6		Volume 7	
			1877	1878	1879	1880	1881	1882	1882 a 1886	
América do Norte	Estados Unidos	Saratoga				1				
		Urbana				1				
	Washington	4	3	9	4	4	4	13		
América Central	México	México	3	4	2	2	6	4	9	
	Antilhas	Guadalupe							1	
		Bahia								3
	Campanha	Campanha								1
		Campos/RJ			1					
	Curitiba	Curitiba		1	4	1	4	1	2	
		Cuiabá								2
	Desterro	Desterro								3
		Fortaleza/CE	2	2	1	2	1	3	5	
	América do Sul	Brasil	Joinville				1			
Maceió			4	3	3	2	5	5	7	
Manaus			1	1		1				3
Niterói										4
Ouro Preto										2
Pará										2
Paraíba										2
Piranhas/AL						1				
Pouso Alegre							1	1		
Recife/PE							4	2	6	
Rio de Janeiro	28	25	16	21	19	19	43			
Rio Negro				1						
Santarem	1	1		1						
Santos	1	1								
São Luiz/MA	1	1	2	1	3	2	4			
São Paulo								6		
Teresina								1		
Valença/RJ			1	1						
Vassouras/RJ	1	1	1	1	1	1	1			
Vitória								3		

CONTINENTE	PAIS	CIDADE	Volume 2 1877	Volume 3 1878	Volume 4 1879	Volume 5 1880	Volume 6 1881 1882	Volume 7 1882 a 1886	
América do Sul	Chile	Santiago		1	1			4	
		Valparaizo						1	
	Argentina	Buenos Ayres	9	8	13	2	7	6	20
		Cordoba	7	1	2	1	1	1	
	Uruguai	Montevidéu						1	
	Venezuela	Caracas		1					2
		India	Calcutá					2	4
	Ásia	Java	Madrasta					3	
			Batavia				1	1	1
		Australia	Melbourne			1	1		
Sidney									2
Europa	Alemanha	Annaberg				1		1	
		Augsburgo						1	
		Berlim	1	1	3	1	3	3	12
		Bonna							1
		Braunschweig				1		1	1
		Bremen	1	1		1	1	1	1
		Breslau	1		1				4
		Carlsruhe					1		1
		Cassel							1
		Coburgo	1						1
	Alemanha	Dantzick				1			1
		Dresde						1	2
		Frankfurt	1	1				1	4
		Freiburgo					1		1
		Gera					1		
		Gotingen	1						
		Giessen					1		1
		Hala				1			1
		Hamburgo			1	1		1	1
Hannover			1			1	1		

CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	Volume 2	Volume 3	Volume 4	Volume 5	Volume 6		Volume 7	
			1877	1878	1879	1880	1881	1882	1882 a 1886	
Europa	Alemanha (continuação)	Heidelberg	1		1	1	1	1	2	1
		Kiel				2	1			5
		Konigsberg				1				
		Lipsia	3	4	1	2	3	2	2	2
		Luneburgo				1				1
		Manheim								1
		Marburgo					1			
		Munique				1				3
		Nova Brandeburgo		1						1
		Norimberga								1
		Offenbach				1				1
	Passau								1	
	Regensburg								1	
	Reichenbach				1					
	Stettin								1	
	Strasburgo								2	
	Stuttgart								3	
	Sulzbach				1					
	Tubingue							1	1	
	Budapeste							3	1	
	Gratz							1	1	
Hermanstad		1								
Innsbruck								1		
Klausemburgo								5		
Linz		1			1			1		
Vienna		1	1	1	3			8		
Antuérpia							1	4		
Bruxelas		3	8	1	10	10	9	21		
Liege			1				1	5		
Louvain								2		
Mons							1	1		

CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	Volume 2	Volume 3	Volume 4	Volume 5	Volume 6		Volume 7
			1877	1878	1879	1880	1881	1882	1882 a 1886
Europa	Dinamarca	Copenhague	1		1	3	4	4	10
		Aix							1
		Amiens							1
		Angers			1				
		Asnieres					1		
		Besançon						1	1
		Bordéus							1
		Caen						1	1
		Cherburgo						2	
		Colmar							
		Dijão							1
		Douai							2
		Falaise		1					
		Hyères		1			1		
		Lyon			1				1
		Marselha							4
		Metz		1	1	1	1	1	1
		Montpellier						1	1
		Mulhouse						1	
		Nancy							1
		Orleans						1	1
		Paris		11	14	26	11	7	10
		Perpignan							24
	Royan-Les-Bains							1	
	Ruão						1	1	
	Toulouse		1	1			2	3	
	Toulon							1	
	Aberdeen						1		
	Belfast						1	1	
	Cornwall							1	
	Edimburgo		1		1			1	
	Glasgow							4	
								2	

CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	Volume 2	Volume 3	Volume 4	Volume 5	Volume 6		Volume 7	
			1877	1878	1879	1880	1881	1882	1882 a 1886	
Europa	Grã-Bretanha e Irlanda (continuação)	Liverpool						1		
		Londres	1	13	5	3	3	2	11	
		Manchester	1	1	1	1	1	1	1	
		Penzance	1			1	1	1	1	
	Grécia	Plymouth	1			1				
		Atenas		1	2					
	Espanha	Barcelona					1		1	
		Madrid	1	1			1		1	
	Império Otomano	Constantinopla								
				2						
	Itália	Bolonha		2						2
			Caserta		1					
		Catania						1		1
			Chiavari				1		2	1
		Fiolese	1							
		Florença		2	2		1	1	2	6
			Genova	3			1	1	1	1
		Milão		3		2	1	2		3
			Modena							1
		Nápoles					2			2
			Palermo		1					2
		Pisa			1					2
					1	2		1	3	1
Roma			2	1		3	2	3	4	
		Trieste							1	
Turim									3	
						4	1			
Países Baixos	Vallombrosa	1								
	Veneza							1		
	Viterbo									
Países Baixos	Amsterdã		1			3		3		
	Gravenhague		1	1		2	2	2		
	Harlem	2	1		1	1	3	5		
	Leeuwarden				3		1			

CONTINENTE	PAÍS	CIDADE	Volume 2	Volume 3	Volume 4	Volume 5	Volume 6		Volume 7
			1877	1878	1879	1880	1881	1882	1882 a 1886
Europa	Países Baixos (continuação)	Leide			1	2	1	1	2
		Luxemburgo		1	1	2	2	2	2
		Maestricht	1						
			Middelburgo				28	1	1
			Rapenburgo				1		
			Ruremonda					1	
			Coimbra					5	2
		Portugal	Lisboa	3	2	7	23	7	11
			Porto						1
			Dorpat	1					
		Rússia	Heisingforsia				1	1	3
			Moscou	1	2	1	1	1	3
			Odessa						2
			Riga						1
			S. Petersburgo	4	2	2	1	1	6
		Suécia e Noruega	Christiania	1	1	1	1	2	12
			Holmia		1				
		Lund						3	
		Stockolmo		1			1	2	
		Trondhjem						1	
		Upzala			1				
		Aarau				1		2	
		Basileia (Basel)	4				2	3	
		Berna					2	3	
		Bex						1	
	Suiça	Lausanna						1	
		Linthal						1	
		Lousanna				1	1	1	
		Luzerna	2					1	
		Neufchatel					1	1	
		São Galleno					1	2	
		Zurich				1	1	6	
Oceania	N.Zelândia	Wellington							2
Total	31	218	131	147	136	183	195	157	509